



**ALADI/SEC/Estudo 230/Rev. 3**

**SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DO  
PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NO  
ÂMBITO DO ACORDO SOBRE  
FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC)  
DA OMC NOS PAÍSES DA ALADI**

14 de dezembro de 2021

# **SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NO ÂMBITO DO ACORDO SOBRE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) DA OMC NOS PAÍSES DA ALADI**

ALADI/SEC/Estudo 230/Rev. 3  
14 de dezembro de 2021



Este documento foi elaborado pela Lic. Eduarda Apoitia e pela Lic. Florencia Ferrari com supervisão do chefe do Departamento de Integração Física e Digital (DIFD), Msc. Rodrigo da Costa Serran. O estudo foi realizado como trabalho previsto nas atividades V.09 – “Levantamento, pela Secretaria-Geral, da normativa e ações instrumentadas em cada país membro para a implementação das disciplinas do Acordo de Bali, em conformidade com o princípio de transparência” do Programa de Atividades da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), correspondente ao ano de 2018, e 40 - Difusão sobre Facilitação do Comercio - Atualização e publicação do revisado 3 do ALADI/SEC/Estudo 230 - "Situação da Aplicação do Princípio da Transparência no âmbito do Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da OMC nos países da ALADI" nos idiomas espanhol e português" do Programa de Atividades da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), correspondente ao ano 2021.

© 2021, ALADI Secretaria-Geral  
Tel.: (+598) 2410-1121 Fax.: (+598) 2419-0649  
Cebollatí 1461, Caixa Postal 11200  
Montevideu – Uruguai  
sgaladi@aladi.org  
<http://www.aladi.org>

ISBN: 978-9915-9414-3-1

Desenho e diagramação: Marcos De Oliveira, Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação

Tradução: Matilde López Rivero, Escritório de Assuntos Institucionais e Comunicação.

Fotos: [www.bigstockphoto.com](http://www.bigstockphoto.com)

---

Os usuários podem copiar, descarregar e imprimir o conteúdo da publicação sem fins lucrativos, respeitando sempre sua integridade e sem realizar modificações, desde que se mencione a Secretaria-Geral da ALADI como fonte do material.

---

## SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	4
1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. ANTECEDENTES E CRIAÇÃO DO ACORDO SOBRE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO DA OMC...	6
3. ESTRUTURA DO ACORDO.....	8
4. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.....	10
5. MECANISMOS DE NOTIFICAÇÃO DO AFC.....	14
a) Notificações de aplicação das disposições.....	14
b) Notificações de transparência.....	16
6. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DO AFC PELOS MEMBROS DA ALADI.....	17
7. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	21
8. BIBLIOGRAFIA.....	22
ANEXOS.....	23
ANEXO I - Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru – Artigos de 1 a 5.....	25
ANEXO II - Notificações de aplicação das categorias A, B e C nas disposições de transparência (artigos de 1 a 5) pelos membros da ALADI.....	29
ANEXO III - Datas indicativas e datas definitivas das categorias B e C pelos países da ALADI: Artigos de transparência (de 1 a 5).....	32
ANEXO IV - Notificações de transparência apresentadas ao Comitê da OMC.....	39
ANEXO V – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Cuba, Equador e Panamá - Notificações de Transparência - e arranjos com doadores.....	195

## **ABREVIATURAS**

AFC – Acordo sobre Facilitação de Comércio

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

DIFD – Departamento de Integração Física e Digital da ALADI

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDs – Países Menos Desenvolvidos

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo, denominado *Situação da Aplicação do Princípio da Transparência no âmbito do Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da OMC nos Países da ALADI*, foi elaborado originariamente em 2018 pelo Departamento de Integração Física e Digital (DIFD) com o propósito de dar cumprimento à Atividade V.09 do Programa de Atividades da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para esse ano. A Secretaria-Geral da ALADI tem revisado anualmente o estudo. Apresentamos aqui sua terceira revisão<sup>1</sup>.

Nesse sentido, o estudo apresenta um levantamento sobre a aplicação do princípio da transparência no âmbito do AFC, levando em consideração as notificações apresentadas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) pelos países-membros da ALADI<sup>2</sup>.

Para a elaboração deste trabalho, foi considerado o grupo de artigos do AFC diretamente relacionado às medidas de aumento da transparência, a saber, do artigo 1 ao 5 inclusive, bem como os parágrafos do mencionado acordo incluídos em um conjunto específico de notificações de transparência da OMC<sup>3</sup>: 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2.

O presente documento analisa os avanços nacionais sobre o tema junto à OMC e seu mecanismo de notificação, a fim de exibir, de forma comparativa, os resultados atualizados da aplicação do princípio da transparência por parte dos países da ALADI.

Na introdução, o estudo ilustra o contexto da criação do Acordo sobre Facilitação de Comércio, no qual são apresentados, brevemente, os antecedentes de negociação entre os membros da OMC e a consequente adoção e ratificação do AFC; a estrutura do acordo e uma explicação de seu mecanismo de notificação de compromissos, bem como o princípio da transparência.

De modo a demonstrar a situação atual do princípio da transparência nos países-membros da ALADI, este estudo debruça-se sobre o levantamento da aplicação da transparência no AFC, analisando as notificações apresentadas pelos países-membros da ALADI junto à OMC sobre o tema e outras disposições do acordo que contribuem para seu fortalecimento.

Neste contexto, são apresentados comparativamente, os avanços de cada país-membro da ALADI em virtude das notificações de transparência como forma de identificar o grau de aplicação desse princípio na região.

Por fim, apresentam-se os resultados das informações coletadas sobre o levantamento quanto à adoção efetiva do Acordo sobre Facilitação de Comércio em termos da transparência, e a conclusão.

<sup>1</sup> A primeira revisão desse documento foi publicada em julho de 2019. A segunda, em junho de 2020, e a terceira foi realizada com base nas atualizações verificadas até novembro de 2021.

<sup>2</sup> Países-membros da ALADI: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

<sup>3</sup> Este trabalho considerou principalmente dados oficiais da página oficial da OMC do Acordo sobre Facilitação de Comércio.

## 2. ANTECEDENTES E CRIAÇÃO DO ACORDO SOBRE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO DA OMC

A facilitação de comércio é um dos temas prioritários da OMC e foi introduzido pela primeira vez na Conferência Ministerial de Cingapura de 1996. Nessa conferência, os membros da organização recomendaram a realização de trabalhos sobre a simplificação comercial com o propósito de avaliar se procederia estabelecer normas da OMC nessa matéria.

Em 2004, foi acordado formalmente iniciar as negociações sobre Facilitação de Comércio, incluindo o assunto no Programa de Doha para o Desenvolvimento<sup>4</sup>. Dentre os temas do mandato da Agenda de Doha, no que diz respeito à Facilitação de Comércio, existia uma preocupação em esclarecer e ampliar três artigos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que são sinalizados no preâmbulo do AFC: artigo V (Liberdade de Trânsito); VIII (Taxas e formalidades relativas à importação e à exportação) e X (Publicação e Aplicação dos regulamentos comerciais).

Também foi acordado incluir nessas negociações as melhores práticas para reforçar a assistência técnica e o desenvolvimento de capacidades, os investimentos em infraestrutura, além de desenvolver disposições de cooperação entre as autoridades dos países, observando os recursos disponíveis e o tratamento especial.

Como resultado dessas negociações, foi elaborado o texto definitivo do Acordo sobre Facilitação de Comércio, adotado no âmbito da IX Conferência Ministerial da OMC celebrada em Bali, em dezembro de 2013<sup>5</sup>. Em novembro de 2014, a OMC adotou o Protocolo de Emenda ao Acordo de Marrakesh<sup>6</sup>, mediante o qual é incorporado o texto do AFC. O protocolo foi aberto oficialmente à aceitação dos membros da OMC<sup>7</sup>.

Em breves linhas, o AFC prevê disposições que ajudam a: agilizar e a modernizar os processos de despachos aduaneiros e o fluxo de mercadorias, a aumentar a transparência, a divulgação dos regimes aduaneiros e, também, a cooperação entre as aduanas e outras autoridades competentes dos países signatários. O documento também garante mais segurança e eficiência no comércio exterior e contém disposições para a prestação de apoio à criação de capacidade nesta matéria.

Para complementar o AFC, foi estabelecido em 2014 o Mecanismo para o Acordo sobre Facilitação de Comércio, com o objetivo de ajudar os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos (PMDs) a avaliarem as necessidades específicas de cada um, bem como a identificarem possíveis membros associados para o desenvolvimento que os auxiliem na observância dessas necessidades.

A classificação dos países quanto às categorias “desenvolvido” ou “em desenvolvimento” é definida pela autodenominação feita por cada país. Para o caso do país que se classificar como “país em desenvolvimento”, ele poderá se beneficiar das disposições previstas para essa categoria. Porém, os demais países-membros da organização podem não aceitar a decisão de um país de querer se beneficiar dessas disposições para os países em desenvolvimento<sup>8</sup>.

Por sua vez, a OMC reconhece como países menos desenvolvidos aqueles países que assim são designados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, dos 46 PMDs classificados pela ONU no mundo, 35 são membros da OMC, que representa aproximadamente 76% do total.

<sup>4</sup> Também na Declaração Ministerial de Doha de 2001 foi reconhecida a importância da Facilitação de Comércio e foi acordado que, após o quinto período de sessões da Conferência Ministerial (realizada em Cancun, em 2003), seriam celebradas negociações sobre esse assunto.

<sup>5</sup> A Conferência Ministerial de Bali estabeleceu o Pacote de Bali, um conjunto de acordos comerciais que levou à aprovação do AFC.

<sup>6</sup> O Acordo de Marrakesh, firmado em 1994 e em vigor desde janeiro de 1995, estabelece a criação da OMC.

<sup>7</sup> A OMC tem 164 membros, conforme dados de novembro de 2021.

<sup>8</sup> OMC. “¿Qué países se consideran países en desarrollo en la OMC?” Disponível em: [https://www.wto.org/spanish/tratop\\_s/devel\\_s/d1who\\_s.htm](https://www.wto.org/spanish/tratop_s/devel_s/d1who_s.htm)

O trabalho conjunto do Mecanismo para o Acordo traduz-se em atividades de: ajuda aos membros para prepararem suas notificações, elaboração de programas de criação de capacidade e ajuda aos países para o acesso à assistência para a aplicação do acordo prestada por organismos regionais e multilaterais, entre outras. Dessa forma, os países podem atingir a completa aplicação do AFC e se beneficiar<sup>9</sup> plenamente deste acordo.

Além dos benefícios estimados, o Acordo sobre Facilitação de Comércio configurou uma negociação histórica entre todos os países-membros da OMC, em vigor desde 22 de fevereiro de 2017, após ser ratificado por dois terços dos membros da organização. Até novembro de 2021, 154<sup>10</sup> ratificações tinham sido realizadas no âmbito do AFC, aproximadamente 94% do total dos países-membros dessa organização.

Dentre os treze países-membros da ALADI, quase a totalidade ratificou o mencionado acordo, exceto Colômbia e Venezuela. Por sua vez, entre os países que o fizeram, o Panamá ratificou em 2015; Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai em 2016; Argentina, Bolívia e Cuba em 2018, Equador em 2019, e Colômbia ratificou em 2020.

---

<sup>9</sup> No intuito de comprovar os benefícios da facilitação de comércio para os países, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu estudo publicado em junho de 2015, expôs que o AFC poderia reduzir os custos de comércio entre 12,5% e 17,5% em nível global. O referido acordo seria mais benéfico para aqueles países dispostos a implementar as normas em sua totalidade.

<sup>10</sup> Até a data, o último país a ratificar o AFC foi a Libéria, em 29 de abril de 2021. Dados retirados da página da OMC, disponível em: <https://tfadatabase.org/ratifications>

### 3. ESTRUTURA DO ACORDO

O Acordo sobre Facilitação de Comércio é dividido em três seções, em um total de 24 artigos. A Seção I está composta por disposições cujos objetivos são acelerar o movimento, a liberação e o despacho aduaneiro das mercadorias, incluídas as mercadorias em trânsito; esclarecer e aprimorar os artigos V, VIII e X do GATT de 1994 e facilitar a cooperação aduaneira. A seção contém doze artigos, que correspondem a, aproximadamente, 36 medidas técnicas, e onde são dispostos compromissos e obrigações específicas para seus países-membros.

Por sua vez, a segunda seção, composta de dez artigos, apresenta, principalmente, os mecanismos direcionados aos países em desenvolvimento e aos PMDs, já mencionados neste estudo, a fim de estabelecer práticas sobre tratamento especial e diferenciado.

Essa seção permite aos países em desenvolvimento e aos PMDs determinar o tempo e os instrumentos que precisam para aplicar as medidas dispostas na Seção I do AFC, segundo diversas categorias, que devem ser notificadas aos demais membros da OMC: Categoria A, Categoria B e Categoria C<sup>11</sup>. Deste modo, esta seção define o acordo como o único a permitir a esses países fixarem seus próprios prazos para sua aplicação em função de sua capacidade para fazê-lo.

Finalmente, a Seção III contém os dois últimos artigos do acordo, cujas disposições estabelecem um comitê permanente de facilitação do comércio no âmbito da OMC, e exigem aos seus membros terem um comitê nacional constituído (ou designarem um mecanismo existente) para facilitar a coordenação interna e a aplicação do disposto no acordo.

A estrutura do AFC nas referidas seções, e em seus respectivos artigos, é apresentada no **Quadro I**.

---

<sup>11</sup> Estas categorias são explicadas mais adiante.

**QUADRO I – Estrutura do Acordo sobre Facilitação do Comércio**

SEÇÃO I	Artigo 1	PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO
	Artigo 2	OPORTUNIDADE PARA FORMULAR OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS
	Artigo 3	RESOLUÇÕES ANTECIPADAS
	Artigo 4	PROCEDIMENTOS DE RECURSOS OU REVISÃO
	Artigo 5	OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA
	Artigo 6	DISCIPLINAS SOBRE TAXAS E ENCARGOS ESTABELECIDOS SOBRE A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO OU EM CONEXÃO A ESTAS, E SOBRE SANÇÕES
	Artigo 7	LIBERAÇÃO E DESPACHO DE MERCADORIAS
	Artigo 8	COOPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS DA FRONTEIRA
	Artigo 9	CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS À IMPORTAÇÃO SOB CONTROLE ADUANEIRO
	Artigo 10	FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO
	Artigo 11	LIBERDADE DE TRÂNSITO
	Artigo 12	COOPERAÇÃO ADUANEIRA
SEÇÃO II DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA DE TRATAMENTO ESPECIAL E DIFERENCIADO PARA OS PAÍSES-MEMBROS EM DESENVOLVIMENTO E OS PAÍSES-MEMBROS MENOS DESENVOLVIDOS	Artigo 13	PRINCÍPIOS GERAIS
	Artigo 14	CATEGORIAS DE DISPOSIÇÕES
	Artigo 15	NOTIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DA CATEGORIA A
	Artigo 16	NOTIFICAÇÃO DAS DATAS DEFINITIVAS PARA A APLICAÇÃO DA CATEGORIA B E DA CATEGORIA C
	Artigo 17	MECANISMO DE ALERTA PRECOCE: PRORROGAÇÃO DAS DATAS PARA A APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DAS CATEGORIAS B E C
	Artigo 18	APLICAÇÃO DA CATEGORIA B E DA CATEGORIA C
	Artigo 19	MUDANÇAS ENTRE AS CATEGORIAS B E C
	Artigo 20	PERÍODO DE GRAÇA PARA A APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO RELATIVO ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS QUE REGEM A SOLUÇÃO DE DIFERENÇAS
	Artigo 21	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E APOIO PARA A CRIAÇÃO DE CAPACIDADE
	Artigo 22	INFORMAÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA E APOIO À CRIAÇÃO DE CAPACIDADE QUE DEVE SER APRESENTADA AO COMITÊ
SEÇÃO III DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS	Artigo 23	DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS
	Artigo 24	DISPOSIÇÕES FINAIS

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria).

## 4. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

O princípio da transparência está presente no âmbito do AFC, inicialmente, em seus cinco primeiros artigos, que ampliam o disposto em parte do artigo VIII e no artigo X do GATT. Nesses artigos, é estabelecido o compromisso dos países de publicar e de divulgar as informações dispostas no acordo antes de ele entrar em vigor em suas respectivas legislações nacionais, na medida do possível, e conforme a capacidade de recursos de cada um.

O princípio é fundamental porque a falta de transparência em normas, decisões e regulamentos é configurada como obstáculo à facilitação do comércio, levando a relevantes perdas de tempo e gerando altos custos nas transações. A divulgação das informações, de forma clara e de fácil acesso, é essencial para aumentar os níveis de segurança, de controle governamental e dos números do comércio.

Dessa forma, investir esforços no fortalecimento da transparência permite atingir resultados significativos em termos de previsibilidade e agilidade nas operações, resultando no aumento da competitividade e dos fluxos comerciais globais.

Nesse sentido, os artigos relativos à transparência <sup>12</sup> do AFC, e suas disposições, são os seguintes:

### Art. 1. Publicação e disponibilidade das informações

**1.1 Publicação** - Os países publicarão as informações, numeradas nessa disposição<sup>13</sup>, prontamente e de forma acessível, a fim de que as partes interessadas possam conhecê-las.

**1.2 Informações disponibilizadas na internet** - Os países elaborarão guias práticos sobre seus procedimentos de importação, exportação e trânsito. Deverão ser publicados na internet guias, formulários, leis relativas ao comércio, documentos exigidos para o despacho aduaneiro e ponto de contato sobre os serviços de informação.

**1.3 Serviços de informação** - Os países estabelecerão um ou mais serviços de informação para responder aos requerimentos sobre as questões numeradas no Artigo 1.1 e às solicitações relativas aos formulários e documentos exigidos. Este serviço de informação pode ser regional, caso o país participe de algum mecanismo de integração regional.

**1.4 Notificação** - Os membros notificarão os lugares oficiais de publicação da informação, bem como URLs das páginas web e pontos de contatos dos serviços de informação.

<sup>12</sup> Para ler os cinco primeiros artigos na íntegra, acesse o texto na página oficial do AFC (<http://www.tfafacility.org/es/trade-facilitation-agreement-facility>).

<sup>13</sup> As informações fazem referência a: procedimentos de importação, exportação e trânsito (incluídos os procedimentos em portos, aeroportos e outros pontos de ingresso) e formulários e documentos exigidos; os tipos de taxas aplicadas e os impostos de qualquer classe cobrados sobre a importação ou a exportação ou em conexão com estas; os direitos e os encargos cobrados por ou em nome de organismos governamentais sobre importação, exportação ou trânsito ou em conexão com estes; as normas para a classificação ou a valoração de produtos para fins aduaneiros; as leis, os regulamentos e as disposições administrativas de aplicação geral relativos às normas de origem; as restrições ou proibições em matéria de importação, exportação ou trânsito; as disposições sobre sanções por infração das formalidades de importação, exportação ou trânsito; os procedimentos de recursos ou revisão; os acordos ou partes de acordos com qualquer país ou países relativos à importação, exportação ou trânsito, e os procedimentos relativos à administração de contingentes tarifários (AFC, <http://www.tfafacility.org/es/trade-facilitation-agreement-facility>).

**Art. 2. Oportunidade para formular observações, informação antes da entrada em vigor e consultas.**

**2.1 Oportunidade para formular observações e informações antes da entrada em vigor** – Os comerciantes e outras partes interessadas deverão ser consultados sobre propostas relativas a novas leis e regulamentos administrativos relacionados ao comércio ou a sua modificação antes de serem introduzidas. Estas leis e regulamentos devem estar à disposição do público.

**2.2 Consultas** - Cada país deverá realizar consultas regulares entre seus organismos de fronteira e os comerciantes e outras partes interessadas.

**Art. 3. Resoluções antecipadas** - As Resoluções antecipadas são decisões escritas por um país em resposta a uma solicitação dos comerciantes sobre o tratamento que será concedido à mercadoria no momento da importação sobre classificação, origem ou método de valoração, dentre outros. As resoluções serão vinculantes para a administração de aduanas e serão válidas por um prazo razoável. Os comerciantes terão direito a receber uma notificação caso a administração de aduanas adote medidas prejudiciais para seus interesses quanto às Resoluções. As informações sobre o processo de emissão de resoluções deverão ser publicadas.

**Art. 4 Procedimentos de recursos ou revisão** – Se um comerciante for afetado por uma decisão ou omissão da administração de aduanas de um país, poderá solicitar explicações dos motivos. O direito de recurso será concedido aos comerciantes.

**Art. 5 Outras medidas para aumentar a imparcialidade, a não discriminação e a transparência.**

**5.1 Notificações de controles ou inspeções reforçadas** - Quando um país dispuser de um sistema de notificação de controle ou inspeção a alimentos, bebidas ou rações para animais, serão estabelecidas disciplinas relativas à forma de emitir, revogar ou suspender tais notificações ou orientações.

**5.2 Retenção** - Se a administração de aduanas ou outro organismo fronteiriço reter mercadorias importadas para fins de inspeção, informará imediatamente ao transportador, ao importador ou a seu agente.

**5.3 Procedimento de teste** - Os países poderão conceder aos comerciantes o direito a um segundo teste se os resultados do primeiro teste de uma amostra tomada no momento da chegada das mercadorias declaradas para a importação forem desfavoráveis para eles. Serão publicados dados sobre laboratórios onde o teste de confirmação pode ser realizado e será considerado o resultado do segundo teste.

Em resumo, os títulos dos artigos referidos anteriormente se encontram no **Quadro II**.

**QUADRO II – Artigos de 1 a 5 do AFC**

Artigo 1 – PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO	1. Publicação
	2. Informações disponibilizadas na internet
	3. Serviços de informação
	4. Notificação
Artigo 2 - OPORTUNIDADE PARA FORMULAR OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS	1. Oportunidade para formular observações e informação antes da entrada em vigor
	2. Consultas
Artigo 3 - RESOLUÇÕES ANTECIPADAS	
Artigo 4 - PROCEDIMENTOS DE RECURSOS OU REVISÃO	
Artigo 5 - OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA	1. Notificações de controles ou inspeções reforçadas
	2. Retenção
	3. Procedimento de teste

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria).

Os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, nas disposições sobre transparência dispostas nos artigos de 1 a 5 do AFC, bem como nos restantes artigos da Seção I, notificam as categorias de aplicação estabelecidas sobre essa seção, além de quando irão aplicar todas as medidas.

No entanto, existe uma categoria de notificações de transparência<sup>14</sup> quanto a: publicação de informações sobre os procedimentos de importação, exportação e trânsito; funcionamento do guichê único; recurso a agentes aduaneiros; e pontos de contato para responder a consultas. Esses temas estão dispostos nos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC.

O cumprimento das mencionadas disposições precisa ser notificado pelos países ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC no que diz respeito ao local de publicação de informações<sup>15</sup>. Embora a maioria das disposições não esteja incluída nos artigos sobre transparência mencionados anteriormente, também são relevantes para o cumprimento desse princípio.

Enquanto o 1.4 coincide com parte do conjunto de disposições sobre transparência baseadas no GATT, as restantes disposições (10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2) consideram temas não menos importantes, como os mencionados abaixo:

<sup>14</sup> Não existe formato específico para apresentar estas notificações. Disponível em: <<https://www.tfadatabase.org/notifications/transparency>>.

<sup>15</sup> Este tipo de notificação é diferente do mecanismo de notificação da aplicação das Categorias A, B e C.

**Art. 10. Formalidades relacionadas à importação, exportação e trânsito**

**10.4 Guichê único** - Os países procurarão estabelecer um guichê junto ao qualos comerciantes possam apresentar às autoridades só uma vez a documentação e informação exigidas para a importação, a exportação e o trânsito de mercadorias. **Os membros notificarão os detalhes do funcionamento do guichê** (10.4.3).

**10.6 Recurso a agentes aduaneiros** – Sem prejuízo da política de alguns países que mantêm atualmente uma função especial para os agentes aduaneiros, a partir da entrada em vigor do AFC não será introduzido o recurso obrigatório a agentes aduaneiros. **As medidas sobre o recurso a agentes aduaneiros, ou qualquer modificação, serão notificadas e publicadas sem demora** (10.6.2).

**Art. 12. Cooperação aduaneira**

**12.2 Troca de informações** - Um país deverá proporcionar a outro, mediante prévia solicitação e sujeito às condições que corresponderem —por exemplo, confidencialidade—, informações ou documentação relativas a determinadas declarações de importação ou de exportação. **Cada membro notificará os dados de seu ponto de contato para o intercâmbio dessas informações.** (12.2.2).

O **Quadro III**, indicado abaixo, cita os referidos artigos.

**QUADRO III – Artigos referentes a 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC**

Artigo 1 PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO	1.4. Notificação
Artigo 10 FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO	10.4. Guichê único
	10.6. Recurso a agentes aduaneiros
Artigo 12 COOPERAÇÃO ADUANEIRA	12.2. Troca de informações

Fonte: Acordo sobre Facilitação do Comércio, OMC (Elaboração própria)

## 5. MECANISMOS DE NOTIFICAÇÃO DO AFC

### a) Notificações de aplicação das disposições

De acordo com a Seção II do AFC, os países em desenvolvimento e os PMDs podem estipular o tempo e as ações necessárias para aplicar as medidas estabelecidas na Seção I. Isto significa que os compromissos de facilitação do comércio estão dispostos nos doze artigos iniciais do acordo, que devem ser classificados, conforme estabelecido na segunda seção, em tipos de categorias diferentes, para cada disposição, segundo o grau de urgência e disponibilidade de recursos necessários para sua implementação.

O AFC estabelece três categorias de compromissos de aplicação, que devem ser notificadas aos demais membros da OMC pelos países em desenvolvimento e pelos PMDs para se beneficiarem do tratamento especial e diferenciado: Categoria A, Categoria B e Categoria C. Estas categorias indicam quando os referidos países irão aplicar cada disposição do AFC e quais disposições poderão ser aplicadas somente depois de receberem assistência técnica e apoio para a criação de capacidade<sup>16</sup>.

É interessante mencionar que cada país-membro da OMC em desenvolvimento ou menos desenvolvido designará por si próprio, individualmente, em qual categoria serão incluídas as disposições, como manifesta a letra do artigo 14.2 do AFC. Esta tarefa não está a cargo da OMC.

A Categoria A inclui as medidas que o membro irá aplicar no momento da entrada em vigor do acordo – ou, no caso de um país menos desenvolvido, no prazo de um ano contado a partir da entrada em vigor –.

Por sua vez, a Categoria B compreende disposições que o país aplicará em data posterior a um período de transição depois da entrada em vigor do acordo, existindo a possibilidade de prorrogação dessas datas.

Finalmente, a Categoria C inclui disposições que o país aplicará em data posterior a um período de transição depois da entrada em vigor do acordo e que requerem a aquisição de capacidade de aplicação mediante a prestação de assistência e apoio para a criação de capacidade. Assim como na categoria B, as datas podem ser prorrogadas.

Existem diferentes prazos para os países informarem e notificarem datas, progressos e arranjos necessários para que cada categoria possa ser aplicada quanto às medidas de facilitação do comércio. Datas indicativas e datas definitivas para o cumprimento dos compromissos podem ser notificadas. A primeira é a data em que o país estima que aplicará as medidas; a segunda é a data confirmada da referida aplicação.

Todos os países-membros da ALADI agem junto à OMC como países em desenvolvimento<sup>17</sup>, o que significa que deveriam cumprir com as notificações e com a informação necessária sobre os compromissos das categorias A, B e C até agosto de 2019<sup>18</sup>.

No entanto, o AFC estabelece diretrizes gerais para os membros conforme prazos instituídos a partir da entrada em vigor desse acordo, tanto para os países em desenvolvimento quanto para os PMDs, como explica o **Quadro IV**. Depois da entrada em vigor do AFC, a OMC instituiu prazos até agosto de 2019 para os países em desenvolvimento e até agosto de 2022 para os países menos desenvolvidos.

<sup>16</sup> A assistência técnica e o apoio para a criação da capacidade pode ser qualquer assistência técnica, financeira ou outra forma de assistência mutualmente acordada (<http://www.tfafacility.org/es>).

<sup>17</sup> Apenas Haiti é classificado, na região da América, como PMD.

<sup>18</sup> De acordo com os dados verificados até novembro de 2021, todos os países membros cumpriram com essa determinação, com exceção da Venezuela.

**QUADRO IV – Prazos de implementação das categorias A, B e C conforme o AFC**

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO		PMDs
NO MOMENTO DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2017)	Notificação dos compromissos na Categoria A (Art. 15.1)	
	Notificação dos compromissos das Categorias B e C, e suas correspondentes datas indicativas de implementação (Art. 16.1.a e 16.1.c)	
	Notificação da assistência técnica requerida para a criação de capacidade para implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.1.c)	
EM UM ANO CONTADO A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2018)	Notificação das disposições da Categoria B, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.1.b)	Notificação dos compromissos da Categoria A (Art. 15.2)
	Notificação de arranjos para a prestação de assistência técnica para os compromissos da categoria C	Notificação dos compromissos da Categoria B, e as possíveis datas indicativas de implementação (Art. 16.2.a)
EM DOIS ANOS CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2019)		Notificação dos compromissos da Categoria C (Art. 16.2.c)
	Notificação dos progressos realizados na assistência técnica para a criação de capacidade para implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.1.e)	Notificação da assistência técnica requerida para a implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.2.d)
EM DOIS ANOS E MEIO CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/08/2019)		
	Notificação das disposições da Categoria C, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.1.e e Art. 16.3)	
EM TRÊS ANOS CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2020)		Notificação de confirmação dos compromissos da Categoria B, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.2.b)
		Notificação dos arranjos acordados para prestação de assistência técnica à implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.2.e)
EM QUATRO ANOS CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/02/2020)		Notificação das disposições da Categoria C, e suas correspondentes datas indicativas de implementação (Art. 16.2.e)
		Notificação dos progressos realizados na assistência técnica para a criação de capacidade de implementação das disposições da Categoria C (Art. 16.2.f)
EM CINCO ANOS E MEIO CONTADOS A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DO AFC (22/08/2022)		Notificação das disposições da Categoria C, e suas correspondentes datas definitivas de implementação (Possibilidade de solicitação de prorrogação; Art. 16.2.f)

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC; ICT, 2013 (Elaboração própria).

## **b) Notificações de transparência**

Conforme mencionado anteriormente, os temas estabelecidos nos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC são aqueles cujo cumprimento os países se comprometem a notificar ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC, comunicando onde se encontram as informações que serão publicadas. Esta categoria específica de notificações abrange a integralidade dos membros do AFC: países desenvolvidos, países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos<sup>19</sup>.

Além disso, tais dispositivos de notificação de transparência serão cumpridos em sua totalidade unicamente ao momento da apresentação das mencionadas notificações e não exclusivamente pela categorização, que atinge os PMDs e os países em desenvolvimento, embora os prazos para os países informarem as datas de cumprimento sejam estabelecidos ao momento de notificar a aplicação dos dispositivos conforme as categorias A, B ou C.

Até o presente momento<sup>20</sup>, no mundo, 97 países e a União Europeia enviaram notificações sobre estas quatro disposições relativas ao princípio da transparência, que estão publicadas na página da OMC. Porém, há países que notificaram apenas alguns destes compromissos. Traduzido em números, foram realizadas 107 notificações ao Artigo 1.4; 86 notificações ao 10.4.3; 116 ao Artigo 10.6.2 e, por fim, 107 notificações ao 12.2.2.

---

<sup>19</sup> Os compromissos dos artigos de 1 a 5 do AFC também devem ser cumpridos por todos os países-membros do acordo. No entanto, o mecanismo de notificação de aplicação de disposições permite acompanhar, especificamente, o progresso dos PMDs e dos países em desenvolvimento nesse tema.

<sup>20</sup> Levantamento de dados efetuado até novembro de 2021.

## 6. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DO AFC PELOS MEMBROS DA ALADI

Quando observada a aplicação do princípio da transparência pelos países e, neste caso especial, pelos países da ALADI, há que pensar que existem duas perspectivas de trabalho de observação no AFC. A primeira consiste em verificar as categorias da A à C, dispostas nos artigos de 1 a 5 do acordo. Por sua vez, a segunda se traduz em apresentar as notificações de transparência nos quatro temas cujo cumprimento deve ser notificado ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC: 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2.

Nesse sentido, será analisada a primeira perspectiva de observação.

Os países da ALADI classificam seus compromissos dos artigos 1 a 5 do AFC em duas ou três categorias diferentes (A e B / B e C / A e C / A, B e C), com exceção de Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai, que apresentam todas suas notificações apenas em uma categoria (A), o que se traduz no cumprimento das disposições no momento da entrada em vigor do acordo. A Venezuela também constitui uma exceção, uma vez que não apresentou notificações de aplicação.

Argentina e Cuba<sup>21</sup> notificaram seus artigos nas categorias A ou B e marcaram datas indicativas e datas definitivas de aplicação para as categorias B.

Por sua vez, Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru classificaram seus compromissos nas três categorias. Sobre a Categoria C, os cinco países anteriormente referidos notificaram que requerem assistência técnica. Equador, Panamá, Paraguai e Peru sinalizaram datas indicativas e definitivas de aplicação para as categorias B e C, enquanto que Bolívia informou unicamente datas indicativas para as duas categorias. O tipo de assistência técnica requerida por esses países é exibido no **Anexo I**<sup>22</sup>.

O **Quadro V** apresenta a situação atual dos membros da ALADI em termos da notificação de aplicação das categorias A, B e C do pacote de artigos de transparência baseados no GATT.

A lista completa de notificações dos países da ALADI sobre transparência conforme cada articulado, bem como a lista de datas indicativas ou definitivas das categorias B e C, figuram no **Anexo II** e no **Anexo III** deste estudo, respectivamente.

<sup>21</sup> O artigo 1.3 já tinha sido anteriormente notificado por Cuba na Categoria C. Porém, nova notificação transferiu esse artigo à Categoria B.

<sup>22</sup> Para acessar os textos de assistência técnica na íntegra, visite o perfil dos membros em <https://www.tfadatabase.org/members>.

**QUADRO V – Situação consolidada de notificações de aplicação A, B e C para os artigos de 1 a 5 do AFC pelos membros da ALADI**

AFC Art. 1-5	ARG.	BOL.	BRA.	CHI.	COL.	CUB.	EQU.	MÉX.	PAN.	PAR.	PER.	URU.	VEN.
<b>Artigo 1</b>													
1. Publicação	A	A	A	A	A	A,B	B	A	C	C	A	A	
2. Disponib. Internet	A,B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
3. Serviços Informação	A,B	A	A	A	A	B	B	A	A	C	A	A	
4. Notificação	A,B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>Artigo 2</b>													
1. Observ./Inform.	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
2. Consultas	A	B	A	A	A	A	C	A	B	C	A	A	
<b>Artigo 3</b>													
Resol. Antecipadas	A,B	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
<b>Artigo 4</b>													
Recursos ou Revisão	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
<b>Artigo 5</b>													
1.Cont./Insp. Reforçadas	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
2. Retenção	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	
3. Proced. de teste	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	A	

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria)

Por outro lado, no que tange à análise sobre o cumprimento das notificações de transparência realizadas ao Comitê de Facilitação do Comércio, que faz referência à segunda perspectiva de observação neste estudo, aponta-se que Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador<sup>23</sup>, México, Panamá<sup>24</sup>, Paraguai<sup>25</sup>, Peru e Uruguai apresentaram notificações formais a este Comitê, em conformidade aos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2, e 12.2.2. No **Anexo IV** constam as notificações dos países sobre estes temas.

Quanto à data de notificação ao Comitê de Facilitação do Comércio sobre a disponibilidade das informações nos sites nacionais, Brasil notificou à OMC em 2017 e 2018<sup>26</sup>, e Argentina<sup>27</sup>, Chile<sup>28</sup>, México e Peru<sup>29</sup> apresentaram notificações no ano 2018. Por sua vez, Colômbia, Panamá, Paraguai e Uruguai<sup>30</sup> apresentaram notificações em 2019; e Equador, em 2019 e 2020.<sup>31</sup>

<sup>23</sup> Equador não apresentou notificação somente ao Art. 10.4.3.

<sup>24</sup> Panamá apresentou notificação somente ao Art. 10.6.2 e ao Art. 12.2.2.

<sup>25</sup> Paraguai não apresentou notificação somente ao Art. 1.4.

<sup>26</sup> Brasil notificou sobre o Art. 14 em março de 2017. Os demais artigos, além de um adendo 1 ao Art. 1.4, foram notificados em 2018. O adendo 2 ao Art. 1.4 foi notificado em agosto de 2019

<sup>27</sup> Argentina notificou revisões à notificação original em dezembro de 2019, em junho de 2020 e outubro de 2020. Em novembro de 2020 apresentou uma correção relativa à revisão do mês anterior.

<sup>28</sup> Chile apresentou, em 2019, notificação com um adendo sobre o Art. 10.4.3. e, em janeiro de 2020, notificou revisão às notificações anteriores.

<sup>29</sup> Peru notificou revisão à notificação original em agosto de 2019

<sup>30</sup> Uruguai notificou duas revisões à notificação original em agosto de 2020 e janeiro de 2021.

<sup>31</sup> Equador notificou aos artigos 1.4 e 10.6.2 em 2019. Em agosto de 2020, se notificou um addendum sobre o Art.1.4. O artigo 12.2.2 foi notificado em janeiro de 2020 e teve uma revisão notificada em setembro de 2021.

Os demais países da ALADI, como consta na página oficial da OMC, não apresentaram as notificações de transparência requeridas ao Comitê, embora a maioria tenha notificado as respectivas categorias de aplicação a esses parágrafos. Em referência a esse tema, o **Quadro VI** exibe a categorização de aplicação (A, B e C) sobre os temas objeto das notificações de transparência. Já as datas indicativas e as datas definitivas de aplicação aos mencionados compromissos estão refletidas no **Quadro VII**. O **Anexo V** apresenta ainda o tipo de assistência técnica requerida pelos países com relação aos temas-objeto das notificações de transparência – com exceção do Art. 1.4, indicado no Anexo I – bem como os arranjos com doadores e avanços, quando disponíveis.

**QUADRO VI – Notificações de aplicação das categorias A, B e C aos temas objeto das notificações de transparência**

<b>1 – PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO</b>													
	<b>ARG.</b>	<b>BOL.</b>	<b>BRA.</b>	<b>CHI.</b>	<b>COL.</b>	<b>CUB.</b>	<b>EQU.</b>	<b>MÉX.</b>	<b>PAN.</b>	<b>PAR.</b>	<b>PER.</b>	<b>URU.</b>	<b>VEN.</b>
<b>1.4</b>	A,B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.4 a</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.4.b</b>	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>1.4.c</b>	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
<b>10 - FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO</b>													
	<b>ARG.</b>	<b>BOL.</b>	<b>BRA.</b>	<b>CHI.</b>	<b>COL.</b>	<b>CUB.</b>	<b>EQU.</b>	<b>MÉX.</b>	<b>PAN.</b>	<b>PAR.</b>	<b>PER.</b>	<b>URU.</b>	<b>VEN.</b>
<b>10.4</b>	B	C	A	A	A	C	C	A	C	A	B	A	
<b>10.4.3</b>	B	C	A	A	A	C	C	A	C	A	B	A	
<b>10.6</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
<b>10.6.2</b>	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
<b>12 – COOPERAÇÃO ADUANEIRA</b>													
	<b>ARG.</b>	<b>BOL.</b>	<b>BRA.</b>	<b>CHI.</b>	<b>COL.</b>	<b>CUB.</b>	<b>EQU.</b>	<b>MÉX.</b>	<b>PAN.</b>	<b>PAR.</b>	<b>PER.</b>	<b>URU.</b>	<b>VEN.</b>
<b>12.2</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	
<b>12.2.2</b>	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	

Fonte: Acordo sobre Facilitação do Comércio, OMC (Elaboração própria)

**QUADRO VII – Datas indicativas e datas definitivas pelos países da ALADI aos artigos referentes às notificações de transparência**

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
<b>1.4 a</b>													
Categoria	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
Data Indicativa					22/02/2021	15/01/2020			01/06/2022	01/09/2018			
Data Definitiva	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	22/02/2017	01/06/2022	01/09/2021	22/02/2017	22/02/2017	
Categoria	B	A	A	A	B	B	A	A	C	C	A	A	
Data Indicativa	22/01/2018				22/02/2021	15/01/2020			01/06/2022	01/09/2018			
Data Definitiva	22/01/2018	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	22/02/2017	01/06/2022	01/09/2021	22/02/2017	22/02/2017	
Categoria	B	A	A	A	B	B	A	A	C	C	A	A	
Data Indicativa	22/01/2018				22/02/2022	15/01/2020			01/06/2022	01/09/2018			
Data Definitiva	22/01/2018	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	22/02/2017	01/06/2022	01/09/2021	22/02/2017	22/02/2017	
Categoria	B	C	A	A	C	C	C	A	C	A	B	A	
Data Indicativa	22/01/2023	31/12/2020			23/02/2023	15/01/2023			01/01/2022		22/02/2021		
Data Definitiva	22/01/2023	A determinar	22/02/2017	22/02/2017	A determinar	15/01/2023	22/02/2017	22/02/2017	01/01/2022	22/02/2017	22/02/2021	22/02/2017	
Categoria	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
Data Indicativa													
Data Definitiva	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	
Categoria	A	A	A	A	B	B	B	A	A	A	A	A	
Data Indicativa					22/02/2021	15/01/2020							
Data Definitiva	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2022	15/01/2020	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	22/02/2017	
<b>1.4 b</b>													
<b>1.4 c</b>													
<b>10.4.3</b>													
<b>10.6.2</b>													
<b>12.2.2</b>													

Fonte: Acordo sobre Facilitação do Comércio, OMC (Elaboração própria)

## 7. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos treze países-membros da ALADI, onze ratificaram o Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC. Esse mecanismo contém práticas sobre tratamento diferenciado, constituição de comitês para fiscalizar seu desenvolvimento e medidas técnicas nas quais são dispostos compromissos específicos. Parte dessas medidas aborda e amplia dois artigos do GATT e referem-se a temas relativos ao princípio da transparência.

Todos os países-membros da ALADI são países em desenvolvimento, o que implica que cada um define a categoria de aplicação de compromissos em que se inserem as medidas existentes (A, B ou C) e os prazos dentro dos quais essas disposições serão aplicadas. Este compromisso de notificação inclui toda a Seção I do AFC, onde estão compreendidas as medidas de transparência.

Doze países da ALADI apresentaram notificações de aplicação dos compromissos de transparência baseados nos artigos de 1 a 5 do AFC, com exceção da Venezuela. Os doze países notificaram integralmente entre as categorias A, B ou C.

No entanto, há uma categoria específica de notificações de transparência (dispostas nos artigos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC), em que os países precisam notificar seu cumprimento ao Comitê de Facilitação do Comércio da OMC indicando a publicação das informações.

No que diz respeito a essa classificação de notificação de transparência, dez países-membros da ALADI ofereceram ao Comitê da OMC as informações solicitadas, com exceção de Bolívia, Cuba e Venezuela.

É importante esclarecer que, em relação aos países acima referidos, que ainda não notificaram ao Comitê de Facilitação do Comércio as disposições contidas nos parágrafos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 e 12.2.2 do AFC, dois já notificaram as categorias de aplicação dos compromissos descritos nessas medidas.

## BIBLIOGRAFIA

*Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT)*. Disponível em: < [https://www.wto.org/spanish/docs\\_s/legal\\_s/gatt47.pdf](https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/gatt47.pdf)>.

Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Disponível em: <http://www.aladi.org/sitioAladi/index.html>.

Centro de Comércio Internacional (ITC). *Acordo de Facilitação de Comércio da OMC: um Guia de Negócios para Países em Desenvolvimento. Confederação Nacional da Indústria (Rev. Port.). 2013*. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2014/10/acordo-de-facilitacao-de-comercio-da-omc-um-guia-de-negocios-para-paises-em-desenvolvimento/>>.

Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD). *Próximos Pasos a partir de la entrada en vigor del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio de la OMC. Nota Técnica n.º 24*. 2017. Disponível em: < [https://unctad.org/es/PublicationsLibrary/TN24\\_NextSteps\\_es.pdf](https://unctad.org/es/PublicationsLibrary/TN24_NextSteps_es.pdf) >.

\_\_\_\_\_. *The Least Developed Countries Report 2019: the present and future of external development finance – old dependence, new challenges*. Disponible en: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/lcr2019\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/lcr2019_en.pdf)>.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). *Implementation of the WTO Trade Facilitation Agreement: the Potential Impact on Trade Costs. June 2015*. Disponível em: <[https://www.oecd.org/trade/WTO-TF-Implementation-Policy-Brief\\_EN\\_2015\\_06.pdf](https://www.oecd.org/trade/WTO-TF-Implementation-Policy-Brief_EN_2015_06.pdf)>.

Organización de las Naciones Unidas (ONU). *Guía de Implementación de la Facilitación del Comercio*. Disponível em: < <http://tfig.unece.org/SP/> >.

\_\_\_\_\_. *Facilitación del comercio - principios y beneficios*. Disponível em: < <http://tfig.unece.org/SP/details.html> >.

Organización Mundial del Comercio (OMC). *Acuerdo sobre Facilitación de Comercio*. Disponível em: < <http://www.tfafacility.org/es/trade-facilitation-agreement-facility> >.

\_\_\_\_\_. *Mecanismo para el Acuerdo sobre Facilitación del Comercio*. Disponível em: <<http://www.tfafacility.org/es>>.

\_\_\_\_\_. *¿Qué países se consideran países en desarrollo en la OMC?* Disponível em: <[https://www.wto.org/spanish/tratop\\_s/devel\\_s/d1who\\_s.htm](https://www.wto.org/spanish/tratop_s/devel_s/d1who_s.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Temas Comerciales de la OMC*. Disponível em: <[https://www.wto.org/spanish/tratop\\_s/tratop\\_s.htm](https://www.wto.org/spanish/tratop_s/tratop_s.htm)>.

Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA). *Revisión y Análisis de la Aplicación del Acuerdo de la Organización Mundial del Comercio (OMC) sobre Facilitación del Comercio en Países de América Latina y el Caribe (ALC)*. 2015. Disponível em: < <http://www.sela.org/media/1950678/tratado-de-facilitacion-del-comercio-omc.pdf>>.

United Nations (UN). *Economic Analysis & Policy Division. Least Developed Countries (LDCS)*. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category.html>>.

## **ANEXOS**

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru – Artigos de 1 a 5.

ANEXO II – Notificações de aplicação das categorias A, B e C nas disposições de transparência (de 1 a 5) pelos membros da ALADI.

ANEXO III – Datas indicativas e datas definitivas das categorias B e C pelos países da ALADI: Artigos de transparência (de 1 a 5).

ANEXO IV – Notificações de transparência apresentadas ao Comitê da OMC.

ANEXO V – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Cuba, Equador e Panamá – Notificações de Transparência – e arranjos com doadores

## ANEXO I

## Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Equador, Panamá, Paraguai e Peru – Artigos de 1 a 5

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 1			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Aquisição de software e equipamento informático para implementar sistema de informações referente às operações de comércio exterior em todas as instituições envolvidas, e em conformidade com o AFC.</li> <li>◦ Assistência técnica para desenvolvimento de sistemas para salvaguardar e proteger a autenticidade dos documentos que forem carregados, evitando a manipulação e o uso não autorizado.</li> <li>◦ Contratação e capacitação de pessoal na captação, verificação e manutenção da informação a ser publicada na plataforma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Elaboração e implementação de um protocolo para publicação e atualização de informação.</li> <li>◦ Capacitação para os funcionários de comunicação e informática.</li> <li>◦ Elaboração de guias práticos, acessíveis mediante consultoria independente.</li> <li>◦ Contratação de consultoria independente.</li> </ul>	
1. Publicação					

Fonte: Base de dados do Acordo sobre Facilitação de Comércio - <https://www.tfadatabase.org/members> (Elaboração própria).

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 1			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Apoio financeiro para gerar e estabelecer informações, com equipamento informático, software e outros implementos necessários, em conformidade com o AFC, para todas as instituições envolvidas em comércio exterior.</li> <li>◦ Assistência técnica e apoio financeiro no âmbito da tecnologia da informação para salvaguardar e proteger a autenticidade dos documentos que forem carregados, a fim de evitar a manipulação e o uso não autorizado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Equiparação das capacidades tecnológicas das instituições mediante:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a. aquisição de domínio próprio de instituições dependentes do MSP e BS;</li> <li>b. aquisição de recursos informáticos para equiparar as capacidades tecnológicas de cada instituição.</li> </ul> </li> <li>◦ Contratação de consultoria independente para criação de link na página web do Vice-Ministério de MIPMEs do Ministério da Indústria e Comércio, com o objeto de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a. fornecer canal de informação comercial centralizada, com foco nas PMEs;</li> <li>b. conter todos os links para as diversas páginas e informação dos organismos envolvidos, de forma organizada.</li> </ul> </li> <li>◦ Fortalecimento e divulgação do Sistema Nacional de Informação e Notificação em cidades estratégicas.</li> </ul>	
2. Disponib. Internet					
3. Serviço Informação				<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Criação de serviços de informação necessários e ampliação dos serviços de informação já existentes.</li> </ul>	
4. Notificação			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Formação em matéria de notificações à OMC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Assistência e apoio para capacitações e desenvolvimento de capacidades para a preparação de notificações.</li> </ul>	

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 2					
1. Observação/Inform.			<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Contratação de consultoria para efetuar diagnóstico das normas nacionais e regionais existentes e para compartilhar as melhores práticas e a construção de capacidades com as agências envolvidas.</li> <li>◦ Elaboração das normas que permitam aplicar esta norma.</li> <li>◦ Elaboração dos procedimentos de aplicação para todas as agências envolvidas.</li> <li>◦ Contratação e capacitação de recursos humanos envolvidos nas agências públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Contratação de consultoria para o desenvolvimento de um protocolo de aprovação unificado para a introdução de novas medidas, publicação e entrada em vigor.</li> </ul>	
2. Consultas		<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Cooperação para estabelecer sistema de consultas on-line, mediante o qual possam interagir as instituições públicas e os usuários.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Estruturação de mecanismos participativos de consulta.</li> </ul>	
Artigo 3					
Ressol. Antecipadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Aquisição de conhecimento sobre o marco procedimental e diretrizes sobre tramitação e verificação do uso adequado.</li> <li>◦ Conhecimento das implicações jurídicas e normativas.</li> <li>◦ Elaboração de regulamentos, procedimentos e outros que permitam sua implementação, prazo de vigência e revogatória.</li> </ul>				
Artigo 4					
Recurso e Revisão					

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Equador	Panamá	Paraguai	Peru
Artigo 5					◦ Estabelecimento de sistema nacional de alertas precoces sanitários.
1. Cont./Insp. Reforçadas					
2. Retenção					
3. Proced. de Teste	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Implementação de Centros de Inspeção Simultânea.</li> <li>◦ Implementação de métodos não intrusivos de inspeção de mercadorias. (Investimento estimado: US\$13 milhões- US\$16 milhões).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Cooperação no fortalecimento de laboratórios de diagnóstico em áreas de sanidade vegetal, sanidade animal e inocuidade dos alimentos.</li> <li>◦ Capacitação de pessoal em novas metodologias de análise.</li> <li>◦ Cooperação para levar adiante oficinas relativas aos temas a seguir:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• estabelecimento de métodos para assegurar a qualidade das atividades executadas nos laboratórios de aduanas;</li> <li>• otimização dos processos para a obtenção de requisitos necessários para o cumprimento das Normas ISO;</li> <li>• avaliação, verificação e controle do estado do laboratório e métodos implementados.</li> </ul> </li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Acreditação de laboratórios internacionalmente.</li> <li>◦ Aquisição de equipamento adequado para a modernização de laboratórios.</li> <li>◦ Capacitação de recursos humanos.</li> <li>◦ Avaliação de conformidade pelos organismos de certificação e acreditação internacionais.</li> <li>◦ Assessoramento de especialistas técnicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Identificação de procedimentos em que possa ser efetuado um segundo teste.</li> </ul>

## ANEXO II

## Notificações de aplicação das categorias A, B e C nas disposições de transparência (Artigos de 1 a 5) pelos membros da ALADI\*

1 – PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
1.1	A	A	A	A	A	A, B	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 a	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 b	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 c	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 d	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 e	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 f	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 g	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 h	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 i	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.1.1 j	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	A	A	
1.2	A, B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.2.1	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.2.1 a	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.2.1 b	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.2.1 c	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.2.2	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.2.3	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.3	A, B	A	A	A	A	C→B	B	A	A	C	A	A	
1.3.1	A	A	A	A	A	B	B	A	A	C	A	A	
1.3.2	A	A	A	A	A	B	B	A	A	C	A	A	
1.3.3	A	A	A	A	A	B	B	A	A	C	A	A	
1.3.4	B	A	A	A	A	B	B	A	A	C	A	A	
1.4	A, B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.4 a	A	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.4 b	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	
1.4 c	B	A	A	A	A	B	B	A	C	C	A	A	

2 - OPORTUNIDADE DE FORMULAR OBSERVAÇÕES, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
2.1	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
2.1.1	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
2.1.2	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
2.1.3	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A	A	
2.2	A	B	A	A	A	A	C	A	B	C	A	A	
3 - RESOLUÇÕES ANTECIPADAS													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
3.1	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.2	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.2 a	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.2 b	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.3	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.4	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.5	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.6	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.6 a	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.6 b	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.6 c	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.7	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.8	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9	A, B	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 a	A, B	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 a.i	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 a.ii	B	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 b	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 b.i	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 b.ii	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 b.iii	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 b.iv	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 c	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	
3.9 d	A	C	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	

4 - PROCEDIMENTOS DE RECURSOS OU DE REVISÃO													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
4.1	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.1 a	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.1 b	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.2	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.3	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.4	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.4 a	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.4 b	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.4 end	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.5	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
4.6	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	

5 - OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA													
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
5.1	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
5.1 a	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
5.1 b	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
5.1 c	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
5.1 d	A	A	A	A	A	B	B	A	A	B	C	A	
5.2	A	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	
5.3	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	A	
5.3.1	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	A	
5.3.2	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	A	
5.3.3	A	C	A	A	B	B	C	A	A	C	C	A	

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria)

\* C → B significa “categoria previamente notificada como C transferida à categoria B”.

**ANEXO III****Datas indicativas e datas definitivas das categorias B e C pelos países da ALADI:  
Artigos de transparência (de 1 a 5)**

	<b>Categoria</b>	<b>Datas Indicativas</b>	<b>Datas Definitivas</b>
<b>Argentina</b>			
1.2.1	B	22/01/2018	22/01/2018
1.2.1 a	B	22/01/2018	22/01/2018
1.2.1 b	B	22/01/2018	22/01/2018
1.2.1 c	B	22/01/2018	22/01/2018
1.3.4	B	22/01/2018	22/01/2018
1.4 b	B	22/01/2018	22/01/2018
1.4 c	B	22/01/2018	22/01/2018
3.9 a.ii	B	22/01/2023	22/01/2023
<b>Bolívia</b>			
2.2	B	31/12/2019	A determinar
3.1	C	31/12/2020	A determinar
3.2	C	31/12/2020	A determinar
3.2 a	C	31/12/2020	A determinar
3.2 b	C	31/12/2020	A determinar
3.3	C	31/12/2020	A determinar
3.5	C	31/12/2020	A determinar
3.6	C	31/12/2020	A determinar
3.6 a	C	31/12/2020	A determinar
3.6 b	C	31/12/2020	A determinar
3.6 c	C	31/12/2020	A determinar
3.7	C	31/12/2020	A determinar
3.8	C	31/12/2020	A determinar
3.9	C	31/12/2020	A determinar
3.9 a	C	31/12/2020	A determinar
3.9 a.i	C	31/12/2020	A determinar
3.9 a.ii	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.i	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.ii	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.iii	C	31/12/2020	A determinar
3.9 b.iv	C	31/12/2020	A determinar
3.9 c	C	31/12/2020	A determinar
3.9 d	C	31/12/2020	A determinar
5.3	C	31/12/2022	A determinar
5.3.1	C	31/12/2022	A determinar
5.3.2	C	31/12/2022	A determinar
5.3.3	C	31/12/2022	A determinar

<b>Colômbia</b>			
5.3	B	22/02/2022	22/02/2022
5.3.1	B	22/02/2022	22/02/2022
5.3.2	B	22/02/2022	22/02/2022
5.3.3	B	22/02/2022	22/02/2022

	<b>Categoria</b>	<b>Datas Indicativas</b>	<b>Datas Definitivas</b>
<b>Cuba</b>			
1.1.1 a	B	22/02/2021	22/02/2022
1.1.1 c	B	22/02/2021	22/02/2022
1.1.1 f	B	22/02/2021	22/02/2022
1.1.1 i	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.1 a	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.1 b	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.1 c	B	22/02/2022	22/02/2022
1.2.2	B	22/02/2021	22/02/2022
1.2.3	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.1	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.2	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.3	B	22/02/2021	22/02/2022
1.3.4	B	22/02/2021	22/02/2022
1.4 a	B	22/02/2021	22/02/2022
1.4 b	B	22/02/2021	22/02/2022
1.4 c	B	22/02/2022	22/02/2022
3	B	22/02/2021	22/02/2022
3.1	B	22/02/2021	22/02/2022
3.2	B	22/02/2021	22/02/2022
3.2 a	B	22/02/2021	22/02/2022
3.2 b	B	22/02/2021	22/02/2022
3.3	B	22/02/2021	22/02/2022
3.4	B	22/02/2021	22/02/2022
3.5	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6 a	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6 b	B	22/02/2021	22/02/2022
3.6 c	B	22/02/2021	22/02/2022
3.7	B	22/02/2021	22/02/2022
3.8	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 a.i	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 a.ii	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.i	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.ii	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 b.iii	B	22/02/2021	22/02/2022

3.9 b.iv	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 c	B	22/02/2021	22/02/2022
3.9 d	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 a	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 b	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 c	B	22/02/2021	22/02/2022
5.1 d	B	22/02/2021	22/02/2022
5.2	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3.1	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3.2	B	22/02/2021	22/02/2022
5.3.3	B	22/02/2021	22/02/2022

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Equador</b>			
1.1.1 a	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 b	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 c	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 d	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 e	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 f	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 g	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 h	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 i	B	15/01/2021	15/01/2021
1.1.1 j	B	15/01/2021	15/01/2021
1.2.1 a	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.1 b	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.1 c	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.2	B	15/01/2020	15/01/2020
1.2.3	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.1	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.2	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.3	B	15/01/2020	15/01/2020
1.3.4	B	15/01/2020	15/01/2020
1.4 a	B	15/01/2020	15/01/2020
1.4 b	B	15/01/2020	15/01/2020
1.4 c	B	15/01/2020	15/01/2020
2.2	C	15/01/2022	15/01/2020
3.1	B	15/01/2020	15/01/2020
3.2	B	15/01/2020	15/01/2020
3.2 a	B	15/01/2020	15/01/2020
3.2 b	B	15/01/2020	15/01/2020
3.3	B	15/01/2020	15/01/2020
3.4	B	15/01/2020	15/01/2020

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Equador</b>			
3.5	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6 a	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6 b	B	15/01/2020	15/01/2020
3.6 c	B	15/01/2020	15/01/2020
3.7	B	15/01/2020	15/01/2020
3.8	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 a.i	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 a.ii	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.i	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.ii	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.iii	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 b.iv	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 c	B	15/01/2020	15/01/2020
3.9 d	B	15/01/2020	15/01/2020
5.1	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 a	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 b	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 c	B	15/01/2021	15/01/2021
5.1 d	B	15/01/2021	15/01/2021
5.2	B	15/01/2020	15/01/2020
5.3	C	15/01/2024	15/01/2024
5.3.1	C	15/01/2024	15/01/2024
5.3.2	C	15/01/2024	15/01/2024
5.3.3	C	15/01/2024	15/01/2024

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Panamá</b>			
1.1.1 a	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 b	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 c	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 d	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 e	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 f	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 g	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 h	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 i	C	01/06/2022	01/06/2022
1.1.1 j	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.1 a	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.1 b	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.1 c	C	01/06/2022	01/06/2022

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Panamá</b>			
1.2.2	C	01/06/2022	01/06/2022
1.2.3	C	01/06/2022	01/06/2022
1.4 a	C	01/06/2022	01/06/2022
1.4 b	C	01/06/2022	01/06/2022
1.4 c	C	01/06/2022	01/06/2022
2.1.1	C	01/06/2022	01/06/2022
2.1.2	C	01/06/2022	01/06/2022
2.1.3	C	01/06/2022	01/06/2022
2.2	B	01/06/2021	01/06/2021
3.1	B	01/01/2018	01/01/2018
3.2	B	01/01/2018	01/01/2018
3.2 a	B	01/01/2018	01/01/2018
3.2 b	B	01/01/2018	01/01/2018
3.3	B	01/01/2018	01/01/2018
3.4	B	01/01/2018	01/01/2018
3.5	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6 a	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6 b	B	01/01/2018	01/01/2018
3.6 c	B	01/01/2018	01/01/2018
3.7	B	01/01/2018	01/01/2018
3.8	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 a.i	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 a.ii	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.i	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.ii	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.iii	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 b.iv	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 c	B	01/01/2018	01/01/2018
3.9 d	B	01/01/2018	01/01/2018

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Paraguai</b>			
1.1.1	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 a	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 b	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 c	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 d	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 e	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 f	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 g	C	01/09/2018	01/09/2021

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Paraguai</b>			
1.1.1 h	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 i	C	01/09/2018	01/09/2021
1.1.1 j	C	01/09/2018	01/09/2021
1.2.1	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.1 a	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.1 b	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.1 c	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.2	C	01/03/2019	01/09/2021
1.2.3	C	01/03/2019	01/09/2021
1.3.1	C	01/09/2018	01/09/2021
1.3.2	C	01/09/2018	01/09/2021
1.3.3	C	01/09/2018	01/09/2021
1.3.4	C	01/09/2018	01/09/2021
1.4 a	C	01/09/2018	01/09/2021
1.4 b	C	01/09/2018	01/09/2021
1.4 c	C	01/09/2018	01/09/2021
2.1.1	C	01/09/2018	01/09/2020
2.1.2	C	01/09/2018	01/09/2020
2.1.3	C	01/09/2018	01/09/2020
2.2	C	01/09/2018	01/09/2020
5.1	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 a	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 b	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 c	B	01/09/2019	01/09/2019
5.1 d	B	01/09/2019	01/09/2019
5.3.1	C	01/09/2020	01/09/2023
5.3.2	C	01/09/2020	01/09/2023
5.3.3	C	01/09/2020	01/09/2023

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Peru</b>			
3	B	22/02/2020	22/02/2020
3.1	B	22/02/2020	22/02/2020
3.2	B	22/02/2020	22/02/2020
3.2 a	B	22/02/2020	22/02/2020
3.2 b	B	22/02/2020	22/02/2020
3.3	B	22/02/2020	22/02/2020
3.4	B	22/02/2020	22/02/2020
3.5	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6 a	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6 b	B	22/02/2020	22/02/2020
3.6 c	B	22/02/2020	22/02/2020

	Categoria	Datas Indicativas	Datas Definitivas
<b>Peru</b>			
3.7	B	22/02/2020	22/02/2020
3.8	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 a.i	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 a.ii	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.i	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.ii	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.iii	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 b.iv	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 c	B	22/02/2020	22/02/2020
3.9 d	B	22/02/2020	22/02/2020
5.1	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 a	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 b	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 c	C	22/02/2023	22/02/2023
5.1 d	C	22/02/2023	22/02/2023
5.3.1	C	22/02/2023	22/02/2023
5.3.2	C	22/02/2023	22/02/2023
5.3.3	C	22/02/2023	22/02/2023

Fonte: Acordo sobre Facilitação de Comércio, OMC (Elaboração própria)

Nota: Perú presentó en enero de 2021 notificación para prorrogar la fecha definitiva de aplicación de las medidas referentes al artículo 3 del AFC para la fecha de 22 de julio de 2021. Sin embargo, dicha solicitud no fue aprobada por la OMC.

## ANEXO IV

## Notificaciones de transparencia presentadas al Comité de la OMC

**ARGENTINA**

(18-1284)

G/TFA/N/ARG/2

28 de febrero de 2018

Page: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO**

**SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DE ARGENTINA**

La siguiente comunicación, de fecha 22 de febrero de 2018, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina presenta la siguiente notificación de conformidad con los artículos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 a) del artículo 1**

**Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;**

Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="http://www.boletinoficial.gov.ar">www.boletinoficial.gov.ar</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gov.ar">www.infoleg.gov.ar</a>

**la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.1.2.1 a) y b)**

Ministerio de Salud	<a href="http://www.msal.gov.ar">www.msal.gov.ar</a>
Ministerio de Producción	<a href="http://www.produccion.gov.ar/guia-de-tramites">www.produccion.gov.ar/guia-de-tramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gov.ar">www.afip.gov.ar</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="http://www.minhacienda.gov.ar">www.minhacienda.gov.ar</a>
Ministerio de Transporte	<a href="http://www.transporte.gov.ar">www.transporte.gov.ar</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="http://www.agroindustria.gov.ar">www.agroindustria.gov.ar</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gov.ar/tramites">www.senasa.gov.ar/tramites</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="http://www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=169&amp;Itemid=29">www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=169&amp;Itemid=29</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="http://www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext">www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext</a>

c)

Ministerio de Salud	<a href="http://www.argentina.gov.ar/salud/0800saludresponde">www.argentina.gov.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="http://www.produccion.gov.ar/contacto-ministerio-produccion/">www.produccion.gov.ar/contacto-ministerio-produccion/</a>

Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="http://www.minhacienda.gob.ar/contacto/">www.minhacienda.gob.ar/contacto/</a>
Ministerio de Transporte	<a href="http://servicios.transporte.gob.ar/subsidios/colectivos.php">servicios.transporte.gob.ar/subsidios/colectivos.php</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="http://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contacto/index.php">www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contacto/index.php</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/institucional/contactos-0">www.senasa.gob.ar/institucional/contactos-0</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=229&amp;Itemid=82">https://www.inase.gov.ar/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=229&amp;Itemid=82</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="http://www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext">www.inv.gov.ar/index.php/men-inv-asuntosint/men-aint-comext</a>

#### **Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>

Consultas y mesa de ayuda: <https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

#### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

Intercambio de Información Aduanera: División R.I.L.O. (Regional Intelligence Liaison Office) - E-mail: [rilo@afip.gob.ar](mailto:rilo@afip.gob.ar)

Temas de cooperación y otros: Dirección de Asuntos Internacionales - E-mail: [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar)

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12  
DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ARGENTINA

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 28 de noviembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina presenta la siguiente notificación de conformidad con los artículos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 a) del artículo 1**

Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar/">https://ci.vuce.gob.ar/</a>
Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="https://www.boletinoficial.gob.ar/">https://www.boletinoficial.gob.ar/</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gob.ar/">http://www.infoleg.gob.ar/</a>

la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.1 2.1 a) y b)

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar/">https://ci.vuce.gob.ar/</a>
Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud">https://www.argentina.gob.ar/salud</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites">https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/">http://www.afip.gob.ar/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda">https://www.argentina.gob.ar/hacienda</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://www.argentina.gob.ar/transporte">https://www.argentina.gob.ar/transporte</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca">https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/tramites">http://www.senasa.gob.ar/tramites</a>

Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

## c)

Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde">https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion">https://www.argentina.gob.ar/produccion</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">http://www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto">https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://servicios.transporte.gob.ar/">https://servicios.transporte.gob.ar/</a>
Ministerio de Agroindustria	<a href="https://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contacto/index.php">https://www.agroindustria.gob.ar/sitio/areas/ministerio/contacto/index.php</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/senasa">https://www.argentina.gob.ar/senasa</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

Central de información de VUCE: <https://ci.vuce.gob.ar/>

Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>

Consultas y mesa de ayuda: <https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Intercambio de Información Aduanera: División R.I.L.O. (Regional Intelligence Liaison Office)

- E-mail: [dvrilo@afip.gob.ar](mailto:dvrilo@afip.gob.ar)

Temas de cooperación y otros: Dirección de Relaciones Internacionales

E-mail: [dga-internacionales@afip.gob.ar](mailto:dga-internacionales@afip.gob.ar) y [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar)

22 de junio de 2020

(20-4359)

Page: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS  
PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12  
DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ARGENTINA

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 15 de junio de 2020, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina actualiza por la presente su notificación de transparencia de conformidad con el artículo 1.4 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931). La actualización consiste en la corrección de enlaces rotos en el artículo 1.4.

**Párrafo 4 a) del artículo 1**

Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar">https://ci.vuce.gob.ar</a>
Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="https://www.boletinoficial.gob.ar">https://www.boletinoficial.gob.ar</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gob.ar">http://www.infoleg.gob.ar</a>

**la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.1 2.1 a) y b)**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar">https://ci.vuce.gob.ar</a>
Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud">https://www.argentina.gob.ar/salud</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites">https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/">http://www.afip.gob.ar/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda">https://www.argentina.gob.ar/hacienda</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://www.argentina.gob.ar/transporte">https://www.argentina.gob.ar/transporte</a>
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca">https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca</a>

Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/tramites">http://www.senasa.gob.ar/tramites</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

c)

Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde">https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion">https://www.argentina.gob.ar/produccion</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">http://www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto">https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://servicios.transporte.gob.ar/">https://servicios.transporte.gob.ar/</a>
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura/institucional">https://www.argentina.gob.ar/agricultura/institucional</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/senasa">https://www.argentina.gob.ar/senasa</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

Central de información de VUCE: <https://ci.vuce.gob.ar>

Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>

Consultas y mesa de ayuda: <https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Intercambio de Información Aduanera: División R.I.L.O. (Regional Intelligence Liaison Office)

- E-mail: [dvrilo@afip.gob.ar](mailto:dvrilo@afip.gob.ar)

Temas de cooperación y otros: Dirección de Relaciones Internacionales

E-mail: [dga-internacionales@afip.gob.ar](mailto:dga-internacionales@afip.gob.ar) y [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar)

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ARGENTINA

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 24 de septiembre de 2020, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina presenta la siguiente notificación de conformidad con los artículos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931). La actualización consiste en la corrección de enlaces rotos en el artículo 12.2.2.

**Párrafo 4 a) del artículo 1**

**Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar">https://ci.vuce.gob.ar</a>
Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="https://www.boletinoficial.gob.ar">https://www.boletinoficial.gob.ar</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gob.ar">http://www.infoleg.gob.ar</a>

**la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.12.1 a)**

**y b)**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar">https://ci.vuce.gob.ar</a>
Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud">https://www.argentina.gob.ar/salud</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites">https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/">http://www.afip.gob.ar/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda">https://www.argentina.gob.ar/hacienda</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://www.argentina.gob.ar/transporte">https://www.argentina.gob.ar/transporte</a>
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca">https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca</a>

Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/tramites">http://www.senasa.gob.ar/tramites</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**c)**

Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde">https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion">https://www.argentina.gob.ar/produccion</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">http://www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto">https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://servicios.transporte.gob.ar/">https://servicios.transporte.gob.ar/</a>
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura/institucional">https://www.argentina.gob.ar/agricultura/institucional</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/senasa">https://www.argentina.gob.ar/senasa</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

Central de información de VUCE: <https://ci.vuce.gob.ar>  
 Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>  
 Consultas y mesa de ayuda: <https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Intercambio de Información Aduanera:  
 División Intercambio de Información Aduanera y Dirección de Fiscalidad Internacional E-mail:  
[intercambioaduanero@afip.gob.ar](mailto:intercambioaduanero@afip.gob.ar); [fiscalidadinternacional@afip.gob.ar](mailto:fiscalidadinternacional@afip.gob.ar)

Temas de cooperación y otros: Dirección de Relaciones Internacionales  
 E-mail: [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar); [dga-internacionales@afip.gob.ar](mailto:dga-internacionales@afip.gob.ar)



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/ARG/2/Rev.3

5 de octubre de 2020

(20-6750)

Page: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ARGENTINA

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 24 de septiembre de 2020, se distribuye a petición de la delegación del Argentina para información de los Miembros.

Argentina presenta la siguiente notificación de conformidad con los artículos 1.4, 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931). La actualización consiste en la corrección de enlaces rotos en el artículo 12.2.2.

**Párrafo 4 a) del artículo 1**

**Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1;**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar">https://ci.vuce.gob.ar</a>
Boletín Oficial de la República Argentina	<a href="https://www.boletinoficial.gob.ar">https://www.boletinoficial.gob.ar</a>
Información Legislativa y Documental	<a href="http://www.infoleg.gob.ar">http://www.infoleg.gob.ar</a>

**la dirección de Internet (URL) de los sitios web a que se refiere el párrafo 2.12.1 a)**

**y b)**

Central de Información de VUCE	<a href="https://ci.vuce.gob.ar">https://ci.vuce.gob.ar</a>
Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud">https://www.argentina.gob.ar/salud</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites">https://www.argentina.gob.ar/produccion/programasytramites</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/">http://www.afip.gob.ar/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda">https://www.argentina.gob.ar/hacienda</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://www.argentina.gob.ar/transporte">https://www.argentina.gob.ar/transporte</a>
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca">https://www.argentina.gob.ar/agricultura-ganaderia-y-pesca</a>

Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="http://www.senasa.gob.ar/tramites">http://www.senasa.gob.ar/tramites</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**c)**

Ministerio de Salud	<a href="https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde">https://www.argentina.gob.ar/salud/0800saludresponde</a>
Ministerio de Producción	<a href="https://www.argentina.gob.ar/produccion">https://www.argentina.gob.ar/produccion</a>
Administración Federal de Ingresos Públicos	<a href="http://www.afip.gob.ar/contactos/">http://www.afip.gob.ar/contactos/</a>
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto">https://www.argentina.gob.ar/hacienda/contacto</a>
Ministerio de Transporte	<a href="https://servicios.transporte.gob.ar/">https://servicios.transporte.gob.ar/</a>
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca	<a href="https://www.argentina.gob.ar/agricultura/institucional">https://www.argentina.gob.ar/agricultura/institucional</a>
Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria	<a href="https://www.argentina.gob.ar/senasa">https://www.argentina.gob.ar/senasa</a>
Instituto Nacional de Semillas	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inase">https://www.argentina.gob.ar/inase</a>
Instituto Nacional de Vitivinicultura	<a href="https://www.argentina.gob.ar/inv">https://www.argentina.gob.ar/inv</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la ventanilla única de comercio exterior (V.U.C.E.) en los siguientes enlaces:

Central de información de VUCE: <https://ci.vuce.gob.ar>

Iniciativa de la ventanilla única: <https://www.argentina.gob.ar/vuce>

Consultas y mesa de ayuda: <https://www.argentina.gob.ar/vuce/contacto>

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

La información sobre el recurso a los agentes de aduanas está especificada en los artículos 38 al 56 de la Ley N° 22.415 (Código Aduanero de la República Argentina), pudiendo acceder a la mencionada Ley a través del siguiente enlace:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16536/texact.htm>

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Intercambio de Información Aduanera:

División Intercambio de Información Aduanera y Dirección de Fiscalidad Internacional E-mail: [intercambioaduanero@afip.gob.ar](mailto:intercambioaduanero@afip.gob.ar); [fiscalidadinternacional@afip.gob.ar](mailto:fiscalidadinternacional@afip.gob.ar)

Temas de cooperación y otros: Dirección de Relaciones Internacionales

E-mail: [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar); [dga-internacionales@afip.gob.ar](mailto:dga-internacionales@afip.gob.ar)



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

**G/TFA/N/ARG/2/Rev.3/Corr.1**

20 de noviembre de 2020

(20-8418)

Page: 1/1

**Comité de Facilitación del Comercio**

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ARGENTINA

*Corrigendum*

El siguiente texto debe decir lo siguiente:

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Intercambio de Información Aduanera:

División Intercambio de Información Aduanera y Dirección de Fiscalidad Internacional E-mail:  
[intercambioaduanero@afip.gob.ar](mailto:intercambioaduanero@afip.gob.ar); [fiscalidadinternacional@afip.gob.ar](mailto:fiscalidadinternacional@afip.gob.ar)

Temas de cooperación y otros:

Dirección de Relaciones Internacionales Institucionales

E-mail: [asuntosinternacionales@afip.gob.ar](mailto:asuntosinternacionales@afip.gob.ar); [dga-internacionales@afip.gob.ar](mailto:dga-internacionales@afip.gob.ar)

---

**BOLIVIA**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/BOL/1

17 de enero de 2018

(18-0447)

Página: 1/4

Comité sobre Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LAS  
CATEGORÍAS EN VIRTUDEL ACUERDO SOBRE  
FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA**

La siguiente comunicación, de fecha 16 de enero de 2018, se distribuye a petición de la delegación del Estado Plurinacional de Bolivia para información de los Miembros.

---

El Estado Plurinacional de Bolivia presenta las siguientes notificaciones de conformidad con los artículos 15 y 16 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

<u>Disposición</u>	<u>Título/descripción</u>	<u>Categoría</u>	<u>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</u>	<u>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</u>	<u>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</u>
<b>Artículo 1</b>	<b>Publicación y disponibilidad de la información</b>				
Artículo 1.1	Publicación	A	-	-	-
Artículo 1.2	Información disponible por medio de Internet	A	-	-	-
Artículo 1.3	Servicios de información	A	-	-	-
Artículo 1.4	Notificación	A	-	-	-
<b>Artículo 2</b>	<b>Oportunidad de formular observaciones, información antes de la entrada en vigor y consultas</b>				
Artículo 2.1	Oportunidad de formular observaciones e información antes de la entrada en vigor	A	-	-	-
Artículo 2.2	Consultas	B	31 de diciembre 2019	Por determinar	-
<b>Artículo 3</b>	<b>Resoluciones anticipadas</b>				
		C	31 de diciembre de 2020	Por determinar	Cooperación y Asistencia técnica para la implementación de Resoluciones Anticipadas, para lo cual se requiere: - Adquirir conocimiento sobre el marco procedimental y directrices referentes a la tramitación y verificación del uso adecuado de Resoluciones anticipadas. - Conocer las implicancias jurídicas y normativas que conlleva su emisión. - Elaborar reglamentos, procedimientos y otros que permitan la implementación, plazo de vigencia y revocatoria de las resoluciones anticipadas.
<b>Artículo 4</b>	<b>Procedimientos de recurso o de revisión</b>				
		A	-	-	-
<b>Artículo 5</b>	<b>Otras medidas para aumentar la imparcialidad, la no discriminación y la transparencia</b>				
Artículo 5.1	Notificaciones de controles o inspecciones reforzados	A	-	-	-
Artículo 5.2	Retención	A	-	-	-

<b>Disposición</b>	<b>Título / descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 5.3	Procedimientos de prueba	C	31 de diciembre de 2022	Por determinar	Implementación de Centros de Inspección Simultánea, dotados de laboratorios para pruebas de control y verificación de minerales, laboratorios fitosanitarios, cuarentena, entre otros; además de métodos no intrusivos de inspección de mercancías. Inversión estimada: US\$13 millones- US\$16 millones.
<b>Artículo 6</b>	<b>Disciplinas en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas y de sanciones</b>				
Artículo 6.1	Disciplinas generales en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	A	=	=	=
Artículo 6.2	Disciplinas específicas en materia de derechos y cargas de tramitación aduanera establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	31 de diciembre de 2019	Por determinar	=
Artículo 6.3	Disciplinas en materia de sanciones	B	31 diciembre de 2019	Por determinar	=
<b>Artículo 7</b>	<b>Levante y despacho de las mercancías</b>				
Artículo 7.1	Tramitación previa a la llegada	B	31 de diciembre de 2019	Por determinar	=
Artículo 7.2	Pago electrónico	A	=	=	=
Artículo 7.3	Separación entre el levante y la determinación definitiva de los derechos de aduana, impuestos, tasas y cargas	A	=	=	=
Artículo 7.4	Gestión de riesgo	A	=	=	=
Artículo 7.5	Auditoría posterior al despacho de aduana	A	=	=	=
Artículo 7.6	Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante	B	31 de diciembre de 2019	Por determinar	=
Artículo 7.7	Medidas de facilitación del comercio para los operadores autorizados	A	=	=	=
Artículo 7.8	Envíos urgentes	B	30 de junio de 2020	Por determinar	=
Artículo 7.9	Mercancías perecederas	A	=	=	=
<b>Artículo 8</b>	<b>Cooperación entre los organismos que intervienen en la frontera</b>				
		A	=	=	=
<b>Artículo 9</b>	<b>Traslado de mercancías destinadas a la importación bajo control aduanero</b>				
		A	=	=	=

**BRASIL**



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/BRA/2\*

17 de marzo de 2017

(17-1503)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: inglés

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1 DEL ACUERDO  
SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DEL BRASIL

La siguiente comunicación, de fecha 16 de marzo de 2017, se distribuye a petición del Brasil para información de los Miembros.

---

De conformidad con el párrafo 4 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931), el Brasil notifica por la presente la dirección del sitio web del servicio de información oficial establecido por el Gobierno del Brasil conforme a lo previsto en el párrafo 3 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio. Las peticiones de información en portugués, español o inglés se pueden enviar a la dirección siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br>.

El enlace directo para las peticiones de información en inglés es el siguiente: [www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/i](http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/i).

El enlace directo para las peticiones de información en español es el siguiente: [www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/e](http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/e).

---

12 de septiembre de 2018

(18-5642)

Página: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: inglés

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL  
COMERCIO**

COMUNICACIÓN DEL BRASIL

*Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 10 de septiembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación del Brasil para información de los Miembros.

Como complemento de la notificación de fecha 16 de marzo de 2017 (G/TFA/N/BRA/2), en la que comunicó su compromiso en virtud del párrafo 4 c) del artículo 1 (que se reproduce a continuación para facilitar su consulta), el Brasil presenta la siguiente notificación de conformidad con los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 4 del artículo 1**

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1**

El sitio web del servicio de información oficial establecido por el Gobierno del Brasil conforme a lo previsto en el párrafo 3 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio es el siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br> (para peticiones de información en portugués, español o inglés).

El enlace directo para las peticiones de información en inglés es el siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/i>.

El enlace directo para las peticiones de información en español es el siguiente: <http://www.comexresponde.gov.br/default/index/index/lang/e>.

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

La ventanilla única nacional del Brasil -Siscomex- se estableció en virtud del Decreto Presidencial Nº 660/1992, modificado por el Decreto Presidencial Nº 8229/2014. Los comerciantes y los agentes de aduanas registrados pueden acceder a ella en el sitio web <http://www.siscomex.gov.br>, utilizando un certificado digital. La ventanilla única está gestionada por un comité compuesto por el Viceministro de Hacienda; el Viceministro de Industria, Comercio Exterior y Servicios; el Secretario de Ingresos Federales y Aduanas; y el Secretario de Comercio Exterior. En ella participan 22 organismos. La ventanilla única debe utilizarse para aplicar todos los reglamentos que impongan a los comerciantes restricciones, formalidades o prescripciones referentes a las importaciones o las exportaciones. A través de ella, los importadores y exportadores pueden presentar toda la información que les solicitan los organismos participantes por vía electrónica. Cuando se requieren documentos comerciales adicionales, el sistema permite presentar copias digitales, con firmas digitales.

El Siscomex inicial se puso en marcha para las exportaciones en 1993 y para las importaciones en 1997. El sistema se encuentra en proceso de remodelación desde 2014 con el fin de satisfacer las exigencias actuales de los comerciantes y los organismos participantes, que demandan una mejora de los procesos de importación y exportación, del cumplimiento y de la transparencia. La nueva ventanilla única para las exportaciones está plenamente operativa desde julio de 2018. El nuevo sistema para las importaciones está en proceso de elaboración.

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

El Brasil no exige el recurso a agentes de aduanas.

Legislación que regula el recurso a agentes de aduanas:

Decreto Nº 6.759/2009, artículos 808-810. Se puede consultar en:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm)

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Secretaría de Ingresos Federales del Brasil

División de Intercambio de Información Fiscal y Aduanera de la Oficina de Relaciones Internacionales

SAS Quadra 3 - Bloco O - 8º andar Brasília - DF, Brasil

70079-900

Correo electrónico: [eoi.customs@receita.fazenda.gov.br](mailto:eoi.customs@receita.fazenda.gov.br).

---



**G/TFA/N/BRA/2/Add.2**

15 August 2019

(19-5306)

Page: 1/1

Committee on Trade Facilitation

Original: English

## **NOTIFICATION UNDER ARTICLE 1.4 OF THE AGREEMENT ON TRADE FACILITATION**

### COMMUNICATION FROM BRAZIL

#### *Addendum*

The following communication, dated 13 August 2019, is being circulated at the request of the delegation of Brazil for Members' information.

---

Following up on the notification dated 12 September 2018 (G/TFA/N/BRA/2/Add.1) in which Brazil notified its Articles 1.4 (c), 10.4.3, 10.6.2 and 12.2.2 commitments, Brazil hereby makes the following notification in response to Articles 1.4 (a) and (b) of the Agreement on Trade Facilitation (WT/L/931).

#### **Article 1, Paragraph 4**

##### **The official place(s) where the items in subparagraphs 1.1(a) to (j) have been published**

The official means of publication for all Brazilian federal regulation, including the items in subparagraphs 1.1(a) to (j) is the Official Gazette, Diário Oficial da União, which is available through the Internet at the website [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).

##### **The Uniform Resource Locators of website(s) referred to in paragraph 2.1**

Besides the official publication in the Official Gazette (Diário Oficial da União), available at [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br), the information referred to in paragraph 2.1 is also available at the National Single Window website: [www.siscomex.gov.br](http://www.siscomex.gov.br).

---

**CHILE**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/CHL/2

20 de diciembre de 2018

(18-8064)

Página: 1/7

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE  
FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE CHILE

La siguiente comunicación, de fecha 18 de diciembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación de Chile para información de los Miembros.

Chile presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**ARTÍCULO 1: PUBLICACIÓN Y DISPONIBILIDAD DE LA INFORMACIÓN**

Párrafos 4 a) y b)

El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

Biblioteca del Congreso Nacional de la República	<a href="https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico">https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico</a>	Contiene toda la normativa nacional
--	---	-------------------------------------

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Servicio Nacional de Aduanas – Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importación
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Normativa: Ingreso de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/formularios.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/formularios.html</a>	Formulario Declaración de Ingreso (DIN)
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html">https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html</a>	Normativa: Salida de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html</a>	Formulario de salida (DUS)
	<a href="https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html">https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html</a>	Exportación de servicios

	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/inf_exportacion.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/inf_exportacion.html</a>	Normativa: <u>calificación servicios de exportación</u>
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1</a>	<u>Antecedentes generales de exportaciones pecuarias</u>
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones</a>	<u>Antecedentes generales de exportaciones agrícolas</u>
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0</a>	
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0</a>	<u>Importaciones Pecuaria</u>
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0</a>	<u>Importaciones y tránsito Agrícola</u>	
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas</a>		
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados</a>		
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito</a>		
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas</a>	<u>Exportaciones de vinos y bebidas alcohólicas</u>	
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas</a>	<u>Importación de bebidas alcohólicas</u>	
<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion</a>	<u>Autorización de plaguicidas para tratamientos en material de propagación sólo para exportación</u>	

	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion</a>	<u>Solicitud de importación de plaguicidas</u>
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm</a>	<u>Importación de OGM</u>
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas</a>	<u>Requisitos importación de semillas</u>
Ministerio de Salud  Instituto de Salud Pública	<a href="http://www.minsal.cl">http://www.minsal.cl</a>  <a href="http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial">http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial</a>  <a href="http://www.ispch.cl/anamed /an_exportacion">http://www.ispch.cl/anamed /an_exportacion</a>	<u>Establece requisitos para:</u>  <u>Productos alimenticios</u> <u>Productos farmacéuticos o alimenticios de uso médico o cosmético</u> <u>Estupefacientes y sustancias psicotrópicas que causen dependencia</u> <u>Control de alimentos</u> <u>Sustancias tóxicas o peligrosas para la salud.</u> <u>Comercio Exterior: regulación de los productos sometidos a control de exportación e importación</u>
Subsecretaría de Pesca – Ministerio de Economía	<a href="http://www.subpesca.cl">http://www.subpesca.cl</a>  <a href="http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html">http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html</a>	<u>Establece requisitos para:</u>  <u>Recursos hidrobiológicos, cualquiera sea su estado de desarrollo, incluidas las especies de carácter ornamental</u> <u>Productos pesqueros</u>
Servicio Nacional de Pesca (SERNAPESCA) = Ministerio de Economía	<u>Exportación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion</a>  <u>Importación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion</a>	<u>Establece requisitos para:</u>  <u>- Acreditación de la legalidad y calidad sanitaria de los productos pesqueros</u>
Comisión Chilena de Energía Nuclear	<a href="http://www.cchen.cl">http://www.cchen.cl</a>  <a href="http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136">http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136</a>	<u>Establece requisitos para:</u>  <u>- Elementos o materiales fértiles, fisionables o radioactivos, sustancias radioactivas, equipos o instrumentos que</u>

		generan radiaciones ionizantes
<u>Dirección General de Movilización Nacional</u>	<a href="http://www.dgmn.cl">http://www.dgmn.cl</a>	Establece requisitos para: Armas de fuego, municiones, explosivos y sustancias químicas, inflamables y asfixiantes.
	- Departamento de Convenciones y Regímenes de Control Internacionales: <a href="http://www.dgmn.cl/convenciones/">http://www.dgmn.cl/convenciones/</a>	Establece solicitudes de exportación, importación, certificados, declaraciones y formularios, en el ámbito de la Convención de Armas Químicas y Convención Armas Biológicas.
<u>SAG (Fauna silvestre)</u>	<a href="http://www.sag.cl">http://www.sag.cl</a>	Requisitos para especies de fauna y flora silvestres protegidas por el Convenio CITES.
<u>CONAF (Flora silvestre)</u>	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites</a> <a href="http://www.conaf.cl">http://www.conaf.cl</a>	
<u>SERNAPESCA (Fauna Hidrobiológica)</u>	<a href="http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php">http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php</a> <a href="http://www.sernapesca.cl">http://www.sernapesca.cl</a> <a href="http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites">http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites</a>	
<u>Ministerios de Economía y de Vivienda y Urbanismo</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/asocfile/20070227201457/asocfile120060721113339.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/asocfile/20070227201457/asocfile120060721113339.pdf</a>	Requisitos para la importación de Cemento

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html">https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html</a>	Arancel de Chile actualmente en vigor
-------------------------------------	---	---------------------------------------

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Importación
-------------------------------------	---	-------------

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/compendio-de-normas-aduaneras/aduana/2007-04-23/125943.html">https://www.aduana.cl/compendio-de-normas-aduaneras/aduana/2007-04-23/125943.html</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html</a>	<u>Valoración Aduanera</u>
-------------------------------------	--	----------------------------

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html">https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html</a>	<u>Normas de origen en el marco de los acuerdos comerciales</u>
<u>DIRECON</u>	<a href="https://www.direcon.gob.cl/certificacion-de-origen/">https://www.direcon.gob.cl/certificacion-de-origen/</a>	

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	<u>Importaciones y exportaciones prohibidas o restringidas</u>
-------------------------------------	---	--

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Servicio Nacional de Aduanas</u>	<a href="http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html">http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html</a>	
<u>Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura</u>	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859</a>	Ley 18455, fija normas sobre producción, elaboración y comercialización de alcoholes etílicos, bebidas alcohólicas y vinagres, y deroga libro I de la ley n° 17.105.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794</a>	Ley 17105, fija texto refundido de la ley de alcoholes, bebidas alcohólicas y vinagres.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178</a>	Decreto Ley 3557, establece disposiciones sobre protección agrícola.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954</a>	Decreto 16 de 1963, sanidad y protección animal.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858</a>	Ley 20380, sobre protección de animales.

	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529</a>	
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714</a>	Ley 19162, establece sistema obligatorio de clasificación de ganado, tipificación y nomenclatura de sus carnes y regula funcionamiento de mataderos, frigoríficos y establecimientos de la industria de la carne.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766</a>	Ley 20962, aplica convención sobre el comercio internacional de especies amenazadas de flora y faunasilvestre.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460</a>	Ley 4601, establece las disposiciones por que se regirá la caza en el territorio de la República.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709</a>	Ley 20089, crea sistema nacional de certificación de productos orgánicos agrícolas.

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14</a> (Artículo 121)	Reposición Administrativa
Tribunales Tributarios y Aduaneros	<a href="http://www.tta.cl/">http://www.tta.cl/</a>	Procedimiento de reclamación
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/inicio.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/inicio.html</a>	Acuerdos comerciales internacionales
DIRECON	<a href="https://www.direcon.gob.cl/acuerdos-comerciales/">https://www.direcon.gob.cl/acuerdos-comerciales/</a>	Acuerdos comerciales internacionales

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/contingente.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/contingente.html</a>	Contingente de azúcar
	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=21648_4">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=21648_4</a>	

**Párrafo c)****Datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1**

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html">https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html</a>	Oficina de informaciones, reclamos y sugerencias
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactomas">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactomas</a>	Mesa de ayuda
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/contacto">http://www.sag.gob.cl/contacto</a>	Formulario de contacto

**ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO****Párrafo 4.3 del artículo 10****Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.**

Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio</a>	Ventanilla Única de Comercio Exterior
------------------------	---	---------------------------------------

**Párrafo 6.2 del artículo 10****Notificación sobre el recurso a agentes de aduanas**

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html">https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html</a>	Requisitos, responsabilidad, deberes de agentes de aduanas.
------------------------------	---	---

**ARTÍCULO 12: COOPERACIÓN ADUANERA****Párrafo 2.2 del artículo 12****Notificación sobre los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera**

Servicio Nacional de Aduanas	Daniela Veas Jefa Asuntos Internacionales del Servicio Nacional de Aduanas	<a href="mailto:dveas@aduana.cl">dveas@aduana.cl</a>
------------------------------	---	--



G/TFA/N/CHL/2/Add.1

3 de junio de 2019

(19-3757)

Página: 1/1

---

**Comité de Facilitación del Comercio**

Original: español

## **NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4.3 DEL ARTÍCULO 10 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

### COMUNICACIÓN DE CHILE

Chile presenta la siguiente notificación de fecha 27 de mayo de 2019, con el objetivo de complementar la información contenida en la notificación G/TFA/N/CHL/2 del 20 de diciembre de 2018, respecto a las disposiciones del Artículo 10.4.3 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

---

#### **ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO**

##### **Párrafo 4.3 del artículo 10: Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.**

El Sistema Integrado de Comercio Exterior (SICEX) es la ventanilla única de Chile que sirve para realizar de forma simple y rápida las tramitaciones de exportación e importación. Nació el año 2010 con el Decreto Supremo N°1049/2010, con el objetivo de facilitar el comercio exterior mediante el uso de un sistema de clase mundial, diseñado de acuerdo a las mejores prácticas y estándares internacionales.

Su propósito es reducir tiempos y costos, agilizando los trámites de exportación e importación que se realizan de forma electrónica, conectándose con los diferentes servicios públicos que participan en el comercio exterior y eliminando la doble digitación a través de un punto único de ingreso de datos. De esta forma, se logra eficiencia y transparencia en la gestión de operaciones de comercio exterior, a través de una plataforma de atención continua con monitoreo, alertas y trazabilidad de las operaciones.

Para más información ingresar a: <https://www.sicexchile.cl/>

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE CHILE

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 20 de diciembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Chile para información de los Miembros.

Chile presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**ARTÍCULO 1: PUBLICACIÓN Y DISPONIBILIDAD DE LA INFORMACIÓN**

**Párrafos 4 a) y b)**

**El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

Biblioteca del Congreso Nacional de la República	<a href="https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico">https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico</a>	Contiene toda la normativa nacional
--	---	-------------------------------------

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Servicio Nacional de Aduanas - Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importación
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Normativa: Ingreso de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/formulario-din/aduana/2018-12-04/122940.html">https://www.aduana.cl/formulario-din/aduana/2018-12-04/122940.html</a>	Formulario Declaración de Ingreso (DIN)
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html">https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html</a>	Normativa: Salida de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html</a>	Formulario de salida (DUS)
	<a href="https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html">https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html</a>	Exportación de servicios

	<a href="http://www.aduana.cl/anexo-35-documento-unico-de-salida-y-su-continuacion/aduana/2007-02-21/134024.html#vtxt_cuerpo_T0">http://www.aduana.cl/anexo-35-documento-unico-de-salida-y-su-continuacion/aduana/2007-02-21/134024.html#vtxt_cuerpo_T0</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/docs/20070221/20070221134024/asocfile120040419115907.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/docs/20070221/20070221134024/asocfile120040419115907.pdf</a> <a href="https://www.aduana.cl/exportacion-de-servicios/aduana/2019-01-04/202900.html">https://www.aduana.cl/exportacion-de-servicios/aduana/2019-01-04/202900.html</a>	Normativa: calificación servicios de exportación
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1</a>	Antecedentes generales de exportaciones pecuarias
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0</a>	Antecedentes generales de exportaciones agrícolas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0</a>	Importaciones Pecuaria
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito</a>	Importaciones y tránsito Agrícola
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas</a>	Exportaciones de vinos y bebidas alcohólicas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas</a>	Importación de bebidas alcohólicas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion</a>	Autorización de plaguicidas para tratamientos en material de propagación sólo para exportación
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion</a>	Solicitud de importación de plaguicidas

	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm</a>	Importación de OGM
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas</a>	Requisitos importación de semillas
Ministerio de Salud Instituto de Salud Pública	<a href="http://www.minsal.cl">http://www.minsal.cl</a> <a href="http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial">http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial</a> <a href="http://www.ispch.cl/anamed/an_exportacion">http://www.ispch.cl/anamed /an_exportacion</a>	Establece requisitos para: Productos alimenticios Productos farmacéuticos o alimenticios de uso médico o cosmético Estupefacientes y sustancias psicotrópicas que causen dependencia Control de alimentos Sustancias tóxicas o peligrosas para la salud. Comercio Exterior: regulación de los productos sometidos a control de exportación e importación
Subsecretaría de Pesca – Ministerio de Economía	<a href="http://www.subpesca.cl">http://www.subpesca.cl</a> <a href="http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html">http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html</a>	Establece requisitos para: Recursos hidrobiológicos, cualquiera sea su estado de desarrollo, incluidas las especies de carácter ornamental Productos pesqueros
Servicio Nacional de Pesca (SERNAPESCA) – Ministerio de Economía	<u>Exportación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion</a> <u>Importación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion</a>	Establece requisitos para: - Acreditación de la legalidad y calidad sanitaria de los productos pesqueros
Comisión Chilena de Energía Nuclear	<a href="http://www.cchen.cl">http://www.cchen.cl</a> <a href="http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136">http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136</a>	Establece requisitos para: - Elementos o materiales fértiles, fisionables o radioactivos, sustancias radioactivas, equipos o instrumentos que generan radiaciones ionizantes

Dirección General de Movilización Nacional	<a href="http://www.dgmn.cl">http://www.dgmn.cl</a>	Establece requisitos para: Armas de fuego, municiones, explosivos y sustancias químicas, inflamables y asfixiantes.
	Departamento de Convenciones y Regímenes de Control Internacionales: <a href="http://www.dgmn.cl/convenciones/">http://www.dgmn.cl/convenciones/</a>	Establece solicitudes de exportación, importación, certificados, declaraciones y formularios, en el ámbito de la Convención de Armas Químicas y Convención Armas Biológicas.
SAG (Fauna silvestre)	<a href="http://www.sag.cl">http://www.sag.cl</a>	Requisitos para especies de fauna y flora silvestres protegidas por el Convenio CITES.
CONAF (Flora silvestre)	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites</a>	
SERNAPESCA (Fauna Hidrobiológica)	<a href="http://www.conaf.cl">http://www.conaf.cl</a> <a href="http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php">http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php</a> <a href="http://www.sernapesca.cl">http://www.sernapesca.cl</a> <a href="http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites">http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites</a>	
Ministerios de Economía y Vivienda y de Urbanismo	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/asocfile/20070227201457/asocfile120060721113339.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070227/asocfile/20070227201457/asocfile120060721113339.pdf</a>	Requisitos para la importación de Cemento

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html">https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html</a>	Arancel de Chile actualmente en vigor
------------------------------	---	---------------------------------------

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Importación
------------------------------	---	-------------

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html</a>	Valoración Aduanera
------------------------------	---	---------------------

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html">https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html</a>	Normas de origen en el marco de los acuerdos comerciales
PROCHILE	<a href="https://www.prochile.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/">https://www.prochile.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/</a>	

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importaciones y exportaciones prohibidas o restringidas
------------------------------	---	---

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html">http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html</a>	
Servicio Agrícola y Ganadero - Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=301_35">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=301_35</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859</a>	Ley 18455, fija normas sobre producción y comercialización de alcoholes etílicos, bebidas alcohólicas y vinagres, y deroga libro I de la ley n° 17.105.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794</a>	Ley 17105, fija texto refundido de la ley de alcoholes, bebidas alcohólicas y vinagres.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178</a>	Decreto Ley 3557, establece disposiciones sobre protección agrícola.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954</a>	Decreto 16 de 1963, sanidad y protección animal.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858</a>	Ley 20380, sobre protección de animales.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529</a>	
<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714</a>	Ley 19162, establece sistema obligatorio de clasificación de ganado, tipificación y nomenclatura de sus carnes y regula funcionamiento de	

		mataderos, frigoríficos y establecimientos de la industria de la carne.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766</a>	Ley 20962, aplica convención sobre el comercio internacional de especies amenazadas de flora y faunasilvestre.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460</a>	Ley 4601, establece las disposiciones por que se regirá la caza en el territorio de la República.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709</a>	Ley 20089, crea sistema nacional de certificación de productos orgánicos agrícolas.

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14</a> (Artículo 121)	Reposición Administrativa
Tribunales Tributarios y Aduaneros	<a href="http://www.tta.cl/">http://www.tta.cl/</a>	Procedimiento de reclamación
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/acuerdos_y_tratados.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/acuerdos_y_tratados.html</a>	Acuerdos comerciales internacionales
Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales (SUBREI)	<a href="https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales/">https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales/</a>	Acuerdos comerciales internacionales

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/normativas.html?filtro=20190118000549">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/port/normativas.html?filtro=20190118000549</a> <a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484</a>	Contingente de azúcar
------------------------------	--	-----------------------

**Párrafo c)****Datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1**

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html">https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html</a>	Oficina de informaciones, reclamos y sugerencias
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactotomas">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/contactotomas</a>	Mesa de ayuda
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/contacto">http://www.sag.gob.cl/contacto</a>	Formulario de contacto

**ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO****Párrafo 4.3 del artículo 10****Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.**

Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio</a>	Ventanilla Única de Comercio Exterior
------------------------	---	---------------------------------------

**Párrafo 6.2 del artículo 10****Notificación sobre el recurso a agentes de aduanas**

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html">https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html</a>	Requisitos, responsabilidad, deberes de agentes de aduanas.
------------------------------	---	---

**ARTÍCULO 12: COOPERACIÓN ADUANERA****Párrafo 2.2 del artículo 12****Notificación sobre los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera**

Servicio Nacional de Aduanas	<b>Andrea Ortiz</b> Jefa Asuntos Internacionales del Servicio Nacional de Aduanas	<a href="mailto:aortiz@aduana.cl">aortiz@aduana.cl</a>
------------------------------	--	--

24 de agosto de 2020

(20-5768)

Página: 1/8

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBREFACILITACIÓN DEL  
COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE CHILE

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 20 de agosto de 2020, se distribuye a petición de la delegación de Chile para información de los Miembros.

Chile presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931). La revisión consiste en la actualización de los enlaces que figuran en el cuadro del párrafo 4 del artículo 1, apartado a), inciso a) y en el cuadro del párrafo 4 del artículo 1, apartado c).

**ARTÍCULO 1: PUBLICACIÓN Y DISPONIBILIDAD DE LA INFORMACIÓN**

**Párrafos 4 a) y b)**

**El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

Biblioteca del Congreso Nacional de la República	<a href="https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico">https://www.leychile.cl/Consulta/homebasico</a>	Contiene toda la normativa nacional
--	---	-------------------------------------

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Servicio Nacional de Aduanas – Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importación
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Normativa: Ingreso de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/formulario-din/aduana/2018-12-04/122940.html">https://www.aduana.cl/formulario-din/aduana/2018-12-04/122940.html</a>	Formulario Declaración de Ingreso (DIN)
	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html">https://www.aduana.cl/capitulo-4-salida-de-mercancias/aduana/2007-02-16/180251.html</a>	Normativa: Salida de mercancías
	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070221/pags/20070221134024.html</a>	Formulario de salida (DUS)
	<a href="https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html">https://www.aduana.cl/preguntas-exportacion-de-servicios/aduana/2013-05-14/114321.html</a>	Exportación de servicios Normativa: calificación servicios de exportación

	<a href="http://www.aduana.cl/anexo-35-documento-unico-de-salida-y-su-continuacion/aduana/2007-02-21/134024.html#vtxt_cuerpo_T0">http://www.aduana.cl/anexo-35-documento-unico-de-salida-y-su-continuacion/aduana/2007-02-21/134024.html#vtxt_cuerpo_T0</a> <a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/docs/20070221/20070221134024/asocfile120040419115907.pdf">https://www.aduana.cl/aduana/site/docs/20070221/20070221134024/asocfile120040419115907.pdf</a> <a href="https://www.aduana.cl/exportacion-de-servicios/aduana/2019-01-04/202900.html">https://www.aduana.cl/exportacion-de-servicios/aduana/2019-01-04/202900.html</a>	
Servicio Agrícola y Ganadero - Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-1</a>	Antecedentes generales de exportaciones pecuarias
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/aspectos-basicos-para-exportar-productos-agricolas</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-diferentes-paises</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-vegetales-estados-unidos</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/material-de-propagacion</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/frambuesas</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/incumplimientos-0</a>	Antecedentes generales de exportaciones agrícolas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-0</a>	Importaciones Pecuaria
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importaciones-y-transitos-0</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/puertos-habilitados</a> <a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/productos-agricolas-en-transito</a>	Importaciones y tránsito Agrícola
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/exportaciones-de-vinos-y-bebidas-alcoholicas</a>	Exportaciones de vinos y bebidas alcohólicas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-bebidas-alcoholicas</a>	Importación de bebidas alcohólicas
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/autorizacion-de-plaguicidas-para-tratamientos-en-material-de-propagacion-solo-para-exportacion</a>	Autorización de plaguicidas para tratamientos en material de propagación sólo para exportación
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion</a>	Solicitud de importación de plaguicidas

	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/importacion-de-ogm</a>	Importación de OGM
	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/requisitos-importacion-de-semillas</a>	Requisitos importación de semillas
Ministerio de Salud Instituto de Salud Pública	<a href="http://www.minsal.cl">http://www.minsal.cl</a> <a href="http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial">http://www.ispch.cl/anamed/importaciones-uso-comercial</a> <a href="http://www.ispch.cl/anamed /an exportacion">http://www.ispch.cl/anamed /an exportacion</a>	Establece requisitos para: Productos alimenticios Productos farmacéuticos o alimenticios de uso médico o cosmético Estupefacientes y sustancias psicotrópicas que causen dependencia Control de alimentos Sustancias tóxicas o peligrosas para la salud. Comercio Exterior: regulación de los productos sometidos a control de exportación e importación
Subsecretaría de Pesca – Ministerio de Economía	<a href="http://www.subpesca.cl">http://www.subpesca.cl</a> <a href="http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html">http://www.subpesca.cl/portal/619/w3-article-12194.html</a>	Establece requisitos para: Recursos hidrobiológicos, cualquiera sea su estado de desarrollo, incluidas las especies de carácter ornamental Productos pesqueros
Servicio Nacional de Pesca (SERNAPESCA) – Ministerio de Economía	<u>Exportación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/exportacion</a> <u>Importación</u> <a href="http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion">http://www.sernapesca.cl/area-trabajo/importacion</a>	Establece requisitos para: - Acreditación de la legalidad y calidad sanitaria de los productos pesqueros
Comisión Chilena de Energía Nuclear	<a href="http://www.cchen.cl">http://www.cchen.cl</a> <a href="http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136">http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=860:circular-02-13&amp;catid=382&amp;Itemid=136</a>	Establece requisitos para: - Elementos o materiales fértiles, fisiónables o radioactivos, sustancias radioactivas, equipo e instrumentos que generan radiaciones ionizantes

Dirección General de Movilización Nacional	<a href="http://www.dgmn.cl">http://www.dgmn.cl</a>	Establece requisitos para: Armas de fuego, municiones, explosivos y sustancias químicas, inflamables y asfixiantes.
	Departamento de Convenciones y Regímenes de Control Internacionales: <a href="http://www.dgmn.cl/convenciones">http://www.dgmn.cl/convenciones</a>	Establece solicitudes de exportación, importación, certificados, declaraciones y formularios, en el ámbito de la Convención de Armas Químicas y Convención Armas Biológicas.
SAG (Fauna silvestre)	<a href="http://www.sag.cl">http://www.sag.cl</a>	Requisitos para especies de fauna y flora silvestres protegidas por el Convenio CITES.
CONAF (Flora silvestre)	<a href="http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites">http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/convencion-cites</a>	
SERNAPESCA (Fauna Hidrobiológica)	<a href="http://www.conaf.cl">http://www.conaf.cl</a> <a href="http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php">http://oficinavirtual.conaf.cl/recursos/cites.php</a> <a href="http://www.sernapesca.cl">http://www.sernapesca.cl</a> <a href="http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites">http://www.sernapesca.cl/busqueda?search=cites</a>	
Ministerios de Economía y Vivienda y de Urbanismo	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=247341</a> <a href="https://www.aduana.cl/o-en-caso-de-importacion-de-cemento-clasificado-en-la-partida/aduana/2020-08-04/162042.html">https://www.aduana.cl/o-en-caso-de-importacion-de-cemento-clasificado-en-la-partida/aduana/2020-08-04/162042.html</a>	Requisitos para la importación de Cemento

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html">https://www.aduana.cl/arancel-aduanero-vigente/aduana/2016-12-30/090118.html</a>	Arancel de Chile actualmente en vigor
------------------------------	---	---------------------------------------

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html">https://www.aduana.cl/capitulo-3-ingreso-de-mercancias/aduana/2007-02-16/135454.html</a>	Importación
------------------------------	---	-------------

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070215/pags/20070215153316.html</a>	Valoración Aduanera
------------------------------	---	---------------------

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html">https://www.aduana.cl/tratados-y-acuerdos-de-libre-comercio/aduana/2007-02-28/122217.html</a>	Normas de origen en el marco de los acuerdos comerciales
PROCHILE	<a href="https://www.prochile.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/">https://www.prochile.gob.cl/certificacion-de-origen/que-son-las-reglas-de-origen/</a>	

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html">https://www.aduana.cl/importaciones-de-productos/aduana/2007-02-28/161116.html</a>	Importaciones y exportaciones prohibidas o restringidas
------------------------------	---	---

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html">http://normativa.aduana.cl/aduana/site/artic/20070705/pags/20070705155434.html</a>	
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=29859</a>	Ley 18455, fija normas sobre producción, elaboración y comercialización de alcoholes etílicos, bebidas alcohólicas y vinagres, y deroga libro de la ley n° 17.105.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=28794</a>	Ley 17105, fija texto refundido de la ley de alcoholes, bebidas alcohólicas y vinagres.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=7178</a>	Decreto Ley 3557, establece disposiciones sobre protección agrícola.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=3954</a>	Decreto 16 de 1963, sanidad y protección animal.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1006858</a>	Ley 20380, sobre protección de animales.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30529</a>	

	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=1096714</a>	Ley 19162, establece sistema obligatorio de clasificación de ganado, tipificación y nomenclatura de sus carnes y regula funcionamiento de mataderos, frigoríficos y establecimientos de la industria de la carne.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=24766</a>	Ley 20962, aplica convención sobre el comercio internacional de especies amenazadas de flora y fauna silvestre.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=246460</a>	Ley 4601, establece las disposiciones por que se regirá la caza en el territorio de la República.
	<a href="http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709">http://normativa.sag.gob.cl/Publico/Normas/DetalleNorma.aspx?id=30709</a>	Ley 20089, crea sistema nacional de certificación de productos orgánicos agrícolas.

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=238919&amp;idVersion=2017-09-14</a> (Artículo 121)	Reposición Administrativa
Tribunales Tributarios y Aduaneros	<a href="http://www.tta.cl">http://www.tta.cl</a>	Procedimiento de reclamación
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30135</a>	Ley 18755, establece normas sobre el Servicio Agrícola y Ganadero, deroga la ley n° 16.640 y otras disposiciones.

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/por_t/acuerdos_y_tratados.html">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/por_t/acuerdos_y_tratados.html</a>	Acuerdos comerciales internacionales
Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales (SUBREI)	<a href="https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales">https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales</a>	Acuerdos comerciales internacionales

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/por/normativas.html?filtro=20190118000549">https://www.aduana.cl/aduana/site/edic/base/por/normativas.html?filtro=20190118000549</a> <a href="https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484">https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=216484</a>	Contingente de azúcar
------------------------------	--	-----------------------

**Párrafo c)**

**Datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1**

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html">https://www.aduana.cl/oirs-oficina-de-informaciones-reclamos-y-sugerencias/aduana/2013-03-08/164407.html</a>	Oficina de informaciones, reclamos y sugerencias
Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio">https://www.sicexchile.cl/portal/web/sicex/inicio</a>	Mesa de ayuda
Servicio Agrícola y Ganadero – Ministerio de Agricultura	<a href="http://www.sag.gob.cl/contacto">http://www.sag.gob.cl/contacto</a>	Formulario de contacto

## **ARTÍCULO 10: FORMALIDADES EN RELACIÓN CON LA IMPORTACIÓN, LA EXPORTACIÓN Y EL TRÁNSITO**

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

**Notificación sobre el funcionamiento de la ventanilla única.**

Ministerio de Hacienda	<a href="https://www.sicexchile.cl">https://www.sicexchile.cl</a>	Ventanilla Única de Comercio Exterior
------------------------	---	---------------------------------------

El Sistema Integrado de Comercio Exterior (SICEX) es la ventanilla única de Chile que sirve para realizar de forma simple y rápida las tramitaciones de exportación e importación. Nació el año 2010 con el Decreto Supremo N°1049/2010, con el objetivo de facilitar el comercio exterior mediante el uso de un sistema de clase mundial, diseñado de acuerdo a las mejores prácticas y estándares internacionales.

Su propósito es reducir tiempos y costos, agilizando los trámites de exportación e importación que se realizan de forma electrónica, conectándose con los diferentes servicios públicos que participan en el comercio exterior y eliminando la doble digitación a través de un punto único de ingreso de datos. De esta forma, se logra eficiencia y transparencia en la gestión de operaciones de comercio exterior, a través de una plataforma de atención continua con monitoreo, alertas y trazabilidad de las operaciones.

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

**Notificación sobre el recurso a agentes de aduanas**

Servicio Nacional de Aduanas	<a href="https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html">https://www.aduana.cl/agentes-de-aduana/aduana/2012-04-27/094321.html</a>	Requisitos, responsabilidad, deberes de agentes de aduanas.
------------------------------	---	---

## **ARTÍCULO 12: COOPERACIÓN ADUANERA**

### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

#### **Notificación sobre los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera**

Servicio Nacional de Aduanas	<b>Andrea Ortiz</b> Jefa Asuntos Internacionales del Servicio Nacional de Aduanas	<a href="mailto:aortiz@aduana.cl">aortiz@aduana.cl</a>
------------------------------	--	--

---

**COLOMBIA**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

**G/TFA/N/COL/2**

30 de octubre de 2019

(19-7270)

Página: 1/11

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE COLOMBIA

La siguiente comunicación, de fecha 15 de octubre 2019, se distribuye a petición de la delegación de Colombia para información de los Miembros.

Colombia presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 4 del artículo 1**

**El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/">https://www.dian.gov.co/</a>	Página principal de la autoridad aduanera
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx</a>	Importación
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx</a>	Exportación
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transitoaduanero.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transitoaduanero.aspx</a>	Tránsito aduanero
	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx</a>	Formularios
	<a href="https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autoasistencia.aspx">https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autoasistencia.aspx</a>	Autoasistencia – guías/manuales de los regímenes aduaneros
	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165</a>	Decreto 1165 de 2019 – Régimen de Aduanas
	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resoluci%C3%B3n%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resoluci%C3%B3n%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a>	Resolución 46 de 2019 – Reglamentación régimen de aduanas

Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima	<a href="https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales">https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales</a>	En este micro sitio, en los links: "EXPORTACIONES" "IMPORTACIONES" Se encuentra información relacionada con los procedimientos de importación, exportación (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos.
Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion">https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion</a>	Control Técnico a la importación de insumos destinados a la actividad agropecuaria.
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo	<a href="http://www.vuce.gov.co">www.vuce.gov.co</a>	La VUCE vincula 21 entidades del Estado. Los módulos de la VUCE son: importaciones, exportaciones, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación, comercializadoras internacionales, e inspección simultánea.

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces">https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces</a>	Consulta por subpartida arancelaria de toda la información adjunta a ella, incluido IVA y gravamen arancelario
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo	<a href="https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%206%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf">https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%206%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf</a>	Decreto 2153 de 2016 por el cual se adopta el Arancel de Aduanas

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima	<a href="https://www.invima.gov.co/web/guest/tarifas">https://www.invima.gov.co/web/guest/tarifas</a>	En la página web de Invima se encuentra publicado el manual tarifario vigente.
Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="https://www.ica.gov.co/servicios_linea/sispap_principal.aspx">https://www.ica.gov.co/servicios_linea/sispap_principal.aspx</a>	Resolución 00040063 del 20 de diciembre de 2018 – Por la cual se actualizan tarifas
	<a href="https://www.ica.gov.co/getattachment/Oferta-Institucional/Tarifas/Resolucion-00040063-tarifas-2019-1.pdf.aspx?lang=es-CO">https://www.ica.gov.co/getattachment/Oferta-Institucional/Tarifas/Resolucion-00040063-tarifas-2019-1.pdf.aspx?lang=es-CO</a>	<p>-Tarifa para la expedición de Documento zoosanitario de Importación.</p> <p>-Tarifa Certificado de Inspección sanitaria portuaria de importaciones y exportaciones.</p> <p>-Tarifa Certificado zoosanitario para exportación.</p> <p>- Tarifa inscripciones y registros de exportador – importador de especies de plantas ornamentales.</p> <p>- Tarifa importación – exportación con requisitos fitosanitarios de material vegetal.</p> <p>- Tarifa inspección fitosanitaria portuaria de importaciones y exportaciones de material vegetal de especies ornamentales y no ornamentales.</p> <p>- Tarifa seguimiento fitosanitario post- entrada de material vegetal de propagación asexual y sexual que se importe.</p> <p>- Tarifa seguimiento fitosanitario post- entrada de material vegetal de propagación asexual y sexual que se importe.</p>

Instituto Colombiano Agropecuario – ICA (cont.)		- Tarifa registro e inspección en puertos de Embalajes y estibas de madera sólida con destino al comercio internacional.
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo	<a href="http://www.mincit.gov.co/ministerio/normograma-sig/procesos-misionales/facilitacion-del-comercio-y-defensa-comercial/resoluciones/2004-2006/resolucion-1271-de-2005.aspx">http://www.mincit.gov.co/ministerio/normograma-sig/procesos-misionales/facilitacion-del-comercio-y-defensa-comercial/resoluciones/2004-2006/resolucion-1271-de-2005.aspx</a>	Resolución 1271 de 2005 y Resolución 2234 de 2005 Fija el precio de los registros electrónicos y de los aplicativos informáticos para su transmisión a la Ventanilla Única de Comercio Exterior, VUCE

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/valoracion%20de%20mercancias/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/valoracion de mercancías/Paginas/default.aspx</a>	Valoración de mercancías
	<a href="https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces">https://muisca.dian.gov.co/WebArancel/DefMenuConsultas.faces</a>	Arancel de aduanas
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/Paginas/SisResoAnticipada.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/Paginas/SisResoAnticipada.aspx</a>	Resoluciones anticipadas y Clasificación arancelaria
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo	<a href="https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%2026%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf">https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/DECRETO%202153%20DEL%2026%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202016.pdf</a>	Decreto 2153 de 2016 por el cual se adopta el Arancel de Aduanas

## 1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Ministerio de Comercio, Industria y Turismo	<a href="http://www.tlc.gov.co/">http://www.tlc.gov.co/</a>	En la página web <a href="http://www.tlc.gov.co">www.tlc.gov.co</a> se encuentran publicados los acuerdos comerciales vigentes, suscritos y en negociación – Capítulos de Reglas y Procedimientos de Origen.
Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/Paginas/OrigenMercancias.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/Paginas/OrigenMercancias.aspx</a>	Origen de mercancías

## 1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<p>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</p>	<p><a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf</a></p> <p><a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a></p>	<p>Decreto 1165 de 2019</p> <p>Resolución 46 de 2019</p> <p>Nota:</p> <p><b>Restricciones al ingreso de mercancías:</b> Artículos 125, 126, 127 y 128 de la Resolución 46 de 2019, de conformidad con lo dispuesto en el párrafo del artículo 75 del Decreto 1165 de 2019.</p> <p><b>Restricciones a la salida de mercancías:</b> Artículo 369 de la Resolución 46 de 2019, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 75 del Decreto 1165 de 2019.</p> <p><b>Restricciones en el régimen de tránsito:</b> Artículo 458 de la Resolución 46 de 2019, de conformidad con lo dispuesto en el inciso primero del artículo 437 del Decreto 1165 de 2019.</p>
<p>Congreso de la República</p>	<p><a href="https://www.sic.gov.co/recursos_user/documentos/normatividad/Leyes/1999_Hacia_Atras/Ley_18_1990.pdf">https://www.sic.gov.co/recursos_user/documentos/normatividad/Leyes/1999_Hacia_Atras/Ley_18_1990.pdf</a></p>	<p>Ley 18 de 1990 - Prohíbe la fabricación, importación, distribución, venta y uso de juguetes bélicos en el territorio nacional</p>
<p>Asamblea Nacional Constituyente</p>	<p><a href="http://www.secretariasenado.gov.co/senado/base/doc/constitucion_politica_1991_pr002.html#81">http://www.secretariasenado.gov.co/senado/base/doc/constitucion_politica_1991_pr002.html#81</a></p>	<p>Prohíbe la fabricación, importación, posesión y uso de armas químicas, biológicas y nucleares, así como la introducción al territorio nacional de residuos nucleares y desechos tóxicos.</p>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf</a>	Régimen sancionatorio: Título 14 del Decreto 1165 de 2019
Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima	<a href="http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/arb/1000.htm">http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/arb/1000.htm</a> <a href="https://www.invima.gov.co/documents/20143/430795/ley_9_1979.pdf">https://www.invima.gov.co/documents/20143/430795/ley_9_1979.pdf</a>	En referencia al procedimiento sancionatorio y medidas sanitarias la normatividad sanitaria se refiere a lo establecido en los artículos 576 y subsiguientes de la Ley 9 de 1979.
Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto-1071-2015/CAPITULO-10-De-las-Sanciones.aspx">https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto-1071-2015/CAPITULO-10-De-las-Sanciones.aspx</a>	Decreto Único Reclamatorio Sector Agricultura
Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="http://www.secretariassenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1955_2019_pr003.html#156">http://www.secretariassenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1955_2019_pr003.html#156</a>	Plan Nacional de Desarrollo 2018-2022 – potestad sancionatoria del ICA e infracciones
Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="http://www.secretariassenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTU LO%20III-III-I">http://www.secretariassenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTU LO%20III-III-I</a>	Ley 1437 de 2011 – Capítulo III Proceso Administrativo sancionatorio

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf</a>	Decreto 1165 de 2019 /según procedimiento
Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima Instituto Colombiano Agropecuario - ICA	<a href="http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/ley_1437_2011.htm">http://normograma.invima.gov.co/normograma/docs/ley_1437_2011.htm</a> <a href="http://www.secretariassenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTU LO%20III-III">http://www.secretariassenado.gov.co/senado/base/doc/ley_1437_2011_pr001.html#CAP%C3%8DTU LO%20III-III</a>	Ley 1437 de 2011. Por la cual se expide el Código de Procedimiento Administrativo y de lo Contencioso Administrativo.

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/Paginas/DocumentosOrigen.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/aspectecmercancias/Paginas/DocumentosOrigen.aspx</a>	Acuerdos comerciales en vigor para la República de Colombia
---	---	---

Ministerio de Comercio, Industria y Turismo	<a href="http://www.tlc.gov.co/">http://www.tlc.gov.co/</a>	En la página web <a href="http://www.tlc.gov.co">www.tlc.gov.co</a> se encuentran publicados los acuerdos comerciales vigentes, suscritos y en negociación.
---	---	---

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resolución%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a>	Resolución 46 de 2019 Nota: <b>Cupos</b> _____ y <b>contingentes arancelarios:</b> Artículos _____ 218 _____ y siguientes.
---	---	---

**La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)	<a href="https://www.dian.gov.co/">https://www.dian.gov.co/</a>	Página principal de la autoridad aduanera
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Importacion.aspx</a>	Importación
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/Exportacion.aspx</a>	Exportación
	<a href="https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transitoaduanero.aspx">https://www.dian.gov.co/aduanas/Paginas/transitoaduanero.aspx</a>	Tránsito aduanero
	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx</a>	Formularios
	<a href="https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autoasistencia.aspx">https://www.dian.gov.co/Transaccional/Paginas/autoasistencia.aspx</a>	Autoasistencia – guías/manuales de los regímenes aduaneros
	<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165">https://www.dian.gov.co/normatividad/Decretos/Decreto_1165_02072019.pdf#search=Decreto%201165</a>	Decreto 1165 de 2019 Régimen de Aduanas
<a href="https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resoluci%C3%B3n%20000046%20de%2026-07-2019.pdf">https://www.dian.gov.co/normatividad/Normatividad/Resoluci%C3%B3n%20000046%20de%2026-07-2019.pdf</a>	Resolución 46 de 2019-Reglamentación régimen de aduanas	
Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima	<a href="https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales">https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales</a>	En este micro sitio, en los links: "EXPORTACIONES" "IMPORTACIONES" Se encuentra información relacionada con los

		procedimientos de importación, exportación (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos.
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion">https://www.ica.gov.co/importacion-y-exportacion</a>	Control Técnico a la importación de insumos destinados a la actividad agropecuaria.
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.vuce.gov.co">www.vuce.gov.co</a>	La VUCE vincula 21 entidades del Estado. Los módulos de la VUCE son: importaciones, exportaciones, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación, comercializadoras internacionales, e inspección simultánea.

Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/formulariosinstructivos/Paginas/default.aspx</a>	Formularios
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	<a href="http://www.vuce.gov.co">www.vuce.gov.co</a>	La VUCE vincula 21 entidades del Estado. Los módulos de la VUCE son: importaciones, exportaciones, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación, comercializadoras internacionales, e inspección simultánea.

<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<a href="https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales">https://www.invima.gov.co/acceso-a-mercados-internacionales</a>	<p>En este micro sitio, en los links:  <u>"EXPORTACIONES"</u>  <u>"IMPORTACIONES"</u></p> <p>Se encuentra información relacionada con Los procedimientos de importación, exportación (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos.</p>
--	---	--

### Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	<a href="https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/contactenos/Paginas/PqrsDenuncias.aspx">https://www.dian.gov.co/atencionciudadano/contactenos/Paginas/PqrsDenuncias.aspx</a>	<u>Servicio informático de Quejas, Reclamos, Sugerencias, Glosario, Marco Normativo y Preguntas</u>
<u>Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos Invima</u>	<p>Nombre: Dirección de Operaciones Sanitarias  Teléfono: + 57 2948700 71071  Dirección: Carrera 10 No. 64-28  Correo electrónico:  <a href="mailto:Consultaspuertos@invima.gov.co">Consultaspuertos@invima.gov.co</a>  <a href="mailto:ofi-ainternacionales@invima.gov.co">ofi-ainternacionales@invima.gov.co</a>  Sitio web: <a href="http://www.invima.gov.co">www.invima.gov.co</a>  <a href="https://www.invima.gov.co/web/guest/canales-de-atencion">https://www.invima.gov.co/web/guest/canales-de-atencion</a></p>	<p>Dirección de Operaciones Sanitarias  Oficina de Asuntos Internacionales</p> <p><u>Canales de atención al ciudadano</u></p>
<u>Instituto Colombiano Agropecuario - ICA</u>	<a href="https://www.ica.gov.co/atencion-al-ciudadano">https://www.ica.gov.co/atencion-al-ciudadano</a>	<u>Canales de atención al ciudadano</u>

### Párrafo 4.3 del artículo 10

#### Detalles del Funcionamiento de la Ventanilla Única

##### *La Ventanilla Única de Comercio Exterior – VUCE*

La Ventanilla Única de Comercio Exterior –VUCE– es la principal herramienta de Facilitación del Comercio del País, se creó mediante el Decreto 4149 de 2004 y es administrada por el Ministerio de Comercio, Industria y Turismo, a la fecha se cuenta con diez (10) servicios de trámites de comercio exterior.

La implementación de la VUCE se ha realizado de manera gradual desde el año 2005 a través de la cual se canalizan trámites de comercio exterior de 70.000 usuarios vinculados a 21 entidades del Estado en los diferentes módulos de importaciones y exportaciones por medio del cual se realizan

los trámites de vistos buenos, registro de productores de bienes nacionales, sistemas especiales de importación y exportación y comercializadoras internacionales, inspección simultánea, este último permitió la eliminación del documentos "Carta de Responsabilidad" que se presenta ante la Policía Antinarcóticos, entre otros trámites de la VUCE.

La VUCE tiene el Sistema de Administración de Riesgos que permite que los procesos de evaluación sean aprobados de manera automática a través de unas variables que analizan el riesgos. Actualmente, el sistema permite la aprobación de los registros de importación pasando de un 1 día a 3 minutos, disminuyendo los tiempos de respuesta de la entidad.

Los diez (10) módulos de la VUCE son: Importaciones (tramites de vistos por parte de 19 entidades y lo correspondiente al Registro o Licencia de Importación), Exportaciones (Visto buenos), Inspección Simultánea (realiza el agendamiento electrónico de las inspecciones de la carga de exportación en puerto para la inspección física o no intrusiva), Registro de Productores de Bienes Nacionales, presentación y actualización de exportadores para la Policía Antinarcóticos, Régimen de Transformación y Ensamble, Sistemas Especiales de Importación – Exportación, Comercializadoras Internacionales, Contingentes y Sistema de Riesgo.

En puertos, para el régimen de exportación, la VUCE cuenta con el módulo del Sistema de Inspección Simultánea (SIIS) que coordina la operación en puertos, generando un agendamiento electrónico para el desarrollo de la inspección por parte de las entidades de control, reduciendo los tiempos de inspección de 3 días a 1 día, esto permite adicionalmente eliminar las dobles movilizaciones de la carga.

Así mismo, se desarrolló el aplicativo informático para la presentación de los exportadores a través de la VUCE, donde las empresas diligencian la información pertinente a su compañía, para que Policía Antinarcóticos pueda generar su análisis de riesgos, de manera tal que la información es estándar y de fácil acceso para las diferentes salas de análisis, eliminando la presentación física de los representantes legales de las empresas, contribuyendo a la política de cero papel.

*Interoperabilidad.* La VUCE cuenta con la interoperabilidad en el servicio de inspección simultánea con la DIAN y puertos.

A nivel internacional, se cuenta con interoperabilidad entre las Ventanillas Únicas en el marco de la Alianza del Pacífico, en lo correspondiente a los certificados fitosanitarios.

Sitio web de la VUCE Colombia: [www.vuce.gov.co](http://www.vuce.gov.co)

## **Párrafo 6.2 del artículo 10**

### **Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

El marco normativo colombiano en relación a los agentes de aduanas, señala lo siguiente:

De conformidad con lo establecido el Decreto 1165 de 2019 (artículo 34 en adelante) las agencias de aduanas son las personas jurídicas autorizadas por la Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN) para ejercer el agenciamiento aduanero, actividad auxiliar de la función pública aduanera de naturaleza mercantil y de servicio, orientada a garantizar que los usuarios de comercio exterior que utilicen sus servicios cumplan con las normas legales existentes en materia de importación, exportación y tránsito aduanero y cualquier operación o procedimiento aduanero inherente a dichas actividades.

Las agencias de aduanas tienen como fin esencial colaborar con las autoridades aduaneras en la estricta aplicación de las normas legales relacionadas con el comercio exterior para el adecuado desarrollo de los regímenes, modalidades aduaneras y demás actividades y procedimientos derivados de los mismos.

De conformidad al artículo 33 del Decreto en mención, no se requiere el uso obligatorio de las agencias de aduanas en los procedimientos aduaneros, dado que el importador o exportador podrán actuar directamente ante la Administración Aduanera, por cualquier cuantía, para adelantar los trámites aduaneros inherentes al régimen, modalidad u operación aduanera de que se trate.

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera son los siguientes:

<u>Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>	Nombre: <u>Ingrid Magnolia Díaz Rincón</u> Teléfono: <u>(57+1) 607 99 99</u> Dirección: <u>Carrera 8 N° 6C – 38, piso 6, Edificio San Agustín, Bogotá D.C., Colombia</u> Correo electrónico: <u><a href="mailto:dir_aduanas@dian.gov.co">dir_aduanas@dian.gov.co</a></u> Sitio web: <u><a href="https://www.dian.gov.co/">https://www.dian.gov.co/</a></u>	<u>Directora de Gestión de Aduanas de la Unidad Administrativa Especial Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)</u>
<u>Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>	Nombre: <u>Luis Fernando Fuentes Ibarra</u> Teléfono: <u>(57+1) 606 76 76 Ext. 2100</u> Dirección: <u>Calle 28 No. 13A-15, Bogotá D.C., Colombia</u> Correo electrónico: <u><a href="mailto:lfuentes@mincit.gov.co">lfuentes@mincit.gov.co</a></u> Sitio web: <u><a href="https://www.mincit.gov.co/">https://www.mincit.gov.co/</a></u>	<u>Director de Comercio Exterior - Ministerio de Comercio, Industria y Turismo</u>

**CUBA**



**ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO**

**G/TFA/N/CUB/1**

13 de marzo de 2018

**(18-1501)**

Página: 1/4

**Comité sobre Facilitación del Comercio**

Original: español

## **NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LAS CATEGORÍAS EN VIRTUD DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

### **COMUNICACIÓN DE CUBA**

La siguiente comunicación, de fecha 12 de marzo de 2018, se distribuye a petición de la delegación de Cuba para información de los Miembros.

---

El Gobierno de la República de Cuba presenta las siguientes notificaciones de conformidad con los artículos 15 y 16 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
<b>Artículo 1</b>	<b>Publicación y disponibilidad de la información</b>				
Artículo 1.1.1(a)	Publicación	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.1.1(b)		A	=	=	-
Artículo 1.1.1(c)		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.1.1(d)-(e)		A	=	=	-
Artículo 1.1.1(f)		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.1.1(g)-(h)		A	=	=	-
Artículo 1.1.1(i)		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.1.1(j)		A	=	=	-
Artículo 1.2.1(a)-(b)	Información disponible por medio de Internet	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.2.1(c)		B	22 de febrero de 2022	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.2.2-1.2.3		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.3	Servicios de información	C	22 de febrero de 2021	Por determinar	Adquisición de equipos de tecnologías de la información y las comunicaciones; Formación y desarrollo de capacidad sobre experiencias exitosas de servicios de información.
Artículo 1.4(a)-(b)	Notificación	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
Artículo 1.4(c)		B	22 de febrero de 2022	22 de febrero de 2022	-
<b>Artículo 2</b>	<b>Oportunidad de formular observaciones, información antes de la entrada en vigor y consultas</b>				
Artículo 2.1	Oportunidad de formular observaciones e información antes de la entrada en vigor	A	=	=	-
Artículo 2.2	Consultas	A	=	=	-
<b>Artículo 3</b>	<b>Resoluciones anticipadas</b>				
<b>Artículo 4</b>	<b>Procedimientos de recurso o de revisión</b>				
		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	-
		A	=	=	-

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
<b>Artículo 5 Otras medidas para aumentar la imparcialidad, la no discriminación y la transparencia</b>					
Artículo 5.1	Notificaciones de controles o inspecciones reforzados	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 5.2	Retención	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 5.3	Procedimientos de prueba	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
<b>Artículo 6 Disciplinas en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas y de sanciones</b>					
Artículo 6.1	Disciplinas generales en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 6.2	Disciplinas específicas en materia de derechos y cargas de tramitación aduanera establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	A	=	=	=
Artículo 6.3	Disciplinas en materia de sanciones	A	=	=	=
<b>Artículo 7 Levante y despacho de las mercancías</b>					
Artículo 7.1	Tramitación previa a la llegada	A	=	=	=
Artículo 7.2	Pago electrónico	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 7.3	Separación entre el levante y la determinación definitiva de los derechos de aduana, impuestos, tasas y cargas	A	=	=	=
Artículo 7.4	Gestión de riesgo	A	=	=	=
Artículo 7.5	Auditoría posterior al despacho de aduana	A	=	=	=
Artículo 7.6	Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 7.7	Medidas de facilitación del comercio para los operadores autorizados	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 7.8	Envíos urgentes	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 7.9	Mercancías perecederas	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
<b>Artículo 8 Cooperación entre los organismos que intervienen en la frontera</b>					
<b>Artículo 9 Traslado de mercancías destinadas a la importación bajo control aduanero</b>					
		A	=	=	=
<b>Artículo 10 Formalidades en relación con la importación, la exportación y el tránsito</b>					
Artículo 10.1	Formalidades y requisitos de documentación	A	=	=	=
Artículo 10.2	Aceptación de copias	A	=	=	=
Artículo 10.3	Utilización de las normas internacionales	A	=	=	=

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 10.4	Ventanilla única	C	22 de febrero de 2023	Por determinar	Se requiere asistencia técnica para la capacitación del personal destinado a su creación, en particular en los procesos vinculados a la simplificación, así como en transferir conocimiento y que permita la actualización y adecuación de las Autoridades Nacionales Competentes a nuevas formas de actuación. Adquisición de equipos de tecnologías de la información y las comunicaciones y de otros tipos. Se tiene un estudio de viabilidad y un proyecto elaborado por la UNCTAD que data de agosto de 2014, pero no se cuenta con donantes que permitan su ejecución.
Artículo 10.5	Inspección previa a la expedición	A	=	=	=
Artículo 10.6	Recurso a agentes de aduanas	A	=	=	=
Artículo 10.7	Procedimientos en frontera comunes y requisitos de documentación uniformes	A	=	=	=
Artículo 10.8	Mercancías rechazadas	A	=	=	=
Artículo 10.9	Admisión temporal de mercancías y perfeccionamiento activo y pasivo	A	=	=	=
<b>Artículo 11 Libertad de tránsito</b>					
Artículo 11.1-11.10		A	=	=	=
Artículo 11.11-11.14		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 11.15-11.17		A	=	=	=
<b>Artículo 12 Cooperación aduanera</b>					
		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=

3 de octubre de 2019

(19-6398)

Página: 1/4

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

## NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LAS CATEGORÍAS EN VIRTUDEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

### COMUNICACIÓN DE CUBA

#### *Addendum*

La siguiente comunicación, de la que se recibió una primera versión el 22 de agosto de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Cuba para información de los Miembros.

Como complemento de la notificación de fecha 13 de marzo de 2018 (G/TFA/N/CUB/1), el Gobierno de la República de Cuba presenta las siguientes notificaciones de conformidad con los artículos 15, 16 y 19 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

En correspondencia con el calendario de notificaciones para los Miembros en Desarrollo, se informan las fechas definitivas para la implementación del artículo 10.4 (Ventanilla Única) y del artículo 1.3 (Servicios de información).

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación</b>
Artículo 1.3	Servicios de información	22 de febrero de 2022
Artículo 10.4	Ventanilla única	22 de febrero de 2024

Además, de conformidad con el artículo 19 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio, se transfiere el artículo 1.3 (Servicios de Información) de la Categoría C para la B.

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Notificada anteriormente como categoría</b>	<b>Categoría actual</b>
Artículo 1.3	Servicios de información	C	B

Para mayor claridad, la lista completa de los compromisos de las diferentes categorías de Cuba se resume en el cuadro adjunto.

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
<b>Artículo 1</b>	<b>Publicación y disponibilidad de la información</b>				
Artículo 1.1.1(a)	Publicación	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.1.1(b)		A	=	=	=
Artículo 1.1.1(c)		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.1.1(d)-(e)		A	=	=	=
Artículo 1.1.1(f)		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.1.1(g)-(h)		A	=	=	=
Artículo 1.1.1(i)		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.1.1(j)		A	=	=	=
Artículo 1.2.1(a)-(b)	Información disponible por medio de Internet	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.2.1(c)		B	22 de febrero de 2022	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.2.2-1.2.3		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.3	Servicios de información	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.4(a)-(b)	Notificación	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 1.4(c)		B	22 de febrero de 2022	22 de febrero de 2022	=
<b>Artículo 2</b>	<b>Oportunidad de formular observaciones, información antes de la entrada en vigor y consultas</b>				
Artículo 2.1	Oportunidad de formular observaciones e información antes de la entrada en vigor	A	=	=	=
Artículo 2.2	Consultas	A	=	=	=
<b>Artículo 3</b>	<b>Resoluciones anticipadas</b>				
<b>Artículo 4</b>	<b>Procedimientos de recurso o de revisión</b>				
		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
<b>Artículo 5</b>	<b>Otras medidas para aumentar la imparcialidad, la no discriminación y la transparencia</b>				
Artículo 5.1	Notificaciones de controles o inspecciones reforzados	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=

Artículo 5.2	Retención		B	22 de febrero de 2021				22 de febrero de 2022	=
Artículo 5.3	Procedimientos de prueba		B	22 de febrero de 2021				22 de febrero de 2022	=
<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>				
<b>Artículo 6</b>	<b>Disciplinas en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación con ellas y de sanciones</b>								
Artículo 6.1	Disciplinas generales en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022					
Artículo 6.2	Disciplinas específicas en materia de derechos y cargas de tramitación aduanera establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	A	=	=					
Artículo 6.3	Disciplinas en materia de sanciones	A	=	=					
<b>Artículo 7</b>	<b>Levante y despacho de las mercancías</b>								
Artículo 7.1	Tramitación previa a la llegada	A	=	=					
Artículo 7.2	Pago electrónico	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022					
Artículo 7.3	Separación entre el levante y la determinación definitiva de los derechos de aduana, impuestos, tasas y cargas	A	=	=					
Artículo 7.4	Gestión de riesgo	A	=	=					
Artículo 7.5	Auditoría posterior al despacho de aduana	A	=	=					
Artículo 7.6	Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022					
Artículo 7.7	Medidas de facilitación del comercio para los operadores autorizados	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022					
Artículo 7.8	Envíos urgentes	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022					
Artículo 7.9	Mercancías percederas	B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022					
<b>Artículo 8</b>	<b>Cooperación entre los organismos que intervienen en la frontera</b>								
Artículo 9	Traslado de mercancías destinadas a la importación bajo control aduanero	A	=	=					
<b>Artículo 10</b>	<b>Formalidades en relación con la importación, la exportación y el tránsito</b>								
Artículo 10.1	Formalidades y requisitos de documentación	A	=	=					
Artículo 10.2	Aceptación de copias	A	=	=					
Artículo 10.3	Utilización de las normas internacionales	A	=	=					

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 10.4	Ventanilla única	C	22 de febrero de 2023	22 de febrero de 2024	Se requiere asistencia técnica para la capacitación del personal destinado a su creación, en particular en los procesos vinculados a la simplificación, así como en transferir conocimiento que permita la actualización y adecuación de las Autoridades Nacionales Competentes a nuevas formas de actuación. Adquisición de equipos de tecnologías de la información y las comunicaciones y de otros tipos. Se tiene un estudio de viabilidad y un proyecto elaborado por la UNCTAD que data de agosto de 2014, pero no se cuenta con donantes que permitan su ejecución.
Artículo 10.5	Inspección previa a la expedición	A	=	=	=
Artículo 10.6	Recurso a agentes de aduanas	A	=	=	=
Artículo 10.7	Procedimientos en frontera comunes y requisitos de documentación uniformes	A	=	=	=
Artículo 10.8	Mercancías rechazadas	A	=	=	=
Artículo 10.9	Admisión temporal de mercancías y perfeccionamiento activo y pasivo	A	=	=	=
<b>Artículo 11 Libertad de tránsito</b>					
Artículo 11.1-11.10		A	=	=	=
Artículo 11.11-11.14		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=
Artículo 11.15-11.17		A	=	=	=
<b>Artículo 12 Cooperación aduanera</b>					
		B	22 de febrero de 2021	22 de febrero de 2022	=



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/CUB/2

3 de octubre de 2019

(19-6396)

Page: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

## NOTIFICACIÓN DE ARREGLOS Y DE PROGRESOS EN LA PRESTACIÓN DE ASISTENCIA TÉCNICA Y APOYO PARA LA CREACIÓN DE CAPACIDAD EN RELACIÓN CON LAS DISPOSICIONES DESIGNADA EN LA CATEGORÍA C

### COMUNICACIÓN DE CUBA

La siguiente comunicación, de fecha 2 de octubre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Cuba para información de los Miembros.

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación</b>
Artículo 10.4	Ventanilla Única	C	22 de febrero de 2023	22 de febrero de 2024
<b>Donante:</b> Unión Europea				
<b>Progresos realizados en la prestación de asistencia técnica y apoyo para la creación de capacidad:</b>				
<b>Cuba. Sistema de Ventanilla Única Electrónica para el Procedimiento de Comercio Exterior:</b>				
<p>En 2014 se solicitó oficialmente a la UNCTAD un proyecto para para la implementación de la estrategia de desarrollo de la Ventanilla Única electrónica de Comercio Exterior (<b>VUCE</b>), bajo el requisito de que serían adjudicados los fondos financieros por la cooperación internacional. La Unión Europea asignó los fondos de esta Cooperación en julio de 2019.</p> <p>A partir de ese momento, el Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera (<b>MINCEX</b>) desarrolló, bajo la asistencia técnica de la UNCTAD y de conjunto un cronograma de trabajo para documentar, clarificar y la simplificación de los procesos de registros, permisos previos y despacho, mediante el desarrollo de seminarios sobre implementación de un sistema de ventanilla Única. Se ha recibido capacitación por parte de expertos de la UNCTAD.</p> <p>En marzo de 2018 se recibe el Derecho de Uso del "<b>Sistema eRegistration</b>" el cual fue hospedado en un servidor nacional. El logro más significativo durante el año 2019 fue finalizar la documentación de esta plataforma a partir de la asistencia técnica recibida de la UNCTAD. La plataforma tiene documentada 125 normativas, 108 trámites de 41 organismos, instituciones o Autoridades Nacionales Competentes.</p> <p>En septiembre de 2019 quedó implementado por el MINCEX y la UNCTAD un mecanismo de autenticación para el "<b>Sistema eRegulations</b>" nombrado "<b>Central Authentication Service (CAS)</b>".</p> <p>Se presentó por parte de la UNCTAD el <b>Prototipo VUCE Fase I</b>, para lo cual se acordó el primer servicio automatizado a desarrollar hasta enero de 2020 por la integración de los registros del MINCEX, la Cámara de Comercio de Cuba y la Aduana General de la República (AGR), ejecutándose un análisis del servicio integrado en línea.</p> <p>Se acordó crear la <b>Base de Datos Postgre de la Cámara de Comercio de Cuba</b>, comprar un servidor para esta institución y desarrollar los servicios web de Ventanilla Única en el MINCEX, la Cámara de Comercio de Cuba y la Aduana General de la República. También se acordó un <b>Formulario Único de Ventanilla Única</b>.</p> <p>Se decidió integrar la <b>Pasarela de Pago ENZONA</b> a la Ventanilla Única</p> <p>Quedó acordado el desarrollo de "<b>Web Services</b>" con la <b>Oficina Nacional de Administración Tributaria (ONAT)</b>.</p>				

27 de enero de 2021

(21-0766)

Página: 1/2

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

## NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 3 DEL ARTÍCULO 22 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

### COMUNICACIÓN DE CUBA

La siguiente comunicación, de 22 enero de 2021, se distribuye a petición de la delegación de Cuba.

Cuba presenta la siguiente notificación relativa a los puntos de contacto de las oficinas encargadas de coordinar y establecer las prioridades de la asistencia y el apoyo para la creación de capacidad relacionados con la facilitación del comercio, de conformidad con el párrafo 3 del artículo 22 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

### Párrafo 3 del artículo 22

Los puntos de contacto de las oficinas encargadas de coordinar y establecer las prioridades de la asistencia y el apoyo para la creación de capacidad relacionados con la facilitación del comercio son:

<u>Nombre</u>	<b>Sr. William Díaz Menéndez</b>
<u>Título</u>	Consejero Comercial
<u>Tipo de contacto</u>	Delegado en Ginebra
<u>Organismo/Ministerio/Otro</u>	Misión de Cuba en Ginebra
<u>Dirección</u>	100, Chemin de Valérie, 1292, Chambésy, Genève, Suisse
<u>Teléfono</u>	+41227589430
<u>Correo electrónico</u>	<a href="mailto:oficome@ch.embacuba.cu">oficome@ch.embacuba.cu</a>

<u>Nombre</u>	<b>Sr. Carlos Fidel Martín Rodríguez</b>
<u>Título</u>	Director de la Dirección de Organismos Económicos Internacionales (DOEI)
<u>Tipo de contacto</u>	Director
<u>Organismo/Ministerio/Otro</u>	Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera (MINCEX)
<u>Dirección</u>	Calle Infanta No. 16 esquina a 23, Vedado, Ciudad La Habana, CP 10400
<u>Teléfono</u>	(+53-7) 838-0374; (+53) 5286-5373
<u>Correo electrónico</u>	<a href="mailto:carlosfidel@mincex.gob.cu">carlosfidel@mincex.gob.cu</a>

---

<u>Nombre</u>	<b>Sr. Omar Hernández Fleitas</b>
<u>Título</u>	<u>Coordinador del Subgrupo Nacional de Facilitación del Comercio</u>
<u>Tipo de contacto</u>	<u>Especialista en Política Comercial, Dirección de Organismos Económicos Internacionales (DOEI)</u>
<u>Organismo/Ministerio/Otro</u>	<u>Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera (MINCEX)</u>
<u>Dirección</u>	<u>Calle Infanta No. 16 esquina a 23, Vedado, Ciudad La Habana, CP 10400</u>
<u>Teléfono</u>	<u>(+53-7) 838-0452</u>
<u>Correo electrónico</u>	<u><a href="mailto:omar.hernandez@mincex.gob.cu">omar.hernandez@mincex.gob.cu</a></u>

**ÉCUADOR**



**G/TFA/N/ECU/2**

20 de junio de 2019

(19-4216)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 6.2 DEL ARTÍCULO 10 DEL ACUERDO  
SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ECUADOR

La siguiente comunicación, de fecha 17 de junio de 2019, se distribuye a petición de la delegación del Ecuador para información de los Miembros.

---

Ecuador presenta la siguiente notificación de conformidad con el párrafo 6.2 del artículo 10 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

El marco normativo ecuatoriano en relación a los agentes de aduanas, está especificada en los artículos 227, 228, 230 del CÓDIGO ORGÁNICO DE LA PRODUCCIÓN, COMERCIO E INVERSIONES, y artículo 64 del REGLAMENTO AL TÍTULO FACILITACIÓN ADUANERA DEL CÓDIGO DE PRODUCCIÓN, pudiendo acceder a los mencionados documentos jurídicos a través de los siguientes enlaces:

<https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci/>

<https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci/>

---

## NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

### COMUNICACIÓN DE ECUADOR

#### *Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 17 de diciembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador para información de los Miembros.

Ecuador presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

#### **Párrafo 4 del artículo 1**

**El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	<a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
Ministerio de Agricultura y Ganadería	<a href="https://www.gob.ec/maq">https://www.gob.ec/maq</a>
El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	<a href="https://www.normalizacion.gob.ec/servicios-en-linea">https://www.normalizacion.gob.ec/servicios-en-linea</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad.	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Ministerio de Transporte y Obras Públicas, MTOP	<a href="https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios">https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Policía Nacional del Ecuador	<a href="https://www.policiaecuador.gob.ec">https://www.policiaecuador.gob.ec</a>
Instituto Nacional de Patrimonio Cultural	<a href="http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios">http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios</a>

Ministerio del Ambiente	<a href="http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf">http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf</a> <a href="https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales">https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales</a>
Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables	<a href="https://www.recursoyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan">https://www.recursoyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan</a>
Servicio Nacional de Contratación Pública	<a href="https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2">https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2</a>
Comando Conjunto de Fuerzas Armadas, CCFFAA	<a href="https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones">https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones</a>
Dirección General de Aviación Civil, DGAC	<a href="https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales">https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores, MRE	<a href="https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales">https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABaFPPOgYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABaFPPOgYKsgbYJpdIXE/view</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a> Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad.	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/normas-de-valoracion">https://www.aduana.gob.ec/normas-de-valoracion</a> <a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-%20oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-%20oces</a>
<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	<a href="http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/#search">http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/#search</a>

## 1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABaFPPOgYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABaFPPOgYKsgbYJpdIXE/view</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a> Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
<u>Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE</u>	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zoonosanitario, Agrocalidad</u>	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci">https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci</a> <a href="https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci">https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="http://servicios.aduana.gob.ec/servicios/ui/leg_al-recursos.xhtml">http://servicios.aduana.gob.ec/servicios/ui/leg_al-recursos.xhtml</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/la-institucion">https://www.aduana.gob.ec/la-institucion</a>
<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	<a href="http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales">http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales</a>
<u>Ministerio De Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a> Una vez que se ejecuta la consulta se debe ir a la opción "Consulta de Arancel" > y luego de consultar la subpartida la pestaña se debe ir a la viñeta: > <i>Tipo de Información Asociada a la Mercancía</i> y seleccionar > <i>Consulta de detalle de CUPOS</i>
<u>Ministerio de Agricultura y Ganadería</u>	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

**La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

<u>Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP</u>	<a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
<u>Ministerio de Agricultura y Ganadería</u>	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqcSTsABaFPPOqYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqcSTsABaFPPOqYKsgbYJpdIXE/view</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a> Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>

<u>Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE</u>	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
<u>Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad</u>	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
<u>Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA</u>	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
<u>Ministerio de Transporte y Obras Públicas, MTOP</u>	<a href="https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios">https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios</a>
<u>Ministerio de Gobierno</u>	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
<u>Policía Nacional del Ecuador</u>	<a href="https://www.policiaecuador.gob.ec">https://www.policiaecuador.gob.ec</a>
<u>Instituto Nacional de Patrimonio Cultural</u>	<a href="http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios">http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios</a>
<u>Ministerio del Ambiente</u>	<a href="http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf">http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf</a> <a href="https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales">https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales</a>
<u>Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables</u>	<a href="https://www.recursoyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan">https://www.recursoyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan</a>
<u>Servicio Nacional de Contratación Pública</u>	<a href="https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2">https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2</a>
<u>Comando Conjunto de Fuerzas Armadas, CCFFAA</u>	<a href="https://controlarmas.cffaa.mil.ec/autorizaciones">https://controlarmas.cffaa.mil.ec/autorizaciones</a>
<u>Dirección General de Aviación Civil, DGAC</u>	<a href="https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales">https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales</a>
<u>Ministerio de Relaciones Exteriores, MRE</u>	<a href="https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales">https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales</a>

Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

<u>El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA</u>	<a href="https://ecuapass.aduana.gob.ec">https://ecuapass.aduana.gob.ec</a> Una vez que se ejecuta la consulta se debe ir a la opción "Consulta de Arancel" > y luego de consultar la subpartida requerida, luego hacer clic en la pestaña: <i>Tipo de Información Asociada a la Mercancía</i> ; y, seleccionar > <i>Consulta de las mercancías de restricción y prohibición</i>
<u>Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN</u>	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABaFPPOgYKsgbYJpdIXE/view">https://drive.google.com/file/d/10XqEYiqicSTsABaFPPOgYKsgbYJpdIXE/view</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a>

	Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>

### Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1

Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	Dirección: Plataforma Gubernamental Financiera. Av. Amazonas entre Unión Nacional de Periodistas y Alfonso Pereira, Quito Teléfono: +593-2 394-8760 Sitio web: <a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	Dirección: Av. Malecón Simón Bolívar entre 9 de Octubre y P. Icaza, Guayaquil Teléfono: +593 992227767 Sitio web: <a href="http://www.aduana.gob.ec">http://www.aduana.gob.ec</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Dirección: Baquerizo Moreno E8-29 y Diego de Almagro, Quito Teléfono: +593 223825960 Sitio web: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec">https://www.normalizacion.gob.ec</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	Dirección: Av. Amazonas N38-42 y Juan José de Villalengua, Quito Teléfono: +593 2 245-4393 Sitio web: <a href="https://www.acreditacion.gob.ec">https://www.acreditacion.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, AGROCALIDAD	Dirección: Av. Amazonas y Av. Eloy Alfaro (Edificio MAG - Piso 9), Quito Teléfono: +593 2 3828 860 Sitio web: <a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	Dirección: Ciudadela Samanes, Av. Francisco de Orellana y Av. Paseo del Parque. Bloque 5, Guayaquil Teléfono: 00593 4 3727 440 Sitio web: <a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>



G/TFA/N/ECU/4

9 de enero de 2020

(20-0260)

Página:  
1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ECUADOR

La siguiente comunicación, de fecha 20 de diciembre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador para información de los Miembros.

Ecuador presenta la siguiente notificación de conformidad con el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

**Párrafo 2.2 del artículo 12 – Cooperación Aduanera**

Cada Miembro notificará al Comité los datos de su punto de contacto para el intercambio de esta información.

<b>Área a cargo:</b>	<u>Subdirectora General de Normativa Aduanera del SENA</u>
<b>Nombre y apellido:</b>	<u>Mgtr. Amada Velásquez Jijón</u>
<b>Número de teléfono:</b>	<u>+59 34-3731030 ext. 3313</u>
<b>Correo electrónico:</b>	<u><a href="mailto:avelasq@aduana.gob.ec">avelasq@aduana.gob.ec</a></u>
<b>Dirección:</b>	<u>Av. Malecón 100 y Av. Nueve de Octubre</u> <u>Edificio "La Previsora", piso 13 Guayaquil</u> <u>Ecuador</u>

26 de agosto de 2020

(20-5854)

Página: 1/6

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

## NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

### COMUNICACIÓN DE ECUADOR

#### Revisión

La siguiente comunicación, de fecha 24 de agosto de 2020, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador para información de los Miembros.

Ecuador presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940). Ecuador presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940). La revisión consiste en la actualización de los enlaces que figuran en el cuadro del párrafo 4 del artículo 1, apartado a) incisos b), c), f) y j) y en el cuadro del párrafo 4 del artículo 1, apartado b), incisos a) y b).

#### Párrafo 4 del artículo 1

##### a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	<a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
Ministerio de Agricultura y Ganadería	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	<a href="https://www.normalizacion.gob.ec/servicios-en-linea">https://www.normalizacion.gob.ec/servicios-en-linea</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoonosanitario, Agrocalidad.	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Ministerio de Transporte y Obras Públicas, MTOP	<a href="https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios">https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Policía Nacional del Ecuador	<a href="https://www.policiaecuador.gob.ec">https://www.policiaecuador.gob.ec</a>

Instituto Nacional de Patrimonio Cultural	<a href="http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios">http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios</a>
Ministerio del Ambiente	<a href="http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf">http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf</a> <a href="https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales">https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales</a>
Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables	<a href="https://www.recursosyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan">https://www.recursosyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan</a>
Servicio Nacional de Contratación Pública	<a href="https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2">https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2</a>
Comando Conjunto de Fuerzas Armadas, CCFFAA	<a href="https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones">https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones</a>
Dirección General de Aviación Civil, DGAC	<a href="https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales">https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores, MRE	<a href="https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales">https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos">https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a> Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoon sanitario, Agrocalidad.	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/normas-de-valoracion">https://www.aduana.gob.ec/normas-de-valoracion</a> <a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-%20oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-%20oces</a>
Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	<a href="http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/#search">http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales/#search</a>

## 1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E.	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos">https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a> Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci">https://www.aduana.gob.ec/codigo-organico-copci</a> <a href="https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci">https://www.aduana.gob.ec/reglamento-copci</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="http://servicios.aduana.gob.ec/servicios/ui/egal-recursos.xhtml">http://servicios.aduana.gob.ec/servicios/ui/egal-recursos.xhtml</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/la-institucion">https://www.aduana.gob.ec/la-institucion</a>
Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	<a href="http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales">http://www.produccion.gob.ec/acuerdos-comerciales</a>
Ministerio De Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp">http://ecuapass.aduana.gob.ec/ipt_server/ipt_flex/ipt_arancel.jsp</a> Una vez que se ejecuta la consulta se debe ir a la opción "Consulta de Arancel" > y luego de consultar la subpartida la pestaña se debe ir a la viñeta: > <i>Tipo de Información Asociada a la Mercancía</i> y seleccionar > <i>Consulta de detalle de CUPOS</i>
Ministerio de Agricultura y Ganadería	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	<a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
Ministerio de Agricultura y Ganadería	<a href="https://www.gob.ec/mag">https://www.gob.ec/mag</a>
El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	<a href="https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces">https://www.aduana.gob.ec/servicios-para-oces/procedimientos-para-oces</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos">https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a> Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>

Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Ministerio de Transporte y Obras Públicas, MTOF	<a href="https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios">https://www.obraspublicas.gob.ec/programas-y-servicios</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Policía Nacional del Ecuador	<a href="https://www.policiaecuador.gob.ec">https://www.policiaecuador.gob.ec</a>
Instituto Nacional de Patrimonio Cultural	<a href="http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios">http://patrimoniocultural.gob.ec/portafolio-de-servicios</a>
Ministerio del Ambiente	<a href="http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf">http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/Literal-f1-Formularios-o-formato-abril-2018.pdf</a> <a href="https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales">https://www.gob.ec/mae/tramites/emision-autorizaciones-exportacion-residuos-desechos-especiales</a>
Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables	<a href="https://www.recursoyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan">https://www.recursoyenergia.gob.ec/catalogo-servicios-formularios-scan</a>
Servicio Nacional de Contratación Pública	<a href="https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2">https://portal.compraspublicas.gob.ec/sercop/programas-y-servicios-2</a>
Comando Conjunto de Fuerzas Armadas, CCFFAA	<a href="https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones">https://controlarmas.ccffaa.mil.ec/autorizaciones</a>
Dirección General de Aviación Civil, DGAC	<a href="https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales">https://www.aviacioncivil.gob.ec/servicios-institucionales</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores, MRE	<a href="https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales">https://www.cancilleria.gob.ec/solicitud-de-autorizacion-de-liberacion-de-importaciones-diplomaticas-consulares-y-de-organismos-internacionales</a>

b) Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA	<a href="https://ecuapass.aduana.gob.ec">https://ecuapass.aduana.gob.ec</a> Una vez que se ejecuta la consulta se debe ir a la opción "Consulta de Arancel" > y luego de consultar la subpartida requerida, luego hacer clic en la pestaña: <i>Tipo de Información Asociada a la Mercancía</i> ; y, seleccionar > <i>Consulta de las mercancías de restricción y prohibición</i>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Normalización: <a href="http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga">http://apps.normalizacion.gob.ec/descarga</a> Reglamentación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos">https://www.normalizacion.gob.ec/estado-de-reglamentos</a> Certificación y Validación: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-validacion-y-certificacion</a>

	Metrología: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia">https://www.normalizacion.gob.ec/direccion-tecnica-de-metrologia</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	<a href="https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca">https://www.acreditacion.gob.ec/biblioteca</a>
Ministerio de Gobierno	<a href="https://www.ministeriodegobierno.gob.ec">https://www.ministeriodegobierno.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	<a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, Agrocalidad	<a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>

## c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1

Ministerio de la Producción, Comercio Exterior e Inversiones, MPCEIP	Dirección: Plataforma Gubernamental Financiera. Av. Amazonas entre Unión Nacional de Periodistas y Alfonso Pereira, Quito Teléfono: +593-2 394-8760 Sitio web: <a href="http://www.produccion.gob.ec">http://www.produccion.gob.ec</a>
El Servicio Nacional de Aduana del Ecuador, SENA E	Dirección: Av. Malecón Simón Bolívar entre 9 de Octubre y P. Icaza, Guayaquil Teléfono: +593 992227767 Sitio web: <a href="http://www.aduana.gob.ec">http://www.aduana.gob.ec</a>
Servicio Ecuatoriano de Normalización, INEN	Dirección: Baquerizo Moreno E8-29 y Diego de Almagro, Quito Teléfono: +593 223825960 Sitio web: <a href="https://www.normalizacion.gob.ec">https://www.normalizacion.gob.ec</a>
Servicio de Acreditación Ecuatoriano, SAE	Dirección: Av. Amazonas N38-42 y Juan José de Villalengua, Quito Teléfono: +593 2 245-4393 Sitio web: <a href="https://www.acreditacion.gob.ec">https://www.acreditacion.gob.ec</a>
Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario, AGROCALIDAD	Dirección: Av. Amazonas y Av. Eloy Alfaro (Edificio MAG - Piso 9), Quito Teléfono: +593 2 3828 860 Sitio web: <a href="http://www.agrocalidad.gob.ec">http://www.agrocalidad.gob.ec</a>
Agencia Nacional de Regulación, Control y Vigilancia Sanitaria, ARCSA	Dirección: Ciudadela Samanes, Av. Francisco de Orellana y Av. Paseo del Parque. Bloque 5, Guayaquil Teléfono: 00593 4 3727 440 Sitio web: <a href="https://www.controlsanitario.gob.ec">https://www.controlsanitario.gob.ec</a>

Se sugiere utilizar el SENA E Browser (<https://www.aduana.gob.ec/senae-browser-descargas>) para visualizar el enlace.

Ecuador



G/TFA/N/ECU/1/Add.2

21 de enero de 2021

(21-0636)

Página: 120/200

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LAS DIFERENTES CATEGORÍAS  
EN VIRTUD DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE ECUADOR

*Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 15 de enero de 2021, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador para información de los Miembros.

Como complemento de la notificación de fecha 26 de septiembre de 2019 (G/TFA/N/ECU/Add.1), Ecuador notifica por la presente que la siguiente disposición ha cambiado de categoría de conformidad con el artículo 19 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Notificada anteriormente como categoría</b>	<b>Categoría actual</b>
Artículo 11.7-11.15	Libertad de tránsito	C	B

Para mayor claridad, la lista completa de los compromisos de las diferentes categorías de Ecuador se resume en el cuadro adjunto.

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
<b>Artículo 1 Publicación y disponibilidad de la información</b>					
Artículo 1.1	Publicación	B	15 de enero de 2021	15 de enero de 2021	-
Artículo 1.2	Información disponible por medio de Internet	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
Artículo 1.3	Servicios de información	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
Artículo 1.4	Notificación	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
<b>Artículo 2 Oportunidad de formular observaciones, información antes de la entrada en vigor y consultas</b>					
Artículo 2.1	Oportunidad de formular observaciones e información antes de la entrada en vigor	A	-	-	-
Artículo 2.2	Consultas	C	15 de enero de 2022	15 de enero de 2022	Cooperación para el establecimiento de un sistema de consultas en línea en el que interactúen las instituciones públicas y los usuarios. El referido programa deberá recoger y conservar los comentarios realizados por personas naturales o jurídicas, respecto las regulaciones, normativas, y demás disposiciones, emitidas por diferentes instituciones.
<b>Artículo 3 Resoluciones anticipadas</b>					
		B <sup>32</sup>	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
<b>Artículo 4 Procedimientos de recurso o de revisión</b>					
		A	-	-	-
<b>Artículo 5 Otras medidas para aumentar la imparcialidad, la no discriminación y la transparencia</b>					

<sup>32</sup> En relación al origen de las mercancías, las resoluciones anticipadas hacen referencia a verificación documental del cumplimiento de la norma de origen.

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 5.1	Notificaciones de controles o inspecciones reforzados	B	15 de enero de 2021	15 de enero de 2021	-
Artículo 5.2	Retención	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
Artículo 5.3	Procedimientos de prueba	C	15 de enero de 2024	15 de enero de 2024	Cooperación en el fortalecimiento de laboratorios de diagnóstico en áreas de sanidad vegetal, sanidad animal e inocuidad de los alimentos. Esta aportación se enfocará en el establecimiento de una infraestructura

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
					<p>adecuada en: puntos de control apropiados para inspección y cuarentena; equipos de laboratorio; reactivos, entre otros.</p> <p>Adicionalmente, se requiere capacitación de personal en nuevas metodologías de análisis. Asimismo, se solicita cooperación en la realización de talleres en las siguientes temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Establecimiento de métodos para asegurar la calidad de las actividades ejecutadas en los Laboratorios de Aduanas.</li> <li>• Optimización del proceso para la obtención de requisitos necesarios para el cumplimiento de las Normas ISO.</li> <li>• Evaluación, verificación y control del estado del laboratorio y los métodos implementados. Para el efecto, se sugiere que el perfil de los expositores se enfoque en:</li> <li>• Elaboración del Modelo de Gestión del Laboratorio; Instructivos y Procedimientos; Plan de Mantenimiento y Calibración de Equipos; e, Instrumentos utilizados en los análisis.</li> <li>• Implementación de sistemas de calidad en Laboratorios de Aduanas.</li> </ul>

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
					<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementación y ejecución de metodologías.</li> <li>• Análisis físico químico de muestras de mercancías para su clasificación arancelaria.</li> </ul> Medidas de seguridad para la preservación de las instalaciones, equipos y más instrumentos asignados a la división.
<b>Artículo 6 Disciplinas en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas y de sanciones</b>					
Artículo 6.1	Disciplinas generales en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
Artículo 6.2	Disciplinas específicas en materia de derechos y cargas de tramitación aduanera establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
Artículo 6.3	Disciplinas en materia de sanciones	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
<b>Artículo 7 Levante y despacho de las mercancías</b>					
Artículo 7.1	Tramitación previa a la llegada	A	-	-	-
Artículo 7.2	Pago electrónico	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-
Artículo 7.3	Separación entre el levante y la determinación definitiva de los derechos de aduana, impuestos, tasas y cargas	B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 7.4	Gestión de riesgo	C	15 de enero de 2022	15 de enero de 2022	Cooperación para obtener capacitación y asistencia técnica para la implementación de sistemas de intercambio de información relacionada con los niveles de riesgos entre países; asimismo, se requiere adquirir mejores prácticas y nuevos esquemas en el tratamiento de mercancías de alto y bajo riesgo.
					<p>Es necesario que se realice una consultoría respecto la gestión de riesgo, que tome en consideración todos los parámetros de las instituciones involucradas en el comercio de mercancías.</p> <p>Por otra parte, se solicita cooperación para el intercambio de información (creación de modelos estadísticos, de pronósticos y mejores prácticas sobre gestión de riesgos) con otras aduanas y entidades de control.</p>

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 7.5	Auditoría posterior al despacho de aduana	C	15 de enero de 2022	15 de enero de 2021	Cooperación en capacitación y asistencia técnica para la creación de modelos estadísticos, así como, para mejorar la metodología de asignación de auditorías de control posterior, revisiones pasivas y su ejecución.
Artículo 7.6	Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante	A	-	-	-

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 7.7	Medidas de facilitación del comercio para los operadores autorizados	C	15 de enero de 2022	15 de enero de 2022	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Asistencia técnica para establecer una hoja ruta previo a la incorporación de nuevos eslabones dentro del programa.</li> <li>2. Asistencia técnica para diseñar estrategias que permitan establecer Acuerdos de Reconocimiento Mutuo (ARM) entre el Senae y otras administraciones aduaneras respecto a los Programas OEA.</li> <li>3. Asistencia técnica y financiamiento para el desarrollo de la conectividad del sistema informático aduanero del Senae y los sistemas de otras administraciones aduaneras para el intercambio de información, administración del riesgo y el reconocimiento mutuo de los Programas OEA.</li> <li>4. Financiamiento para la sistematización del proceso de postulación, renovación y revalidación de la Calificación OEA.</li> </ol>

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
					<p>5. Financiamiento para participar en las validaciones o revalidaciones (in situ) que se realizan a las empresas postulantes en otros países, a fin de incorporar nuevas prácticas internacionales al Programa OEA Ecuador.</p> <p>6. Financiamiento para realizar pasantías asociadas a la aplicación del Programa OEA, así como, recibir entrenamiento sobre temáticas asociadas a la seguridad de la cadena logística internacional.</p> <p>7. Financiamiento para participar en congresos, seminarios, y/o ferias nacionales e internacionales relacionados al Programa OEA.</p>
Artículo 7.8	Envíos urgentes	B	15 de enero de 2022	15 de enero de 2022	-
Artículo 7.9	Mercancías perecederas	B	15 de enero de 2024	15 de enero de 2024	-
<b>Artículo 8 Cooperación entre los organismos que intervienen en la frontera</b>					

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
		C	15 de enero de 2024	15 de enero de 2024	<p>Cooperación para la creación de una plataforma digital única que permita, a las instituciones que intervienen en frontera, tener acceso a la información sobre los requerimientos de operaciones comerciales y acceder a las auditorías a la misma. A fin de operar los Centros Binacionales de Atención en Frontera (CEBAF) del eje vial Nro. 3 Macará – La Tina (Ecuador – Perú), que prevé alrededor de 120 puestos de trabajo de los dos países y facilitar el comercio, se requiere completar con el equipamiento de la edificación.</p> <p>Cooperación para la contratación, de profesionales químicos, que trabajen 24h 7 días, para cumplir con actividades de control de sustancias sujetas a fiscalización, en los pasos fronterizos de Rumichaca, San Miguel, Huaquillas y Macará, en los puertos y aeropuertos de Guayaquil y Quito. Es necesario adquirir estándares de estas sustancias para análisis cuantitativos y cualitativos (pruebas de identificación preliminar homologada – PIPH) Asimismo, se requiere tecnología e infraestructura para el diagnóstico de tratamientos cuarentenarios, incinerador y áreas de cuarentena; así como,</p>

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
					<p>movilización para traslados en puntos de frontera.</p> <p>Cooperación para incluir en los laboratorios equipos de tecnología RAMAN, infrarrojo (IRFT), cromatografía de gases masas (FIT), potenciómetros, refractómetros, dosímetros digitales, entre otros. Además, se requiere capacitación permanente para el personal que realiza actividades de control fronterizo, promoviendo el intercambio de experiencias con países de la región, por citar algunos temas: control de contenedores, nuevas sustancias psicoactivas, drogas de síntesis, nuevos métodos de camuflaje, nuevas técnicas de análisis químicos, entre otros. A fin de asegurar y proteger la integridad del país se requiere adquirir sistemas electrónicos de seguridad, como por ejemplo: barreras perimetrales, cámaras, sensores, scanner para personas y vehículo, entre otros. Adicionalmente, se requiere equipos de protección personal para el manejo de sustancias catalogadas sujetas a fiscalización.</p>
<b>Artículo 9</b>	<b>Traslado de mercancías destinadas a la importación bajo control aduanero</b>	A	-	-	-
<b>Artículo 10</b>	<b>Formalidades en relación con la importación, la exportación y el tránsito</b>				

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 10.1	Formalidades y requisitos de documentación	B	15 de enero de 2022	15 de enero de 2022	-
Artículo 10.2	Aceptación de copias	B	15 de enero de 2022	15 de enero de 2022	-
Artículo 10.3	Utilización de las normas internacionales	A	-	-	-

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 10.4	Ventanilla única	C	15 de enero de 2023	15 de enero de 2023	<p>Cooperación para un sistema de automatización de registro electrónico que integre a todas las entidades responsables de emitir resoluciones, permisos, certificados, licencias automáticas y no automáticas, tanto de los documentos que se denominan de acompañamiento (previo al embarque) como de soporte que sean condicionantes para una importación y exportación.</p> <p>Cooperación para agilizar la incorporación, a la Ventanilla Única, de nuevas medidas de control a través de certificados o documentos condicionantes en una importación o exportación, desde el momento de su expedición.</p> <p>Adquisición de componentes tecnológicos y restructuración de los sistemas internos de las entidades que emiten documentos de control que no se encuentran vinculado a la VUE.</p>
Artículo 10.5	Inspección previa a la expedición	A	-	-	-
Artículo 10.6	Recurso a agentes de aduanas	A	-	-	-
Artículo 10.7	Procedimientos en frontera comunes y requisitos de documentación uniformes	A	-	-	-
Artículo 10.8	Mercancías rechazadas	A	-	-	-

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 10.9	Admisión temporal de mercancías y perfeccionamiento activo y pasivo	A	-	-	-
<b>Artículo 11 Libertad de tránsito</b>					
Article 11.1-11.6		A	-	-	-
Artículo 11.7-11.15		B	15 de enero de 2021	15 de enero de 2021	-
Artículo 11.16-11.17		A	-	-	-
<b>Artículo 12 Cooperación aduanera</b>					
		B	15 de enero de 2020	15 de enero de 2020	-

**Ecuador**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

G/TFA/N/ECU/1/Add.3

16 de septiembre de 2021

(21-6905)

Página: 1/2

**Comité de Facilitación del Comercio**

Original: español

**NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LAS DIFERENTES CATEGORÍAS EN VIRTUD DEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

**COMUNICACIÓN DEL ECUADOR**

*Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 8 de septiembre de 2021, se distribuye a petición de la delegación del Ecuador para información de los Miembros.

Como complemento de la Notificación de 21 de enero de 2021 (G/TFA/N/ECU/1/Add.2), el Ecuador notifica por la presente la prórroga de sus fechas definitivas para la aplicación de las siguientes disposiciones, según el artículo 17.1.a, 17.1.b y 17.2 del Acuerdo sobre Facilitación de Comercio (WT/L/931).

<b><u>Disposición</u></b>	<b><u>Título/descripción</u></b>	<b><u>Fecha definitiva para la aplicación notificada anteriormente</u></b>	<b><u>Nueva fecha definitiva para la aplicación</u></b>	<b><u>Motivo de la prórroga</u></b>
Artículo 2.2	Consultas	15 de enero de 2022	15 de julio de 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrasos en planes de trabajos debido a la pandemia de COVID-19.</li> <li>Falta de cooperación para asistencia técnico-económica.</li> </ul> <p>Se han realizado gestiones ante donantes, sin contar aún con la confirmación de asistencia.</p>

Artículo 7.4	Gestión de Riesgo	15 de enero de 2022	15 de julio de 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrasos en planes de trabajos debido a la pandemia de COVID-19.</li> <li>Falta de cooperación para asistencia</li> </ul>
--------------	-------------------	---------------------	---------------------	--

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación notificada anteriormente</b>	<b>Nueva fecha definitiva para la aplicación</b>	<b>Motivo de la prórroga</b>
				técnico-económica. Se han realizado gestiones ante donantes, sin contar aún con la confirmación de asistencia.
Artículo 7.7	Medidas de facilitación de comercio para operadores autorizados	15 de enero de 2022	15 de julio de 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrasos en planes de trabajos debido a la pandemia de COVID-19.</li> <li>Falta de cooperación para asistencia técnico-económica.</li> </ul> Se han realizado gestiones ante donantes, sin contar aún con la confirmación de asistencia.
Artículo 10.1	Formalidades y requisitos de documentación	15 de enero de 2022	15 de julio de 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrasos en planes de trabajos debido a la pandemia de COVID-19.</li> </ul>
Artículo 10.2	Aceptación de copias	15 de enero de 2022	15 de julio de 2023	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrasos en planes de trabajos debido a la pandemia de COVID-19.</li> </ul>

27 de septiembre de 2021

(21-7146)

Página: 1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

## NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

COMUNICACIÓN DE ECUADOR

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 15 de septiembre de 2021, se distribuye a petición de la delegación de Ecuador.

Ecuador actualiza por la presente su notificación G/TFA/N/ECU/4 de fecha 9 de enero 2020 en virtud del párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

### Párrafo 2.2 del artículo 12 – Cooperación Aduanera

El nuevo punto de contacto para el intercambio de esta información es el siguiente:

<b>Área a cargo:</b>	<u>Subdirector General de Normativa Aduanera del SENA E</u>
<b>Nombre y apellido:</b>	<u>Esp. Lenin Isaac Castro Pilapaña</u>
<b>Número de teléfono:</b>	<u>+5934 - 3731030 ext. 3313</u>
<b>Correo electrónico:</b>	<u><a href="mailto:icastro@aduana.gob.ec">icastro@aduana.gob.ec</a></u>
<b>Dirección:</b>	<u>Av. Malecón 100 y Av. Nueve de Octubre,</u> <u>Edificio "La Previsora", piso 13</u> <u>Guayaquil, Ecuador</u>

**MÉXICO**



**ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO**

**WT/PCTF/N/MEX/1**

14 de mayo de 2014

(14-2970)

Página: 1/1  
Original: español

---

**Comité Preparatorio sobre  
Facilitación del Comercio**

**NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LA CATEGORÍA A EN VIRTUDEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE MÉXICO

La siguiente comunicación, de fecha 12 de mayo de 2014, dirigida al Comité Preparatorio sobre Facilitación del Comercio, se distribuye en nombre de México para información de los Miembros.

---

De conformidad con la Decisión Ministerial del 7 de diciembre de 2013 (WT/MIN(13)/36, WT/L/911), el Comité Preparatorio sobre Facilitación del Comercio dependiente del Consejo General (en adelante denominado el "Comité Preparatorio") se encargará, entre otras cosas, de recibir las notificaciones de los compromisos de la categoría A presentadas por los Miembros en virtud del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (en adelante denominado "el Acuerdo").

En relación con lo anterior, el gobierno de México tiene el honor de notificar al Comité Preparatorio que designa todas las disposiciones contenidas en la Sección I del Acuerdo (anexo a la Decisión Ministerial mencionada supra) para su inclusión en la categoría A, por lo cual se aplicarán en su totalidad en el momento de la entrada en vigor del Acuerdo.

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y  
6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE MÉXICO

La siguiente comunicación, de fecha 27 de septiembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación de México para información de los Miembros.

México presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Párrafo 4 del artículo 1**

(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

<u>Ley Aduanera: Título Segundo Control de aduana en el despacho, Título Cuarto Regímenes aduaneros, Título Quinto Franja y región fronteriza</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Puertos: Capítulo V Administración portuaria integral y VI Operación portuaria</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Navegación y Comercio Marítimos: Capítulo II Autoridad marítima y IV Remolque maniobra en puerto</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Comercio Exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglamento de la Ley de Comercio Exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm</a>
<u>Reglamento de la Ley Aduanera</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm</a>
<u>Ley Federal de Derechos</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglas Generales de Comercio Exterior para 2018: Título 1 Capítulo 1.8 y 1.9, Título 2, 3, 4 y 6. Anexo 1 Formatos de Comercio Exterior, 1A Trámites de Comercio Exterior.</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240</a>

Reglas y Criterios de Carácter General en Materia de Comercio Exterior de la Secretaría Economía	<a href="http://www.siicex.gob.mx/porta/Siicex/SICETECA/Reglas/ReglasSE.htm">http://www.siicex.gob.mx/porta/Siicex/SICETECA/Reglas/ReglasSE.htm</a>
Manual de Operación Aduanera	<a href="http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm">http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Tratados de Libre Comercio firmados por México	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0</a>
Ley de Comercio Exterior: Título IV, Capítulo I Aranceles	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
Ley Aduanera: Título Tercero Contribuciones, cuotas compensatorias y demás regulaciones y restricciones no arancelarias al comercio exterior	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
Ley del Impuesto al Valor Agregado: Artículo 1º fracción IV, Capítulo V De la Importación de Bienes y Servicios, Capítulo VI De la Exportación de Bienes y Servicios	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
Ley del Impuesto Especial sobre Producción y Servicios: Artículo 1º, 2º y Capítulo III De la importación de bienes, específicamente	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
Ley Federal del Impuesto sobre Automóviles Nuevos	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
Decreto por el que se establecen diversos Programas de Promoción Sectorial	<a href="http://187.191.71.48/cs/avi/snice/prosecmsbiblioteca.html">http://187.191.71.48/cs/avi/snice/prosecmsbiblioteca.html</a>
Decreto por el que se regula la importación definitiva de vehículos usados	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/veh%C3%ADculos_usados.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/veh%C3%ADculos_usados.html</a>
Decreto por el que se establece el impuesto general de importación para la región fronteriza y la franja fronteriza norte	<a href="http://187.191.71.48/cs/avi/snice/fronteramsbiblioteca.html">http://187.191.71.48/cs/avi/snice/fronteramsbiblioteca.html</a>
Acuerdos por los que se dan a conocer la Tasas Aplicables del Impuesto General de Importación	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/tasasms.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/tasasms.html</a>
Resoluciones de cuotas compensatorias	<a href="http://www.contactopyme.gob.mx/upci">http://www.contactopyme.gob.mx/upci</a>
Decreto por el que se modifica la Tarifa de la Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación, el Decreto por el que se establece la Tasa Aplicable durante 2003, del Impuesto General de Importación, para las mercancías originarias de América del Norte y el Decreto por el que se establecen diversos Programas de Promoción Sectorial	<a href="http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5525036&amp;fecha=05/06/2018">http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5525036&amp;fecha=05/06/2018</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Ley Federal de Derechos	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
-------------------------	---

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Aduanera: Título Tercero Contribuciones, cuotas compensatorias y demás regulaciones y restricciones no arancelarias al comercio exterior</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglamento de la Ley Aduanera</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regla.htm</a>
<u>Tratados y Acuerdos Comerciales</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/</a>
<u>Reglas Generales de Comercio Exterior del SAT</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240</a>

## 1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Ley Aduanera, Título Cuarto Regímenes aduaneros, Capítulo II Definitivos de importación y exportación, Sección primera de importación, Artículos 98, 99 y 100</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Comercio Exterior, Título III Origen de las mercancías, Artículo 9</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Tratados y Acuerdos Comerciales</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0/</a>
<u>Reglas Generales de Comercio Exterior del SAT, Título 1 Disposiciones generales y actos previos al despacho, Capítulo 1.1 Disposiciones Generales, Regla 1.6.7 menciona el trato arancelario preferencial para las empresas IMMEX derivado del cumplimiento de las reglas de origen</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/legal-151240</a>
<u>Resoluciones en materia aduanera de los TLC</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/resolucionesmataduaneratlc.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/resolucionesmataduaneratlc.html</a>

## 1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Ley Aduanera</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley Federal Sobre Metrología y Normalización</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Reglas y Criterios de Carácter General en Materia de Comercio Exterior de la Secretaría Economía</u>	<a href="http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETECA/Reglas/ReglasSE.htm">http://www.siicex.gob.mx/portalSiicex/SICETECA/Reglas/ReglasSE.htm</a>
<u>Acuerdos de Regulaciones No Arancelarias</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/bibliotecaJuridica2n.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/bibliotecaJuridica2n.html</a>
<u>Resoluciones de cuotas compensatorias</u>	<a href="http://www.contactopyme.gob.mx/upci/">http://www.contactopyme.gob.mx/upci/</a>
<u>Anexo 17 "Mercancías por las que no procederá el tránsito internacional por territorio nacional" de las Reglas Generales De Comercio Exterior Para 2018</u>	<a href="https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/reglas-generales-de-comercio-exterior-para-2018-publicaciones">https://www.gob.mx/sat/acciones-y-programas/reglas-generales-de-comercio-exterior-para-2018-publicaciones</a>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Ley Aduanera, Título Octavo Infracciones y sanciones en su Capítulo único, Artículos 176-202</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Código Fiscal de la Federación, Artículo 105</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Ley de Comercio Exterior, Artículo 94</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>Ley Aduanera, Título Noveno Recursos Administrativos, Artículo 203</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Código Fiscal de la Federación, Título Quinto De los procedimientos Administrativos, Capítulo I, Del recurso administrativo, Sección Primera Del Recurso de Revocación, Artículos 116 y 117</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>La Ley Federal de Procedimiento Administrativo, Título Sexto De Recurso de Revisión, en su Capítulo Primero Disposiciones Generales, Artículos 83-96</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>Tratados y Acuerdos Internacionales</u>	<a href="http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0">http://www.economia-snci.gob.mx/sicait/5.0</a>
--	---

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

<u>Ley de Comercio Exterior, Capítulo II Medidas de regulación y restricciones no arancelarias, Sección Segunda Permisos previos, cupos y marcado de país de origen, Artículos 23 y 24 y Título Segundo, Facultades del Ejecutivo Federal, de la Secretaría de Economía y de las Comisiones Auxiliares, Capítulo II</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Listado de cupos</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/cuposbibliotecajuridica.html">https://www.snice.gob.mx/cs/avi/snice/cuposbibliotecajuridica.html</a>

## **b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

<u>Página oficial de Internet del Servicio de Administración Tributaria</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a>
<u>Procedimiento de recurso o revisión</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/tramites/72390/presenta-el-recurso-de-revocacion-contr-actos-o-resoluciones-emitidas-por-la-autoridad-fiscal">https://www.sat.gob.mx/tramites/72390/presenta-el-recurso-de-revocacion-contr-actos-o-resoluciones-emitidas-por-la-autoridad-fiscal</a>

<u>Página oficial de Internet de PROMÉXICO</u>	<a href="http://www.promexico.mx/es/mx/pasos-exportar">http://www.promexico.mx/es/mx/pasos-exportar</a>
<u>Manual de Operación Aduanera</u>	<a href="http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm">http://omawww.sat.gob.mx/moa/Paginas/default.htm</a>
<u>Ley Federal de los Derechos del Contribuyente, Capítulo II Información, Difusión y Asistencia al Contribuyente, Artículo 5</u>	<a href="http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm">http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm</a>
<u>Guía rápida para la aplicación del recurso o revisión en línea (SAT)</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a>
<u>Servicio Nacional de Información de Comercio Exterior (SNICE)</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx">https://www.snice.gob.mx</a>

Los formularios y documentos exigidos para la importación en el territorio de ese Miembro, para la exportación desde él y para el tránsito por él;

<u>Página oficial de Internet del Servicio de Administración Tributaria.</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a>
<u>Sección de Trámites de gob.mx</u>	<a href="https://www.gob.mx/tramites/economia">https://www.gob.mx/tramites/economia</a>

Los datos de contacto de su servicio o servicios de información.

<u>Servicio Nacional de Información de Comercio Exterior (SNICE)</u> <u>Correo electrónico: <a href="mailto:snice@economia.gob.mx">snice@economia.gob.mx</a></u> <u>Dirección: PH de Insurgentes Sur 1940, Colonia Florida, Delegación Álvaro Obregón, C.P. 01030, CD.MX</u> <u>Teléfono: +52 (55) 5229 6100 ext. 34334, 34329 y 34300.</u>	<a href="https://www.snice.gob.mx">https://www.snice.gob.mx</a>
<u>Servicio de Administración Tributaria</u>	<a href="https://www.sat.gob.mx/home">https://www.sat.gob.mx/home</a> <a href="https://www.gob.mx/sat">https://www.gob.mx/sat</a> <u>Atención Telefónica:</u> <u>+52 (55) 627 22 728</u> <u>Desde Estados Unidos y Canadá: 01 877 44 88 728 opción 7</u>

### c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.

Servicio Nacional de Información de Comercio Exterior (SNICE)

Correo electrónico: [snice@economia.gob.mx](mailto:snice@economia.gob.mx)

Dirección: PH de Insurgentes Sur 1940, Colonia Florida, Delegación Álvaro Obregón, C.P. 01030, CD.MX

Teléfono: +52 (55) 52 29 61 00 ext. 34334

<https://www.snice.gob.mx>

Servicio de Administración Tributaria

Correo electrónico: [internacionalesAGACE@sat.gob.mx](mailto:internacionalesAGACE@sat.gob.mx); [internacionales@sat.gob.mx](mailto:internacionales@sat.gob.mx)

Dirección: Av. Hidalgo 77, Col. Guerrero, Delegación Cuauhtémoc. C.P. 06300, CD.MX.

Teléfono: +52 (55) 627 22 728

<https://www.sat.gob.mx/home>

<https://www.gob.mx/sat>

#### **Párrafo 4.3 del artículo 10**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior Mexicano (VUCEM) es una plataforma integral de servicios que facilita el despacho aduanero, garantiza la transparencia, simplifica y potencia las operaciones de comercio exterior y facilita su logística. Asimismo, tiene como objetivo agilizar y simplificar los flujos de información entre el comercio y el gobierno y aportar beneficios significativos para todas las partes involucradas en el comercio transfronterizo.

Se puede consultar información detallada sobre el funcionamiento de la VUCEM en los siguientes enlaces:

Decreto por el que se establece la VUCEM:

[http://dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5174688&fecha=14/01/2011](http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5174688&fecha=14/01/2011)

Acceso a la VUCEM:

<https://www.ventanillaunica.gob.mx/vucem/index.htm>

<https://wwwqa.ventanillaunica.gob.mx/vucem/>

<https://www.ventanillaunica.gob.mx/Beta/index.htm>

#### **Párrafo 6.2 del artículo 10**

Medidas sobre el recurso a agentes aduanales:

De conformidad con lo previsto en el artículo 40 de la Ley Aduanera, los trámites relacionados con el despacho de las mercancías se promoverán por los importadores o exportadores o por conducto de los agentes aduanales.

Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información:

Ley Aduanera

<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm>

Información del Servicio de Administración Tributaria respecto de los Agentes Aduanales:

[http://omawww.sat.gob.mx/aduanas/servicios/Paginas/agente\\_aduanal.aspx](http://omawww.sat.gob.mx/aduanas/servicios/Paginas/agente_aduanal.aspx)

Medidas sobre el recurso a apoderados aduanales:

En relación con los apoderados aduanales, mediante el DECRETO por el que se reforman, adicionan y derogan diversas disposiciones de la Ley Aduanera, publicado el 9 de diciembre de 2013, se suprimieron las disposiciones del Título Séptimo, Capítulo Único, Sección Segunda, de la Ley Aduanera concernientes a los apoderados aduanales. Sin embargo, en el TRANSITORIO QUINTO del mismo DECRETO, quedó establecido que "Las autorizaciones de apoderado aduanal activas a la fecha de entrada en vigor del presente Decreto, continuarán vigentes hasta en tanto las mismas se cancelen, se extingan o se les revoquen a los apoderados aduanales." Para tales efectos, se estará a lo dispuesto en el Título Séptimo, Capítulo Único, Sección Segunda, de la Ley Aduanera y demás disposiciones aplicables, para aquellas autorizaciones de apoderado aduanal activas a la fecha de entrada en vigor de dicho Decreto.

Lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información:

Ley Aduanera y Diario Oficial de la Federación

<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/index.htm>

[http://www.dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5324941&fecha=09%2F12%2F2013](http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5324941&fecha=09%2F12%2F2013)

### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

Los puntos de contacto para el intercambio de información de México son los

siguientes: Secretaría de Hacienda y Crédito Público  
Servicio de Administración  
Tributaria Administración  
General de Aduanas

Email: [internacionales@sat.gob.mx](mailto:internacionales@sat.gob.mx)

Secretaría de Hacienda y Crédito  
Público Servicio de Administración  
Tributaria  
Administración General de Auditoría de Comercio

Exterior Email: [internacionalesAGACE@sat.gob.mx](mailto:internacionalesAGACE@sat.gob.mx)

**PANAMÁ**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

**G/TFA/N/PAN/2**

15 de octubre de 2019

(19-6678)

Página:  
1/1

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL  
PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO  
SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE PANAMÁ

La siguiente comunicación, de fecha 11 de octubre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Panamá para información de los Miembros.

Panamá presenta las siguientes notificaciones de conformidad 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/940).

**Párrafo 6.2 del artículo 10**

El marco normativo de la República de Panamá en relación con los Agentes de Aduanas se regula mediante el DECRETO LEY No. 1 (de 13 de febrero de 2008) "Que crea la Autoridad Nacional de Aduanas y dicta Disposiciones concernientes al Régimen Aduanero".

Cabe mencionar, que el recurso de aduanas en la legislación nacional se encuentra regulado en el Capítulo II "Agente de Corredor de Aduana"; en los Artículos 39 al 52 del presente Decreto Ley.

**DECRETO LEY No. 1 (de 13 de febrero de 2008)**

"Que crea la Autoridad Nacional De Aduanas y dicta Disposiciones concernientes al Régimen Aduanero."

[https://www.ana.gob.pa/w\\_ana/index.php/organisation/registro-de-los-operadores-de-comercio-internacional](https://www.ana.gob.pa/w_ana/index.php/organisation/registro-de-los-operadores-de-comercio-internacional)

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

Los puntos de contacto para el intercambio de información aduanera son los siguientes:

Autoridad Nacional de Aduanas:	<a href="https://www.ana.gob.pa/w_ana/index.php/contacts">https://www.ana.gob.pa/w_ana/index.php/contacts</a>
Mesa de Grupo de Procesos	Correo electrónico: <a href="mailto:grupo_procesos@ana.gob.pa">grupo_procesos@ana.gob.pa</a> Teléfono: +507 504-2723/504-4224/504-4253
Mesa de Ayuda del SIGA	Correo electrónico: <a href="mailto:soporte.siga@ana.gob.pa">soporte.siga@ana.gob.pa</a> Teléfono: +507 506-6310 506-7444/6400

**PARAGUAY**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO

**G/TFA/N/PRY/3**

22 de octubre de 2019

(19-6920)

Página: 1/2

Comité de Facilitación de Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DE LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL  
PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE  
FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DE PARAGUAY

La siguiente comunicación, de fecha 15 de octubre de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Paraguay para información de los Miembros.

Paraguay por la presente hace las siguientes notificaciones basadas en los artículos 10.4.3, 10.6.2 y 12.2.2 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio.

**Artículo 10, párrafo 4.3**

Detalles de la operación de la ventana única.

La Ventanilla Única de Exportación y la Ventanilla Única de Importación operan de manera separada en el Paraguay, existiendo interoperabilidad entre ambas. Más información puede ser encontrada en los siguientes enlaces:

Ministerio de Industria y Comercio	<a href="http://www.vue.org.py">http://www.vue.org.py</a>	Ventanilla Única de Exportación
Dirección Nacional de Aduanas	<a href="http://www.aduana.gov.py/125-6-ventanilla-unica-del-importador--vui-.html">http://www.aduana.gov.py/125-6-ventanilla-unica-del-importador--vui-.html</a>	Ventanilla Única de Importación

**Artículo 10, párrafo 6.2**

Medidas sobre el uso de agentes de aduanas. Cualquier modificación posterior de los mismos debe ser notificada igualmente.

La información sobre el recurso de agentes de aduanas está especificada en la Sección 3 del Código Aduanero del Paraguay (Ley N°2422/04, artículos 20 al 30), que estipula la obligatoriedad de la intervención de Agentes de Aduanas habilitados en las operaciones aduaneras.

Asimismo, en el artículo 29 del citado Código se estipulan los casos de intervención opcional de Agentes de Aduanas.

El Código Aduanero del Paraguay se puede encontrar en el siguiente enlace:

Dirección Nacional de Aduanas	<a href="http://www.aduana.gov.py/uploads/archivos/codigo%20aduanero.pdf">www.aduana.gov.py/uploads/archivos/codigo%20aduanero.pdf</a>
-------------------------------	--

**Artículo 12, párrafo 2.2**

<u>Dirección Nacional de Aduanas</u>	Nombre: <u>Ramón Gómez</u> Cargo: <u>Director de Relaciones Internacionales</u> Tel.: <u>021 413 4150</u> Email: <a href="mailto:ragomez@aduana.gov.py">ragomez@aduana.gov.py</a> Sitio web: <a href="http://www.aduana.gov.py">www.aduana.gov.py</a>
--------------------------------------	---

---



G/TFA/N/PRY/1/Add.2

12 de mayo de 2021

Página: 1/6

(21-4055)

Comité sobre Facilitación del Comercio

Original: español

## NOTIFICACIÓN DE LOS COMPROMISOS DE LAS CATEGORÍAS EN VIRTUD DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO

### COMUNICACIÓN DE PARAGUAY

#### *Addendum*

La siguiente comunicación, de fecha 5 de mayo de 2021, se distribuye a petición de la delegación de Paraguay para información de los Miembros.

Como complemento de la notificación presentada el 23 de julio de 2019 (G/TFA/N/PRY/1/Add.1), la República de Paraguay tiene el honor de notificar que el artículo 7.6 (Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante) se aplicó plenamente el 9 de abril de 2021, antes del plazo inicial del 1 de septiembre de 2021.

<b><u>Disposición</u></b>	<b><u>Título/descripción</u></b>	<b><u>Anterior fecha definitiva para la aplicación</u></b>	<b><u>Nueva fecha definitiva para la aplicación</u></b>
Artículo 7.6	Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante	<u>1 de setiembre de 2021</u>	<u>9 de abril de 2021</u>

Para mayor claridad, la lista completa de los compromisos de las diferentes categorías de Paraguay se resume en el cuadro adjunto.

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 1.1 Artículo 1.1.1	Publicación y disponibilidad de la información Publicación	C	1 de setiembre de 2018	1 de setiembre de 2021	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboración e implementación de un protocolo para la publicación y actualización de información con la ayuda de una consultoría independiente.</li> <li>2. Capacitación para los funcionarios de comunicación e informática de los organismos relacionados al comercio internacional en el protocolo y actualización de las bases de datos.</li> <li>3. Elaboración de guías prácticas accesibles para el exportador e importador por medio de una consultoría independiente.</li> <li>4. Contratación de una consultoría independiente para el desarrollo de procedimientos que permitan mejorar el flujo de información interna de las instituciones pertinentes.</li> </ol>
Artículo 1.2	Información disponible por medio de Internet	C	1 de marzo de 2019	1 de setiembre de 2021	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Igualar las capacidades tecnológicas de las instituciones: <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Adquirir dominio propio de instituciones dependientes al MSPyBS;</li> <li>b. Adquirir recursos informáticos para equiparar las capacidades tecnológicas de cada institución.</li> </ol> </li> <li>2. Contratar consultoría independiente para la creación de un link en la página web del Viceministerio de MIPYMES del Ministerio de Industria y Comercio con el objeto de: <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Proveer un canal de información comercial centralizada, con enfoque en PYMES;</li> <li>b. Contener todos los enlaces a las diversas páginas e información de los organismos vinculados, de manera organizada.</li> </ol> </li> </ol>

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 1.3	Servicios de información	C	1 de setiembre de 2018	1 de setiembre de 2021	3. Fortalecimiento y difusión del Sistema Nacional de Información y Notificación en ciudades estratégicas. 1. Creación de servicios de información necesarios y ampliación de los servicios de información al comerciante ya existentes en organismos relacionados por medio de consultorías.
Artículo 1.4	Notificación	C	1 de setiembre de 2018	1 de setiembre de 2021	1. Asistencia y apoyo para capacitaciones y desarrollo de capacidades para la preparación de notificaciones de conformidad con las normas de la OMC.
<b>Artículo 2 Oportunidad de formular observaciones, información antes de la entrada en vigor y consultas</b>					
Artículo 2.1	Oportunidad de formular observaciones e información antes de la entrada en vigor	C	1 de setiembre de 2018	1 de setiembre de 2020	1. Contratación de una consultoría independiente para el desarrollo de un protocolo de aprobación unificado para la introducción de nuevas medidas, publicación oportuna y entrada en vigor con participación del sector privado.
Artículo 2.2	Consultas	C	1 de setiembre de 2018	1 de setiembre de 2020	1. Estructuración de mecanismos participativos de consulta a través de mesas negociadoras público/privadas.
<b>Artículo 3 Resoluciones anticipadas</b>					
<b>Artículo 4 Procedimientos de recurso o de revisión</b>					
A = -					
A = -					
<b>Artículo 5 Otras medidas para aumentar la imparcialidad, la no discriminación y la transparencia</b>					
Artículo 5.1	Notificaciones de controles o inspecciones reforzados	B	1 de setiembre de 2019	1 de setiembre de 2019	
Artículo 5.2	Retención	A	=	=	=

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 5.3	Procedimientos de prueba	C	1 de setiembre de 2020	1 de setiembre de 2023	1. Reforzar y ampliar la capacidad de los servicios de laboratorios de las instituciones relacionadas: a. Acreditación de laboratorios internacionales. b. Adquisición de equipamiento adecuado para la modernización de laboratorios para cada sector. c. Capacitación de recursos humanos para la especialización en el área normativa y técnica. 2. Evaluación de conformidad por parte de organismos de certificación y acreditación internacionales. 3. Asesoría de expertos técnicos.
<b>Artículo 6</b>	<b>Disciplinas en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas y desancciones</b>				
Artículo 6.1	Disciplinas generales en materia de derechos y cargas establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	1 de marzo de 2019	1 de marzo de 2019	=
Artículo 6.2	Disciplinas específicas en materia de derechos y cargas de tramitación aduanera establecidos sobre la importación y la exportación o en conexión con ellas	B	1 de marzo de 2019	1 de marzo de 2019	=
Artículo 6.3	Disciplinas en materia de sanciones	B	1 de setiembre de 2020	1 de setiembre de 2020	=
<b>Artículo 7</b>	<b>Levante y despacho de las mercancías</b>				
Artículo 7.1	Tramitación previa a la llegada	B	1 de setiembre de 2019	1 de setiembre de 2019	=
Artículo 7.2	Pago electrónico	A	-	-	=
Artículo 7.3	Separación entre el levante y la determinación definitiva de los derechos de aduana, impuestos, tasas y cargas	B	1 de marzo de 2019	1 de marzo de 2019	=
Artículo 7.4	Gestión de riesgo	A	-	-	=
Artículo 7.5	Auditoría posterior al despacho de aduana	B	1 de marzo de 2019	1 de marzo de 2019	=
Artículo 7.6	Establecimiento y publicación de los plazos medios de levante	C	1 de setiembre de 2019	9 de abril de 2021	1. Consultoría para el relevamiento del proceso de levante de mercancías. 2. Asistencia técnica para la gestión y publicación periódica de los plazos medios de levante de mercaderías.

<b>Disposición</b>	<b>Título/descripción</b>	<b>Categoría</b>	<b>Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)</b>	<b>Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)</b>
Artículo 7.7	Medidas de facilitación del comercio para los operadores autorizados	C	1 de setiembre de 2020	1 de setiembre de 2020	1. Dar seguimiento al proyecto de implementación de operadores autorizados (Operadores Económicos Calificados) que actualmente se encuentra en la fase piloto en la Dirección Nacional de Aduanas. Dicha institución se encuentra solicitando asistencia de la OMA para la implementación de dicho proyecto.
Artículo 7.8	Envíos urgentes	C	1 de setiembre de 2018	1 de setiembre de 2022	1. Elaborar un procedimiento de facilitación simplificada para envíos urgentes de exportaciones a través de una consultoría independiente.
Artículo 7.9	Mercancías perecederas	B	1 de marzo de 2019	1 de marzo de 2019	-
<b>Artículo 8 Cooperación entre los organismos que intervienen en la frontera</b>					

	C	1 de marzo de 2021	1 de setiembre de 2024	<p>1. <u>Realizar un diagnóstico de la cantidad de puertos privados existentes, de sus condiciones operativas y de su certificación, a fin de que la Prefectura Naval pueda realizar su trabajo de control de las condiciones operativas de los puertos privados.</u></p> <p>2. <u>Implementación efectiva y transparente de la gestión de riesgo.</u></p> <p>3. <u>Cooperación técnica para revisar el marco normativo de los puertos públicos y privados y de las responsabilidades en navegabilidad de los ríos (Ley 1066/65).</u></p> <p>4. <u>Agilización de las inspecciones en canal rojo en puntos de acceso públicos y privados.</u></p>
<b>Artículo 9 Traslado de mercancías destinadas a la importación bajo control aduanero</b>				
	A	-	-	-
<b>Artículo 10 Formalidades en relación con la importación, la exportación y el tránsito</b>				
Artículo 10.1	B	1 de setiembre de 2019	1 de setiembre de 2019	-
Artículo 10.2	A	-	-	-
Artículo 10.3	A	-	-	-
Artículo 10.4	A	-	-	-
Artículo 10.5	A	-	-	-
Artículo 10.6	A	-	-	-

Disposición	Título/descripción	Categoría	Fecha indicativa para la aplicación (categorías B y C)	Fecha definitiva para la aplicación (categorías B y C)	Asistencia y apoyo para la creación de capacidad requeridos para la aplicación (categoría C)
Artículo 10.7	Procedimientos en frontera comunes y requisitos de documentación uniformes	B	1 de setiembre de 2019	1 de setiembre de 2019	=
Artículo 10.8	Mercancías rechazadas	A	=	=	=
Artículo 10.9	Admisión temporal de mercancías y perfeccionamiento activo y pasivo	A	=	=	=

<b>Artículo 11 Libertad de tránsito</b>				
	A	-	-	-
<b>Artículo 12 Cooperación aduanera</b>				
	A	-	-	-

**PERÚ****G/TFA/N/PER/3**

27 de noviembre de 2018

(18-7478)

Página: 1/15

Comité de Facilitación del Comercio

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL  
ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DEL PERÚ

La siguiente comunicación, de fecha 27 de noviembre de 2018, se distribuye a petición de la delegación de Perú para información de los Miembros.

Perú presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 del artículo 1**

(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>Página Oficial: <a href="http://www.sunat.gob.pe">http://www.sunat.gob.pe</a></p> <p>Marco General:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/nor_masadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/nor_masadua/gja-03normasoc.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/nor_masadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/nor_masadua/normasociada/gja-00.04.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html">www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html</a></p> <p>Procedimientos para Importación:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despa_pg.01.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despa_pg.01.htm</a></p>
---	--

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despag.01-A.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despag.01-A.htm</a></p> <p>Procedimientos para Exportación:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despag.02.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despag.02.htm</a></p> <p>Procedimientos para Tránsito:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despag.08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despag.08.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despag.27.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despag.27.htm</a></p> <p>Instructivo para la Declaración de Mercancías:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despag-it.00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despag-it.00.04.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html</a></p>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site">https://www.apn.gob.pe/site</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf">https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf</a></p> <p>Ventanilla Única de Comercio Exterior – VUCE:</p> <p><a href="https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html">https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/mincetur">https://www.gob.pe/mincetur</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>

<p>Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa">https://www.senasa.gob.pe/senasa</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites">https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador">https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-psti-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu">https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-psti-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen-animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
<p>Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.serfor.gob.pe">https://www.serfor.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
<p>Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud</p>	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos_Sanitarios.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos_Sanitarios.asp</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf</a></p>

Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/mtc">https://www.gob.pe/mtc</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClasificaTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClasificaTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente</a></p>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a>  <a href="https://www.produce.gob.pe/index.php">https://www.produce.gob.pe/index.php</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a></p>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp">http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77</a>  <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453</a></p>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal">http://www.minagri.gob.pe/portal</a>  <a href="https://www.gob.pe/minagri">https://www.gob.pe/minagri</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a></p>

Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>  <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_ autorizaciones.html">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_ autorizaciones.html</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_ autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_ autorizaciones.htm</a></p>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a>  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informate-sobre-fut">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informate-sobre-fut</a></p>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/minem">https://www.gob.pe/minem</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a>  <a href="http://www.minem.gob.pe/legislacionSector.php?idSector=10">http://www.minem.gob.pe/legislacionSector.php?idSector=10</a></p>
Ministerio de Cultura	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/cultura">https://www.gob.pe/cultura</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a></p>
Superintendencia Nacional de Migraciones del Ministerio del Interior	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe">https://www.migraciones.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a>  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a></p>

Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	Página Oficial: <a href="https://www.dicapi.mil.pe">https://www.dicapi.mil.pe</a> Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a> <a href="https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html">https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html</a>
---	--

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/consideraciones_generales.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/consideraciones_generales.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-08.htm</a>
---	--

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a> -
Servicio Nacional de Sanidad Agraria - SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre - SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria - DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera - SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente</a>

Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoaded/PDF/TASAS_2017.pdf">http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoaded/PDF/TASAS_2017.pdf</a>
Ministerio de Agricultura y Riego- MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASAS%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASAS%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>Clasificación Arancelaria  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despa-pe.00.09.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despa-pe.00.09.htm</a>  <a href="http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancel/S01Alias">http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancel/S01Alias</a></p> <p>Valoración Aduanera  <a href="https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file">https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecif/despa-pe-01-10.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecif/despa-pe-01-10.htm</a></p>
---	---

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE:  <a href="https://www.vuce.gob.pe">https://www.vuce.gob.pe</a></p> <p>Componente Origen:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf</a>  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf</a>  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf</a></p> <p>Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR:  <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a></p>
--	--

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/#">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/#</a></p> <p>Mercancías prohibidas de importación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf</a></p> <p>Mercancías prohibidas de exportación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf</a></p> <p>Consulta referencial de mercancías restringidas:  <a href="http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr">http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/cuadroEntidades.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/mercanciasrestringidas/cuadroEntidades.html</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>VUCE- Componente Mercancías Restringidas:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html">https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html</a></p> <p>Consultas Técnicas:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf">https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf</a></p>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm</a>
---	--

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas</a> <a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas</a>
---	--

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe">http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a>
Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html</a>

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm</a>
---	---

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	a) Descripción de procedimientos: Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a>  Exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a>  Tránsito <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a>  Recurso o revisión <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm</a>
---	---

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20III">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20III</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20IV">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20IV</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasdua/qja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasdua/qja-03.htm</a></p> <p>b) Formularios y documentos</p> <p>Importación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/documentos_sustentatorios.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/documentos_sustentatorios.html</a></p> <p>Exportación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/documentacion.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/documentacion.html</a></p> <p>Tránsito  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Procedimientos:  <a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>

Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	Procedimientos/formatos: <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	Procedimientos/formatos: <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	Procedimientos: <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>  Formatos: <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a>  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a>
Ministerio de Cultura	Procedimientos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a>  Formatos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	Procedimientos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a>  Formatos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a>

Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>
---	---

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html</a>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<a href="https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx</a>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="https://www.vuce.gob.pe/contacto.html">https://www.vuce.gob.pe/contacto.html</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano">https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano</a> <a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos">http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos</a> <a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables">http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables</a> <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas">https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor">https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor</a> <a href="https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf">https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx</a> <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos</a> <a href="http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php">http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a> <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm">http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm</a> <a href="http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pep_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk">http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pep_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk</a> <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a>

Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=930">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=930</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=871">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=871</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=54">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=54</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#">http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#</a> <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri">http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri</a> <a href="http://minagri.gob.pe/portal/contacto">http://minagri.gob.pe/portal/contacto</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a> <a href="http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUk">http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUk</a> <a href="http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95">http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/contactos.php">http://www.minem.gob.pe/contactos.php</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html">https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html</a>

#### **Párrafo 4.3 del artículo 10**

#### **Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE es una herramienta de facilitación de Comercio Exterior cuya administración se encuentra a cargo del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo- MINCETUR. Fue creada en el año 2006, mediante Decreto Supremo N° 165-2006-MEF, otorgándose rango de Ley a su creación, a través de la Primera Disposición Complementaria del Decreto Legislativo N° 1036.

La VUCE es definida como un sistema integrado que permite a las partes involucradas en el comercio exterior y transporte internacional gestionar a través de medios electrónicos los trámites requeridos por las entidades competentes de acuerdo con la normatividad vigente, o solicitados por dichas partes, para el tránsito, ingreso o salida del territorio nacional de mercancías.

Dicha herramienta inició sus operaciones en el año 2010 y a la fecha cuenta con tres componentes: Mercancías restringidas (2010), b) Origen (2013) y c) Portuario (2015), cuya operación ha tenido un impacto positivo para el sector comercio exterior.

A continuación se detalla los procedimientos que se realizan a través de los tres componentes de la VUCE:

**Componente de Mercancías Restringidas:** Se realizan los procedimientos necesarios para la obtención de los permisos, certificados, licencias y demás autorizaciones exigidas para la realización de las operaciones de importación, exportación y tránsito de mercancías.

**Componente Origen:** Se tramitan los procedimientos vinculados a la emisión del Certificado de Origen Preferencial.

**Componente Portuario:** Se realizan los procedimientos administrativos vinculados con la recepción, estadía y despacho de naves en los puertos marítimos, fluviales y lacustres de la República del Perú; los procedimientos administrativos relacionados con la obtención, modificación o renovación de licencias de operación, permisos, autorizaciones y otras certificaciones para el funcionamiento de empresas prestadoras de servicios portuarios; así como, cumplir con las obligaciones de información exigidas a los transportistas o sus representantes, a los administradores portuarios y a las empresas prestadoras de servicios portuarios.

Actualmente, el MINCETUR viene implementando un Proyecto de Inversión Pública (cuyo presupuesto es de US\$ 61.9 millones - US\$ 20 millones en el marco de una operación de endeudamiento con el Banco Interamericano de Desarrollo y US\$ 41.9 millones de contrapartida nacional), que permitirá que la VUCE 2.0 brinde mayores servicios en la cadena logística, asimismo mejorará los procesos y procedimientos de las entidades de control y dotará a los operadores de comercio exterior de procesos integrados, simplificados y predecibles. Este proyecto tiene un horizonte de ejecución de un plazo de cinco años y su objetivo es mejorar la competitividad del sector de comercio exterior.

Información sobre la VUCE: <https://www.vuce.gob.pe>

## **Párrafo 6.2 del artículo 10**

### **Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

El marco normativo peruano en relación a los agentes de aduanas, señala lo siguiente:

Son despachadores de aduana, aquellas personas autorizadas por la Autoridad Aduanera para efectuar los despachos aduaneros. Pueden ser despachadores de aduana: Los dueños, consignatarios o consignantes de la mercancía, los despachadores oficiales (que ejercen la representación de una entidad pública) y el agente de aduana.

El dueño o consignatario puede gestionar sus despachos aduaneros directamente, es decir no requieren de una agente de aduana o de la autorización como despachador oficial en:

(1) la importación de mercancías cuyo valor FOB no exceda los dos mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 2000), (2) en la exportación de mercancías cuyo valor FOB no exceda de cinco mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 5000) y (3) cuando constituyan garantía y cumplan con los demás requisitos exigidos en el Reglamento de la Ley de Aduanas.

Asimismo, se ha previsto a partir del año 2020, otorgar como facilidad a los Operadores Económicos Autorizados, el que puedan efectuar directamente sus despachos aduaneros sin la necesidad de contar con el servicio de un despachador de aduana.

Cabe mencionar que el recurso de agente de aduanas, en la legislación nacional se encuentra regulado en los siguientes dispositivos normativos:

Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053

Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 010-2009-EF

Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF

Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF

Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000

Información disponible en:

Normas	Enlaces de interés
Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a>
Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo Decreto Supremo N° 010-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm</a>
Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a>
Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea</a>
Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm</a>

#### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

**Cada Miembro notificará al Comité los datos de su punto de contacto para el intercambio de esta información.**

Ana María Rojas Zapana Jefe de la División de Tratados Aduaneros Internacionales de la SUNAT	Correo Electrónico: arojasz@sunat.gob.pe Dirección: Av. Agustín Gamarra N° 680, Callao; Lima-Perú. Teléfono +5116343600, Anexo 20058
---	--



**G/TFA/N/PER/3/Rev.1**

12 de agosto de 2019

(19-5239)

Página: 1/15

---

**Comité de Facilitación del Comercio**

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2  
DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DEL PERÚ

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 9 de agosto de 2019, se distribuye a petición de la delegación de Perú para información de los Miembros.

---

Perú presenta las siguientes notificaciones de conformidad con el párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 del artículo 1**

El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) Los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

<p>Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT</p>	<p>Página Oficial: <a href="http://www.sunat.gob.pe">http://www.sunat.gob.pe</a></p> <p>Marco General: <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html">www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/index.html</a></p> <p>Procedimientos para Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despachopg.01.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procGeneral/despachopg.01.htm</a></p>
--	---

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despa-pg.01-A.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procGeneral/despa-pg.01-A.htm</a></p> <p>Procedimientos para Exportación:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despa-pg.02.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/exportacion/exportac/procGeneral/despa-pg.02.htm</a></p> <p>Procedimientos para Tránsito:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despa-pg.08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/despa-pg.08.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transito/transito/procGeneral/index.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despa-pg.27.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/transitoInt/procGeneral/despa-pg.27.htm</a></p> <p>Instructivo para la Declaración de Mercancías:</p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despa-it.00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/instructivos/despa-it.00.04.htm</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/index.html</a></p>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site">https://www.apn.gob.pe/site</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/servicios-portuarios.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/normativa-portuaria/ley-del-sistema-portuario-nacional.aspx</a></p> <p><a href="https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf">https://www.apn.gob.pe/site/wp-content/uploads/2016/03/pdf/HPNQUT8SE15CZTY7LRUIVYPOADBJCXENSRIK.pdf</a></p> <p>Ventanilla Única de Comercio Exterior – VUCE:</p> <p><a href="https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html">https://www.vuce.gob.pe/servicios_portuarios.html</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Página Oficial:</p> <p><a href="https://www.gob.pe/mincetur">https://www.gob.pe/mincetur</a></p> <p>Procedimientos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:</p> <p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>

<p>Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa">https://www.senasa.gob.pe/senasa</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites">https://www.senasa.gob.pe/senasa/servicio-de-consultas-y-tramites</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador">https://www.senasa.gob.pe/senasa/importador-exportador</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-fitosanitario-certificados-fitosanitarios-de-reexportacion-y-certificados-de-exportacion-de-productos-procesados-o-industrializados-de-origen-vegetal</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen- animal">https://www.senasa.gob.pe/senasa/certificado-sanitario-andino-de-exportacion-o-re-exportacion-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen- animal</a>  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-psti-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen- animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu">https://www.senasa.gob.pe/senasa/emision-del-permiso-sanitario-de-importacion-psi-y-permiso-sanitario-de-transito-internacional-psti-de-animales-productos-y-subproductos-de-origen- animal-e-insectos-de-valor-benefico-abejas-qu</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
<p>Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego</p>	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.serfor.gob.pe">https://www.serfor.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
<p>Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud</p>	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/index.asp</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/TUPA UIT 2016.pdf</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos Sanitarios.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/Requisitos Sanitarios.asp</a>  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf">http://www.digesa.minsa.gob.pe/Orientacion/CLV/Autoridades-Competentes-CLV.pdf</a></p>

Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/mtc">https://www.gob.pe/mtc</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaraTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaraTraInstitucion.asp?ent_nom=Ministerio%20de%20Transportes%20y%20Comunicaciones%20(MTC)&amp;id_entidad=144</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente</a></p>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a>  <a href="https://www.produce.gob.pe/index.php">https://www.produce.gob.pe/index.php</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a></p>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp">http://www.digemid.minsa.gob.pe/home.asp</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77</a>  <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=453</a></p>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal">http://www.minagri.gob.pe/portal</a>  <a href="https://www.gob.pe/minagri">https://www.gob.pe/minagri</a></p> <p>Procedimientos /Formatos:  <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a></p>

Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruan o%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCl aTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruan o%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>  <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_ autorizaciones.html">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/licencias_ autorizaciones.html</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_ autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_ autorizaciones.htm</a></p>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<p>Página Oficial:  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a>  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informate-sobre-fut">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/fut-site/472-informate-sobre-fut</a></p>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/minem">https://www.gob.pe/minem</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a>  <a href="http://www.minem.gob.pe/legislacionSector.php?idSector=10">http://www.minem.gob.pe/legislacionSector.php?idSector=10</a></p>
Ministerio de Cultura	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.gob.pe/cultura">https://www.gob.pe/cultura</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a></p>

Superintendencia Nacional de Migraciones del Ministerio del Interior	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe">https://www.migraciones.gob.pe</a></p> <p>Procedimientos:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a>  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/normatividad</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a></p>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPE	<p>Página Oficial:  <a href="https://www.dicapi.mil.pe">https://www.dicapi.mil.pe</a></p> <p>Procedimientos/Formatos:  <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>  <a href="https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html">https://www.dicapi.mil.pe/leyRegl.html</a></p>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/consideraciones_generales.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/consideraciones_generales.html</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-08.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-08.htm</a></p>
---	---

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p><a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>-</p>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria - SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<p><a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargasarchivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre - SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<p><a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria - DIGESA del Ministerio de Salud	<p><a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera - SANIPES del Ministerio de la Producción	<p><a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p><a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<p><a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-adm-tupa/t-u-p-a-vigente</a></p>

Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoadEd/PDF/TASAS_2017.pdf">http://www.digemid.minsa.gob.pe/UpLoad/UpLoadEd/PDF/TASAS_2017.pdf</a>
Ministerio de Agricultura y Riego- MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDA%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preCliaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDA%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234">http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateg=234</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASAS%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/informacion/TASAS%20BANCO%20DE%20LA%20NACION.pdf</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<p>Clasificación Arancelaria  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/nomenclaturaarancelaria/index.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despa-pe.00.09.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/procAsociados/despa-pe.00.09.htm</a>  <a href="http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancelS01Alias">http://www.aduanet.gob.pe/itarancel/arancelS01Alias</a></p> <p>Valoración Aduanera  <a href="https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file">https://www.mef.gob.pe/es/por-instrumento/decreto-supremo/1937-d-s-n-186-99-ef/file</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/aduanera/valoracionadua/index.html</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecif/despa-pe-01-10.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importac/procEspecif/despa-pe-01-10.htm</a></p>
---	---

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<p>Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR</p>	<p>Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE:  <a href="https://www.vuce.gob.pe">https://www.vuce.gob.pe</a></p> <p>Componente Origen:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/19%20-%20D.S.%20006-2013-MINCETUR.pdf</a>  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/21%20-%20D.S.%20015-2013-MINCETUR.pdf</a>  <a href="https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf">https://www.vuce.gob.pe/marco_normativo/22%20-%20D.S.%20001-2014-MINCETUR.pdf</a></p> <p>Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR:  <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a></p>
---	--

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<p>Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT</p>	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/#">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/#</a></p> <p>Mercancías prohibidas de importación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Importa.pdf</a></p> <p>Mercancías prohibidas de exportación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/listas/listaMercanciaProhibida-Exporta.pdf</a></p> <p>Consulta referencial de mercancías restringidas:  <a href="http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr">http://www.aduanet.gob.pe/servlet/AICONSMrestr</a>  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/cuadroEntidades.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/marcanciasrestringidas/cuadroEntidades.html</a></p>
<p>Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR</p>	<p>VUCE- Componente Mercancías Restringidas:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html">https://www.vuce.gob.pe/comp_merc_rest.html</a></p> <p>Consultas Técnicas:  <a href="https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf">https://www.vuce.gob.pe/manual_vuce/insertos/consultas_tecnicas.pdf</a></p>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasociada/gja-00.05.htm</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasociada/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasociada/gja-03.htm</a>
---	--

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/personas-menu/recursos-impugnatorios-personas</a> <a href="http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas">http://orientacion.sunat.gob.pe/index.php/empresas-menu/recursos-impugnatorios-empresas</a>
---	--

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe">http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen">https://www.mincetur.gob.pe/comercio-exterior/certificacion-de-origen</a>
Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/acuerdoscomerciales/index.html</a>

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/importacion/importacA/procEspecif/despa-pe-01-18.htm</a>
---	---

### La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	a) <u>Descripción de procedimientos:</u> Importación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/index.html</a>  Exportación: <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/index.html</a>  Tránsito <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a>  Recurso o revisión <a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigolibro3/libro.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigolibro3/libro.htm</a>
---	--

	<p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20III">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20III</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20IV">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/codigo/libro3/libro.htm#TITULO%20IV</a></p> <p><a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03.htm</a></p> <p>b) Formularios y documentos  Importación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/documentos_sustentatorios.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/importacion/documentos_sustentatorios.html</a></p> <p>Exportación:  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/documentacion.html">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/exportacion/documentacion.html</a></p> <p>Tránsito  <a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/cartillasorientacion/cartillasProcedim/tr01Tran.pdf</a></p>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<p>Procedimientos:  <a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf">http://transparencia.mincetur.gob.pe/documentos/newweb/portals/0/tupa/TUPA_COMPLETO_2018.pdf</a></p> <p>Formatos:  <a href="http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa">http://transparencia.mincetur.gob.pe/tupa/tupa.html?c=t_tupa</a></p>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf">https://www.senasa.gob.pe/senasa/descargas/archivos/2014/11/TUPA-Y-ANEXOS_MODIFICATORIA-DIC-2016.pdf</a></p> <p>Formatos:  <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos">https://www.senasa.gob.pe/senasa/sec-ix-formatos</a></p>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac">https://www.serfor.gob.pe/serfor-atiende/tramites-tupac</a></p>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/expedientes/tupas.aspx</a></p>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/servicios/contenido/tupa</a></p>
Ministerio de Transportes y Comunicaciones - MTC	<p>Procedimientos/formatos:  <a href="http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html">http://portal.mtc.gob.pe/servicios_tramite/plataforma/tupa.html</a></p>

Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	Procedimientos/formatos: <a href="http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente">http://transparencia.rree.gob.pe/index.php/2-planeamiento-y-organizacion/21-instrumentos-de-gestion/217-texto-unico-de-procedimientos-admin-tupa/t-u-p-a-vigente</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	Procedimientos/formatos: <a href="https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas">https://www.produce.gob.pe/ConsultasEnLinea/consultas.web/general/tupas</a>
Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=77</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	Procedimientos /Formatos: <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa">http://www.minagri.gob.pe/portal/presentacion-tupa</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	Procedimientos: <a href="http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95">http://www.serviciosalciudadano.gob.pe/bus/preClaTraInstitucion.asp?ent_nom=Instituto%20Peruano%20de%20Energ%EDa%20Nuclear%20(IPEN)&amp;id_entidad=95</a>  Formatos: <a href="http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm">http://www.ipen.gob.pe/transparencia/regulacion/tramite_autorizaciones.htm</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/nuestros-servicios/12-servicios/27-04-tupa</a>  <a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/descargas/finish/10-tupa/1912-el-texto-unico-de-procedimiento-administrativo-tupa-2018</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	Procedimientos/Formatos: <a href="http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateq=234">http://www.minem.gob.pe/detalle.php?idSector=10&amp;idTitular=285&amp;idMenu=sub266&amp;idCateq=234</a>
Ministerio de Cultura	Procedimientos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos">http://www.cultura.gob.pe/es/texto-unico-de-procedimientos-administrativos</a>  Formatos: <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/formularios</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	Procedimientos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf">https://www.migraciones.gob.pe/Informacion/transparencia/TUPA2016.pdf</a>  Formatos: <a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/formularios-y-declaraciones-juradas</a>

Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	Procedimientos/Formatos: <a href="https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf">https://www.dicapi.mil.pe/pdf/normas_generales/2016/06-tupam-15001-2012-dicapi.pdf</a>
---	---

**Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria - SUNAT	<a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_aduanas.html</a> <a href="http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html">http://www.sunat.gob.pe/institucional/contactenos/presencial_csc_servicios.html</a>
Autoridad Portuaria Nacional – APN	<a href="https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx">https://www.apn.gob.pe/site/contactenos.aspx</a>
Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - MINCETUR	<a href="https://www.vuce.gob.pe/contacto.html">https://www.vuce.gob.pe/contacto.html</a> <a href="https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano">https://www.mincetur.gob.pe/atencion-al-ciudadano</a> <a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a>
Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos">http://www.senasa.gob.pe/senasa/contactenos</a> <a href="http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables">http://www.senasa.gob.pe/senasa/responsables</a> <a href="https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas">https://www.senasa.gob.pe/senasa/direcciones-ejecutivas</a>
Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre – SERFOR del Ministerio de Agricultura y Riego	<a href="https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor">https://www.serfor.gob.pe/somos-serfor/directorio-2/directorio-serfor</a> <a href="https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf">https://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2018/06/Directorio_Sede-Central_Abril_2018.pdf</a>
Dirección General de Salud Ambiental e Inocuidad Alimentaria – DIGESA del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx">http://www.digesa.minsa.gob.pe/contactenos/contactenos.aspx</a> <a href="http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp">http://www.digesa.minsa.gob.pe/institucional1/directorio.asp</a>
Organismo Nacional de Sanidad Pesquera – SANIPES del Ministerio de la Producción	<a href="http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos">http://www.sanipes.gob.pe/web/index.php/es/acerca-de-sanipes/contactenos</a> <a href="http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php">http://www.sanipes.gob.pe/cartadeservicio/certificaciones.php</a>
Ministerio de Relaciones Exteriores - RREE	<a href="https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica">https://www.gob.pe/432-acceso-a-la-informacion-publica</a> <a href="https://www.gob.pe/rree">https://www.gob.pe/rree</a>
Ministerio de la Producción - PRODUCE	<a href="http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm">http://transparencia.gob.pe/enlaces/pte_transparencia_enlaces.aspx?id_entidad=139#.W1na4NVKiUm</a> <a href="http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pep_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk">http://transparencia.gob.pe/reportes_directos/pep_transparencia_acceso_informacion.aspx?id_entidad=139&amp;id_tema=49&amp;cod_rueep=0&amp;ver=#.W1na9NVKiUk</a> <a href="https://www.gob.pe/produce">https://www.gob.pe/produce</a>

Dirección General de Medicamentos Insumos y Drogas – DIGEMID del Ministerio de Salud	<a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=930">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=930</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=871">http://www.digemid.minsa.gob.pe/main.asp?Seccion=871</a> <a href="http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=54">http://www.digemid.minsa.gob.pe/Main.asp?Seccion=54</a>
Ministerio de Agricultura y Riego - MINAGRI	<a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#">http://www.minagri.gob.pe/portal/consultas-web#</a> <a href="http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri">http://www.minagri.gob.pe/portal/alo-minagri</a> <a href="http://minagri.gob.pe/portal/contacto">http://minagri.gob.pe/portal/contacto</a>
Instituto Peruano de Energía Nuclear – IPEN del Ministerio de Energía y Minas	<a href="http://www.ipen.gob.pe">http://www.ipen.gob.pe</a> <a href="http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/ptetransparencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUk">http://www.transparencia.gob.pe/enlaces/ptetransparencia_enlaces.aspx?id_entidad=95&amp;id_tema=1&amp;ver=D#.W2h5ttUzqUk</a> <a href="http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95">http://www.peru.gob.pe/directorio/pep_directorio_detalle_institucion.asp?cod_institucion=95</a>
Superintendencia Nacional de Control de Servicios de Seguridad, Armas, Municiones y Explosivos de Uso Civil - SUCAMEC	<a href="http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea">http://www.sucamec.gob.pe/web/index.php/servicios-en-linea</a>
Ministerio de Energía y Minas - MINEM	<a href="http://www.minem.gob.pe/contactos.php">http://www.minem.gob.pe/contactos.php</a>
Ministerio de Cultura	<a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/defensordelusuario</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/procedimientosyrequisitos</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano/contacto</a> <a href="http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano">http://www.cultura.gob.pe/es/atencionalciudadano</a>
Superintendencia Nacional de Migraciones	<a href="https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto">https://www.migraciones.gob.pe/index.php/contacto</a>
Dirección General de Capitanías y Guardacostas - DICAPI	<a href="https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html">https://www.dicapi.mil.pe/contactenos.html</a>

#### **Párrafo 4.3 del artículo 10**

##### **Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

La Ventanilla Única de Comercio Exterior - VUCE es una herramienta de facilitación de Comercio Exterior cuya administración se encuentra a cargo del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo-MINCETUR. Fue creada en el año 2006, mediante Decreto Supremo N° 165-2006-MEF, otorgándose rango de Ley a su creación, a través de la Primera Disposición Complementaria del Decreto Legislativo N° 1036.

La VUCE es definida como un sistema integrado que permite a las partes involucradas en el comercio exterior y transporte internacional gestionar a través de medios electrónicos los trámites requeridos por las entidades competentes de acuerdo con la normatividad vigente, o solicitados por dichas partes, para el tránsito, ingreso o salida del territorio nacional de mercancías.

Dicha herramienta inició sus operaciones en el año 2010 y a la fecha cuenta con tres componentes: Mercancías restringidas (2010), b) Origen (2013) y c) Portuario (2015), cuya operación ha tenido un impacto positivo para el sector comercio exterior.

A continuación se detalla los procedimientos que se realizan a través de los tres componentes de la VUCE:

**Componente de Mercancías Restringidas:** Se realizan los procedimientos necesarios para la obtención de los permisos, certificados, licencias y demás autorizaciones exigidas para la realización de las operaciones de importación, exportación y tránsito de mercancías.

**Componente Origen:** Se tramitan los procedimientos vinculados a la emisión del Certificado de Origen Preferencial.

**Componente Portuario:** Se realizan los procedimientos administrativos vinculados con la recepción, estadía y despacho de naves en los puertos marítimos, fluviales y lacustres de la República del Perú; los procedimientos administrativos relacionados con la obtención, modificación o renovación de licencias de operación, permisos, autorizaciones y otras certificaciones para el funcionamiento de empresas prestadoras de servicios portuarios; así como, cumplir con las obligaciones de información exigidas a los transportistas o sus representantes, a los administradores portuarios y a las empresas prestadoras de servicios portuarios.

Actualmente, el MINCETUR viene implementando un Proyecto de Inversión Pública (cuyo presupuesto es de US\$ 61.9 millones - US\$ 20 millones en el marco de una operación de endeudamiento con el Banco Interamericano de Desarrollo y US\$ 41.9 millones de contrapartida nacional), que permitirá que la VUCE 2.0 brinde mayores servicios en la cadena logística, asimismo mejorará los procesos y procedimientos de las entidades de control y dotará a los operadores de comercio exterior de procesos integrados, simplificados y predecibles. Este proyecto tiene un horizonte de ejecución de un plazo de cinco años y su objetivo es mejorar la competitividad del sector de comercio exterior.

Información sobre la VUCE: <https://www.vuce.gob.pe>

## **Párrafo 6.2 del artículo 10**

**Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

El marco normativo peruano en relación a los agentes de aduanas, señala lo siguiente:

Son despachadores de aduana, aquellas personas autorizadas por la Autoridad Aduanera para efectuar los despachos aduaneros. Pueden ser despachadores de aduana: Los dueños, consignatarios o consignantes de la mercancía, los despachadores oficiales (que ejercen la representación de una entidad pública) y el agente de aduana.

El dueño o consignatario puede gestionar sus despachos aduaneros directamente, es decir no requieren de una agente de aduana o de la autorización como despachador oficial en:

(1) la importación de mercancías cuyo valor FOB no exceda los dos mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 2000), (2) en la exportación de mercancías cuyo valor FOB no exceda de cinco mil dólares de los Estados Unidos de América (US\$ 5000) y (3) cuando constituyan garantía y cumplan con los demás requisitos exigidos en el Reglamento de la Ley de Aduanas.

Asimismo, se ha previsto a partir del año 2020, otorgar como facilidad a los Operadores Económicos Autorizados, el que puedan efectuar directamente sus despachos aduaneros sin la necesidad de contar con el servicio de un despachador de aduana.

Cabe mencionar que el recurso de agente de aduanas, en la legislación nacional se encuentra regulado en los siguientes dispositivos normativos:

Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053

Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 010- 2009-EF

Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF

Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF

Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000

Información disponible en:

Normas	Enlaces de interés
Ley General de Aduanas aprobada por el Decreto Legislativo N° 1053	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/gja-03normasoc.htm</a>
Reglamento de la Ley General de Aduanas, aprobado mediante el Decreto Supremo Decreto Supremo N° 010-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.04.htm</a>
Tabla de Sanciones aplicables a las infracciones previstas en la Ley General de Aduanas, aprobada mediante el Decreto Supremo N° 031-2009-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/normasadua/normasociada/gja-00.05.htm</a>
Reglamento de Certificación del Operador Económico Autorizado, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 184-2016-EF	<a href="http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea">http://www.sunat.gob.pe/orientacionaduanera/oea</a>
Procedimiento General para la autorización de operadores de comercio exterior, aprobados mediante la Resolución N° 10-2016-SUNAT/5F0000	<a href="http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm">http://www.sunat.gob.pe/legislacion/procedim/despacho/operadores/procGeneral/despa-pg.24.htm</a>

### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

Cada Miembro notificará al Comité los datos de su punto de contacto para el intercambio de esta información.

Rafael Mallea Valdivia Jefe(e) de la División de Tratados Aduaneros Internacionales de la SUNAT	Correo Electrónico: <a href="mailto:rmallea@sunat.gob.pe">rmallea@sunat.gob.pe</a> Dirección: Av. Gamarra No 680, Callao, Lima – Perú Teléfono +5116343600, Anexo 20058
--	---



WORLD TRADE  
ORGANIZATION

G/TFA/N/PER/1/Add.1

5 January 2021

(21-0096)

Page: 1/1

Committee on Trade Facilitation

Original: Spanish

**NOTIFICATION OF CATEGORY COMMITMENTS  
UNDER THE AGREEMENT ON TRADE  
FACILITATION**

COMMUNICATION FROM PERU

*Addendum*

The following communication, dated 4 January 2021, is being circulated at the request of the delegation of Peru for Members' information.

Following up from the notification dated 5 March 2018 (G/TFA/N/PER/1), the Republic of Peru hereby notifies the extension of its previously indicated definitive implementation date for the provision on advance rulings, in accordance with the information below.

<b>Provision</b>	<b>Heading/ Description</b>	<b>Previously notified definitive date for implementation</b>	<b>New definitive date for implementation requested</b>	<b>Reasons for extension</b>
Article 3	Advance rulings	22 February 2020	22 July 2021	The Republic of Peru is submitting the notification to extend the definitive implementation date of the measure as it is making the necessary arrangements to issue the regulatory provisions enabling its application.

**URUGUAY**

ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DE COMERCIO

(19-3440)

**G/TFA/N/URY/2**

17 de mayo de 2019

Página: 1/4

**Comité de Facilitación del Comercio**

Original: español

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

## COMUNICACIÓN DEL URUGUAY

La siguiente comunicación, de fecha 15 mayo 2019, se distribuye a petición de la delegación de Uruguay para información de los Miembros.

Uruguay presenta las siguientes notificaciones relativas al párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931).

**Párrafo 4 del artículo 1**

(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1

1.1 a) los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Herramienta de acceso a todos los tramites del Estado, con link a la documentación específica por trámite	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
Información requisitos documentales para el comercio exterior	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
Diario Oficial con herramienta de búsqueda de la legislación pertinente	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html">https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html</a>
Sistema Lucía - Dirección Nacional de Aduanas	<a href="https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DatoBasico.Arancel.HPUDBar2.aspx">https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DatoBasico.Arancel.HPUDBar2.aspx</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Información general	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

## 1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

<u>Uruguay aplica el Acuerdo de Valoración de OMC y las normas vigentes en el Mercosur respecto al Arancel Externo Común (AEC)</u>	<a href="https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es">https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es</a>
<u>Dirección Nacional de Aduanas- Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html</a>

## 1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

<u>Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html">https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html</a>
<u>Asimismo en el ámbito del Mercosur existe un Texto ordenado del Régimen de Origen</u>	<a href="https://www.mercosur.int/documento/texto-ordenado-del-regimen-de-origen-mercosur">https://www.mercosur.int/documento/texto-ordenado-del-regimen-de-origen-mercosur</a>

## 1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

<u>Información general</u>	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a> <a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a> <a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>
----------------------------	---

## 1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

<u>Dirección Nacional de Aduanas- Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html</a>
---	---

## 1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

<u>En Uruguay los recursos administrativos se encuentran establecidos en la Constitución de la República (artículos 317 y 318) y de acuerdo al artículo 142 del Decreto 500/991.</u>	<a href="https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317">https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317</a> <a href="https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142">https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142</a>
--	--

## 1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

<u>Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas</u>	<a href="https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html">https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html</a>
---	---

## 1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Uruguay no mantiene contingentes arancelarios en la OMC.

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Manuales de procedimientos aduaneros, formularios y documentos	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html</a>
Requisitos documentales especiales para el comercio exterior por Normativa o Nomenclatura Arancelaria (NCM)	<a href="https://vuce.gub.uy/consultas">https://vuce.gub.uy/consultas</a>

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Consultas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html</a>
Gerencia de Comercio Exterior	<a href="mailto:jborgiani@aduanas.gub.uy">jborgiani@aduanas.gub.uy</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10****Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

Con relación a los detalles del funcionamiento de la ventanilla única, Uruguay se complace en notificar la siguiente información.



La implementación de la Ventanilla Única de Comercio Exterior (VUCE) se inició en el año 2012 como un proyecto dentro de la modernización aduanera en Uruguay. En el año 2013 se creó por Ley N° 19.149 de 11 de noviembre de 2013, integrada al Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones – Uruguay XXI.

El desarrollo de la VUCE ha permitido unificar a través de una plataforma electrónica, la información y documentación asociada a operaciones de comercio exterior donde interviene el Estado. Para ello los organismos se encuentran integrados a la VUCE y todas las gestiones de transmisiones electrónicas con el Sistema LUCIA de la Dirección Nacional de Aduanas se realizan a través de ésta plataforma.

La VUCE permite al usuario identificar todos los requisitos documentales asociados a una importación, exportación o tránsito y para cada uno de los trámites en cuestión enviar la solicitud electrónica y adjuntar los documentos digitalizados exigidos como requisito del trámite. A través de la plataforma, la información es derivada al organismo competente correspondiente, el cual actúa electrónicamente sobre el trámite pudiendo aprobar, rechazar u observar la gestión.

<https://vuce.gub.uy>

**Párrafo 6.2 del artículo 10****Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

La Sección II de la Ley N° 19.276 de 19 de setiembre de 2014 que aprobó el Código Aduanero de la República Oriental del Uruguay (CAROU) refiere a la intervención, habilitación y demás requisitos que deben cumplirse para actuar como Despachante de Aduanas.

Su intervención es preceptiva en el Uruguay para tramitar el despacho de mercaderías, según el artículo 14 del CAROU, conservando la intervención del despachante de aduana dispuesta por la Ley N° 13.925 de 17 de diciembre de 1970.

No obstante, el artículo 15 del CAROU incorpora excepciones puntuales donde no se requiere la intervención del despachante para llevar a cabo las operaciones aduaneras relacionadas con los despachos de: envíos postales internacionales de carácter no comercial, equipaje de viajero, envíos postales internacionales expresos (cuyo valor no exceda los 200 dólares EE.UU.) o de organismos estatales y de la mercadería importada por uruguayos residentes en el extranjero al retornar al país.

Asimismo, según el art. 1 de la Ley N° 19.592 de 5 de enero de 2018, se establece otra excepción a la intervención del despachante de aduana, en los casos de importación de insumos con destino al proceso de prototipado o pequeñas series de producción, asociados a la innovación tecnológica del sector de electrónica o robótica.

<https://www.impo.com.uy/bases/codigo-aduanero/19276-2014>

<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19592-2018>

El artículo 16 del CAROU establece los requisitos para la habilitación del despachante de Aduana, entre ellos acreditar tener domicilio en el país, y haber aprobado un examen de competencia acerca de la materia aduanera y de comercio exterior ante un Tribunal designado por el Ministerio de Economía y Finanzas.

Los despachantes de aduana son un agente privado especializado en comercio exterior, los honorarios por sus servicios se acuerdan con los clientes. <http://www.adau.com.uy>.

### **Párrafo 2.2 del artículo 12**

La Dirección Nacional de Aduanas promueve la celebración de Acuerdos de Cooperación y Asistencia Mutua en materia aduanera de manera bilateral, que son utilizados regularmente para el intercambio de información, en especial para la prevención y lucha contra los ilícitos aduaneros.

**Gerencia de Control y Gestión del Riesgo de la Dirección Nacional de Aduanas:**

[fernando.wins@aduanas.gub.uy](mailto:fernando.wins@aduanas.gub.uy)

---

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS 4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DEL URUGUAY

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 13 de agosto de 2020, se distribuye a petición de la delegación de Uruguay para información de los Miembros.

Uruguay presenta las siguientes notificaciones relativas al párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931). La revisión consiste en la actualización del enlace que figura en el cuadro del párrafo 4 del artículo 1, apartado e) del párrafo 1.1.

**Párrafo 4 del artículo 1**

**(a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

1.1 a) los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos en puertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Herramienta de acceso a todos los trámites del Estado, con link a la documentación específica por trámite	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
Información requisitos documentales para el comercio exterior	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
Diario Oficial con herramienta de búsqueda de la legislación pertinente	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html">https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html</a>
Sistema Lucía - Dirección Nacional de Aduanas	<a href="https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DatoBasico.Arancel.HPUDBAr2.aspx">https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DatoBasico.Arancel.HPUDBAr2.aspx</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Información general	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a> <a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Uruguay aplica el Acuerdo de Valoración de OMC y las normas vigentes en el Mercosur respecto al Arancel Externo Común (AEC)	<a href="https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es">https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es</a>
Dirección Nacional de Aduanas- Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html</a>

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Asesoría de Política Comercial – Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html">https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html</a>
Asimismo en el ámbito del Mercosur existe un Texto ordenado del Régimen de Origen	<a href="https://www.mercosur.int/politica-comercial/regimen-de-origen-del-mercotur">https://www.mercosur.int/politica-comercial/regimen-de-origen-del-mercotur</a> <a href="https://www.mercosur.int/politica-comercial/requisitos-especificos-de-origen">https://www.mercosur.int/politica-comercial/requisitos-especificos-de-origen</a>

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Información general	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a> <a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a> <a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>
---------------------	---

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Dirección Nacional de Aduanas- Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html</a>
---	---

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

En Uruguay los recursos administrativos se encuentran establecidos en la Constitución de la República (artículos 317 y 318) y de acuerdo al artículo 142 del Decreto 500/991.	<a href="https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317">https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317</a> <a href="https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142">https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142</a>
---	--

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Asesoría de Política Comercial – Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html">https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html</a>
---	---

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Uruguay no mantiene contingentes arancelarios en la OMC.

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Manuales de procedimientos aduaneros, formularios y documentos	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html</a>
Requisitos documentales especiales para el comercio exterior por Normativa o Nomenclatura Arancelaria (NCM)	<a href="https://vuce.gub.uy/consultas">https://vuce.gub.uy/consultas</a>

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Consultas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html</a>
Gerencia de Comercio Exterior	<a href="mailto:jborgiani@aduanas.gub.uy">jborgiani@aduanas.gub.uy</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

**Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

Con relación a los detalles del funcionamiento de la ventanilla única, Uruguay se complace en notificar la siguiente información.



La implementación de la Ventanilla Única de Comercio Exterior (VUCE) se inició en el año 2012 como un proyecto dentro de la modernización aduanera en Uruguay. En el año 2013 se creó por Ley N° 19.149 de 11 de noviembre de 2013, integrada al Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones – Uruguay XXI.

El desarrollo de la VUCE ha permitido unificar a través de una plataforma electrónica, la información y documentación asociada a operaciones de comercio exterior donde interviene el Estado. Para ello los organismos se encuentran integrados a la VUCE y todas las gestiones de transmisiones electrónicas con el Sistema LUCIA de la Dirección Nacional de Aduanas se realizan a través de esta plataforma.

La VUCE permite al usuario identificar todos los requisitos documentales asociados a una importación, exportación o tránsito y para cada uno de los trámites en cuestión enviar la solicitud electrónica y adjuntar los documentos digitalizados exigidos como requisito del trámite. A través de la plataforma, la información es derivada al organismo competente correspondiente, el cual actúa electrónicamente sobre el trámite pudiendo aprobar, rechazar u observar la gestión.

<https://vuce.gub.uy>

**Párrafo 6.2 del artículo 10****Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

La Sección II de la Ley N° 19.276 de 19 de setiembre de 2014 que aprobó el Código Aduanero de la República Oriental del Uruguay (CAROU) refiere a la intervención, habilitación y demás requisitos que deben cumplirse para actuar como Despachante de Aduanas.

Su intervención es preceptiva en el Uruguay para tramitar el despacho de mercaderías, según el artículo 14 del CAROU, conservando la intervención del despachante de aduana dispuesta por la Ley N° 13.925 de 17 de diciembre de 1970.

No obstante, el artículo 15 del CAROU incorpora excepciones puntuales donde no se requiere la intervención del despachante para llevar a cabo las operaciones aduaneras relacionadas con los despachos de: envíos postales internacionales de carácter no comercial, equipaje de viajero, envíos postales internacionales expresos (cuyo valor no exceda los 200 dólares EE.UU.) o de organismos estatales y de la mercadería importada por uruguayos residentes en el extranjero al retornar al país.

Asimismo, según el art. 1 de la Ley N° 19.592 de 5 de enero de 2018, se establece otra excepción a la intervención del despachante de aduana, en los casos de importación de insumos con destino al proceso de prototipado o pequeñas series de producción, asociados a la innovación tecnológica del sector de electrónica o robótica.

<https://www.impo.com.uy/bases/codigo-aduanero/19276-2014>

<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19592-2018>

El artículo 16 del CAROU establece los requisitos para la habilitación del despachante de Aduana, entre ellos acreditar tener domicilio en el país, y haber aprobado un examen de competencia acerca de la materia aduanera y de comercio exterior ante un Tribunal designado por el Ministerio de Economía y Finanzas.

Los despachantes de aduana son un agente privado especializado en comercio exterior, los honorarios por sus servicios se acuerdan con los clientes. <http://www.adau.com.uy>.

**Párrafo 2.2 del artículo 12**

La Dirección Nacional de Aduanas promueve la celebración de Acuerdos de Cooperación y Asistencia Mutua en materia aduanera de manera bilateral, que son utilizados regularmente para el intercambio de información, en especial para la prevención y lucha contra los ilícitos aduaneros.

**Gerencia de Control y Gestión del Riesgo de la Dirección Nacional de Aduanas:**

[fernando.wins@aduanas.gub.uy](mailto:fernando.wins@aduanas.gub.uy)

---

**NOTIFICACIÓN EN VIRTUD DEL PÁRRAFO 4 DEL ARTÍCULO 1, LOS PÁRRAFOS  
4.3 Y 6.2 DEL ARTÍCULO 10 Y EL PÁRRAFO 2.2 DEL ARTÍCULO 12 DEL  
ACUERDO SOBRE FACILITACIÓN DEL COMERCIO**

COMUNICACIÓN DEL URUGUAY

*Revisión*

La siguiente comunicación, de fecha 26 de enero de 2021, se distribuye a petición de la delegación de Uruguay para información de los Miembros.

Uruguay presenta las siguientes notificaciones relativas al párrafo 4 del artículo 1, los párrafos 4.3 y 6.2 del artículo 10 y el párrafo 2.2 del artículo 12 del Acuerdo sobre Facilitación del Comercio (WT/L/931). La revisión consiste en la actualización de los datos de contacto del párrafo 4 del artículo 1, sección c) y del párrafo 2.2 del Artículo 12.

**Párrafo 4 del artículo 1**

**a) El lugar o lugares oficiales donde se haya publicado la información a que hacen referencia los apartados a) a j) del párrafo 1.1**

1.1 a) los procedimientos de importación, exportación y tránsito (incluidos los procedimientos enpuertos, aeropuertos y otros puntos de entrada) y los formularios y documentos exigidos;

Herramienta de acceso a todos los tramites del Estado, con link a la documentación especifica por trámite	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
Información requisitos documentales para el comercio exterior	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
Diario Oficial con herramienta de búsqueda de la legislación pertinente	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 b) Los tipos de los derechos aplicados y los impuestos de cualquier clase percibidos sobre la importación o la exportación o en conexión con ellas;

Asesoría de Política Comercial – Ministerio de Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html">https://www.mef.gub.uy/8385/3/areas/aranceles-uruguay.html</a>
Sistema Lucía - Dirección Nacional de Aduanas	<a href="https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DatoBasico.Arancel.HPUDBAr2.aspx">https://aplicaciones.aduanas.gub.uy/LuciapubX/DatoBasico.Arancel.HPUDBAr2.aspx</a>

1.1 c) Los derechos y cargas percibidos por o en nombre de organismos gubernamentales sobre la importación, la exportación o el tránsito o en conexión con ellos;

Información general	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 d) Las normas para la clasificación o la valoración de productos a efectos aduaneros;

Uruguay aplica el Acuerdo de Valoración de OMC y las normas vigentes en el Mercosur respecto al Arancel Externo Común (AEC)	<a href="https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es">https://sarem.mercosur.int/nomenclatura/es</a>
Dirección Nacional de Aduanas- Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/6889/1/innova.front/valor-en-aduana.html</a>

1.1 e) Las leyes, los reglamentos y las disposiciones administrativas de aplicación general relacionados con las normas de origen;

Asesoría de Política Comercial – Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html">https://www.mef.gub.uy/729/3/areas/reglas-de-origen.html</a>
Asimismo en el ámbito del Mercosur existe un Texto ordenado del Régimen de Origen	<a href="https://www.mercosur.int/politica-comercial/regimen-de-origen-del-mercotur">https://www.mercosur.int/politica-comercial/regimen-de-origen-del-mercotur</a> <a href="https://www.mercosur.int/politica-comercial/requisitos-especificos-de-origen">https://www.mercosur.int/politica-comercial/requisitos-especificos-de-origen</a>

1.1 f) Las restricciones o prohibiciones en materia de importación, exportación o tránsito;

Información general	<a href="https://tramites.gub.uy">https://tramites.gub.uy</a>
	<a href="https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites">https://vuce.gub.uy/guia-de-tramites</a>
	<a href="http://www.impo.com.uy">http://www.impo.com.uy</a>

1.1 g) Las disposiciones sobre sanciones por infracción de las formalidades de importación, exportación o tránsito;

Dirección Nacional de Aduanas- Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/8245/5/innova.front/orden-del-dia-61_2011.html</a>
---	---

1.1 h) Los procedimientos de recurso o revisión;

En Uruguay los recursos administrativos se encuentran establecidos en la Constitución de la República (artículos 317 y 318) y de acuerdo al artículo 142 del Decreto 500/991.	<a href="https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317">https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967/317</a>
	<a href="https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142">https://www.impo.com.uy/bases/decretos/500-1991/142</a>

1.1 i) Los acuerdos o partes de acuerdos con cualquier país o países relativos a la importación, la exportación o el tránsito

Asesoría de Política Comercial – Ministeriode Economía y Finanzas	<a href="https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html">https://www.mef.gub.uy/28/3/areas/acuerdos-comerciales.html</a>
---	---

1.1 j) Los procedimientos relativos a la administración de contingentes arancelarios;

Uruguay no mantiene contingentes arancelarios en la OMC.

**b) La dirección de Internet (URL) del sitio o sitios web a que se refiere el párrafo 2.1, del Artículo 1**

a) Una descripción de sus procedimientos de importación, exportación y tránsito, incluidos los procedimientos de recurso o revisión, en la que se informe a los gobiernos, los comerciantes y otras partes interesadas de las medidas prácticas necesarias para la importación, la exportación y el tránsito;

Manuales de procedimientos aduaneros, formularios y documentos	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5722/8/innova.front/procedimientos-aduaneros.html</a>
Requisitos documentales especiales para el comercio exterior por Normativa o Nomenclatura Arancelaria (NCM)	<a href="https://vuce.gub.uy/consultas">https://vuce.gub.uy/consultas</a>

**c) Los datos de contacto de los servicios de información mencionados en el párrafo 3.1.**

Consultas	<a href="https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html">https://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/4085/1/innova.front/contactenos.html</a>
Gerencia de Planificación y Desarrollo Aduanero	Lic. Alvaro Palmigiani: <a href="mailto:apalmigiani@aduanas.gub.uy">apalmigiani@aduanas.gub.uy</a>

**Párrafo 4.3 del artículo 10**

**Los Miembros notificarán al Comité los detalles del funcionamiento de la ventanilla única.**

Con relación a los detalles del funcionamiento de la ventanilla única, Uruguay se complace en notificar la siguiente información.



La implementación de la Ventanilla Única de Comercio Exterior (VUCE) se inició en el año 2012 como un proyecto dentro de la modernización aduanera en Uruguay. En el año 2013 se creó por Ley N° 19.149 de 11 de noviembre de 2013, integrada al Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones – Uruguay XXI.

El desarrollo de la VUCE ha permitido unificar a través de una plataforma electrónica, la información y documentación asociada a operaciones de comercio exterior donde interviene el Estado. Para ello los organismos se encuentran integrados a la VUCE y todas las gestiones de transmisiones electrónicas con el Sistema LUCIA de la Dirección Nacional de Aduanas se realizan a través de esta plataforma.

La VUCE permite al usuario identificar todos los requisitos documentales asociados a una importación, exportación o tránsito y para cada uno de los trámites en cuestión enviar la solicitud electrónica y adjuntar los documentos digitalizados exigidos como requisito del trámite. A través de la plataforma, la información es derivada al organismo competente correspondiente, el cual actúa electrónicamente sobre el trámite pudiendo aprobar, rechazar u observar la gestión.

<https://vuce.gub.uy>

## **Párrafo 6.2 del artículo 10**

### **Cada Miembro notificará al Comité y publicará sus medidas sobre el recurso a agentes de aduanas.**

La Sección II de la Ley N° 19.276 de 19 de setiembre de 2014 que aprobó el Código Aduanero de la República Oriental del Uruguay (CAROU) refiere a la intervención, habilitación y demás requisitos que deben cumplirse para actuar como Despachante de Aduanas.

Su intervención es preceptiva en el Uruguay para tramitar el despacho de mercaderías, según el artículo 14 del CAROU, conservando la intervención del despachante de aduana dispuesta por la LeyN° 13.925 de 17 de diciembre de 1970.

No obstante, el artículo 15 del CAROU incorpora excepciones puntuales donde no se requiere la intervención del despachante para llevar a cabo las operaciones aduaneras relacionadas con los despachos de: envíos postales internacionales de carácter no comercial, equipaje de viajero, envíos postales internacionales expresos (cuyo valor no exceda los 200 dólares EE.UU.) o de organismos estatales y de la mercadería importada por uruguayos residentes en el extranjero al retornar al país.

Asimismo, según el art. 1 de la Ley N° 19.592 de 5 de enero de 2018, se establece otra excepción a la intervención del despachante de aduana, en los casos de importación de insumos con destino al proceso de prototipado o pequeñas series de producción, asociados a la innovación tecnológica del sector de electrónica o robótica.

<https://www.impo.com.uy/bases/codigo-aduanero/19276-2014>

<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19592-2018>

El artículo 16 del CAROU establece los requisitos para la habilitación del despachante de Aduana, entre ellos acreditar tener domicilio en el país, y haber aprobado un examen de competencia acerca de la materia aduanera y de comercio exterior ante un Tribunal designado por el Ministerio de Economía y Finanzas.

Los despachantes de aduana son un agente privado especializado en comercio exterior, los honorarios por sus servicios se acuerdan con los clientes. <http://www.adau.com.uy>.

## **Párrafo 2.2 del artículo 12**

La Dirección Nacional de Aduanas promueve la celebración de Acuerdos de Cooperación y Asistencia Mutua en materia aduanera de manera bilateral, que son utilizados regularmente para el intercambio de información, en especial para la prevención y lucha contra los ilícitos aduaneros.

**Gerencia de Control y Gestión del Riesgo de la Dirección Nacional de Aduanas:**Ing.

Diego Casella: [Diego.casella@aduanas.gub.uy](mailto:Diego.casella@aduanas.gub.uy)

---

## ANEXO V

## ANEXO V – Tipo de assistência técnica requerida por Bolívia, Cuba, Equador e Panamá - Notificações de Transparência - e arranjos com doadores

Assistência Técnica Requerida	Bolívia	Cuba	Equador	Panamá
Artigo 10		<ul style="list-style-type: none"> <li>◦Capacitação de pessoal destinado à sua criação</li> <li>◦Transferência de conhecimento que permita a atualização e adequação das Autoridades Nacionais Competentes a novas formas de atuação.</li> <li>◦Aquisição de equipamentos de TI e comunicação e de outros tipos.</li> <li>◦Busca de doadores para permitir execução de estudo de viabilidade e projeto elaborado pela UNCTAD, de 2014.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦Cooperação para sistema de automatização de registro eletrônico que integre todas as entidades responsáveis pela emissão de resoluções, permissões, certificados, licenças automáticas e não automáticas, tanto dos documentos denominados de acompanhamento (prévio ao embarque) quanto de suporte, que forem condicionantes para alguma importação ou exportação.</li> <li>◦Cooperação para agilizar a incorporação, ao guichê único, de novas medidas de controle mediante certificados ou documentos condicionantes em uma importação ou exportação, a partir do momento de sua emissão.</li> <li>◦Aquisição de componentes tecnológicos e reestruturação dos sistemas internos das entidades que emitem documentos de controle que não estejam vinculados ao Guichê Único de Exportação.</li> </ul>	<p>Suporte técnico e financeiro para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦aquisição de equipamentos e licenças e contratação de serviços especializados de desenho e desenvolvimento de computadores, com vistas à melhoria contínua do sistema de Guichê Único de Exportações;</li> <li>◦suprimento de equipamentos e software para criar um Guichê Único de Comércio Exterior para Importações, e desenvolvimento de sistemas para cada uma das agências governamentais envolvidas;</li> <li>◦provimento de especialista para compartilhar, com as agências governamentais envolvidas, as melhores práticas sobre simplificação de documentos, harmonização de dados, interoperabilidade e colaboração interinstitucional.</li> </ul>
6. Recurso a Ag. Aduanas				
Artigo 12				
2. Intercâmbio de Inform.				

Arranjos com doadores e avanços	Bolívia	Cuba	Equador	Panamá
Artigo 10		<p>Cuba, Sistema de Guichê Único Eletrônico para Procedimento de Comércio Exterior:</p> <p>Em 2014, foi solicitado oficialmente à UNCTAD um projeto para implementação da estratégia de desenvolvimento do Guichê Único Eletrônico de Comércio Exterior (VUCE, na sigla em espanhol), sob condição de que os fundos financeiros proviriam da cooperação internacional. A União Europeia concedeu os fundos dessa cooperação em julho de 2019.</p> <p>A partir desse momento, o Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX) desenvolveu, em conjunto com a UNCTAD e sob sua assistência técnica, um cronograma de trabalho para documentar, esclarecer e simplificar os processos de registros, permissões prévias e despachos, mediante realização de seminários sobre implementação do sistema de guichê único. Especialistas da UNCTAD têm fornecido capacitações.</p> <p>Em março de 2018, foi recebido o direito de uso do "Sistema eRegistration", que foi hospedado em um servidor nacional. A consecução mais significativa do ano 2019 foi finalizar a documentação desta plataforma a partir da assistência técnica recebida da UNCTAD. A plataforma tem documentados 125 normas e 108 processos de 41 organismos, instituições ou autoridades nacionais competentes.</p> <p>Em setembro de 2019, o MINCEX e a UNCTAD implementaram um mecanismo de autenticação para o "Sistema eRegulations", denominado "Central Authentication Service (CAS)".</p> <p>A UNCTAD apresentou o protótipo VUCE Fase I, para o qual foi acordado o primeiro serviço automatizado a ser desenvolvido até janeiro de 2020 pela integração de registros do MINCEX, a Câmara de Comércio de Cuba e a Aduana Geral da República (AGR), e foi executada análise do serviço integrado em linha.</p> <p>Também foi acordada a criação da Base de Dados Postgres da Câmara de Comércio de Cuba, a compra de um servidor para essa instituição e o desenvolvimento dos serviços web do guichê único no MINCEX, na Câmara de Comércio de Cuba e na Aduana Geral da República, além do desenvolvimento do Formulário Único de Guichê Único.</p> <p>Foi decidido integrar o Portal de pagamento ENZONA ao Guichê Único e desenvolver "Web Services" com o Escritório Nacional de Administração Tributária (ONAT, na sigla em espanhol).</p>		
6. Recurso a Ag. Aduanas				
Artigo 12				
2. Intercâmbio de inform.				



Associação Latino-Americana de Integração:  
Cebollatí 1461, CEP 11200  
Montevideu - Uruguai  
Tel.: (598-2) 410 1121  
E-mail: [sgaladi@aladi.org](mailto:sgaladi@aladi.org)  
[www.aladi.org](http://www.aladi.org)

ISBN: 978-9915-9414-3-1

